

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA
COORDENAÇÃO DE PESQUISA
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

**IGREJA CATÓLICA E MUNDO DO TRABALHO: ENTRE APROXIMAÇÕES
POLÍTICO-PASTORAIS E RUPTURAS SOCIOECLESIAIS, O ITINERÁRIO DA
IGREJA DO BRASIL JUNTO À CLASSE TRABALHADORA.**

Valmir Assis da Silva Filho

RECIFE

2021

Valmir Assis da Silva Filho

**IGREJA CATÓLICA E MUNDO DO TRABALHO: ENTRE APROXIMAÇÕES
POLÍTICO-PASTORAIS E RUPTURAS SOCIOECLESIAIS, O ITINERÁRIO DA
IGREJA DO BRASIL JUNTO À CLASSE TRABALHADORA.**

**Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação
em Ciências da Religião da Universidade Católica de
Pernambuco, como requisito para obtenção do título de
Mestre em Ciências da Religião.**

Orientador: Prof. Dr. Drance Elias da Silva

RECIFE

2021

FOLHA DE APROVAÇÃO

Aluno (a): Valmir Assis da Silva Filho

Título da Dissertação. "IGREJA CATÓLICA E MUNDO DO TRABALHO: ENTRE APROXIMAÇÃO POLÍTICO PASTORAIS E RUPTURAS SOCIO-ECLESIAIS, O ITINERÁRIO DA IGREJA DO BRASIL JUNTO À CLASSE TRABALHADORA". Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) para obtenção do título de Mestre (a) em Ciências da Religião. A presente dissertação foi defendida e aprovada em 01 de outubro de 2021, pela banca examinadora e constituída pelos professores:

José Artur Tavares de Brito

Prof. Dr. José Artur Tavares Brito (Examinador interno)

Flávio Lyra de Andrade

Prof. Dr. Flávio Lyra de Andrade (Examinador externo)

Drance Elias Da Silva

Prof. Dr. Drance Elias Da Silva(Orientador)

Recife, 14 de janeiro de 2021

S586i

Silva Filho, Valmir Assis da

Igreja Católica e mundo do trabalho : entre aproximações político-pastorais e rupturas socioeclesiais, o itinerário da Igreja do Brasil junto à classe trabalhadora / Valmir Assis da Silva Filho, 2021.

110 f. : il.

Orientador: Drance Elias da Silva

Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião. Mestrado em Ciências da Religião, 2021.

1. Obras da Igreja junto aos trabalhadores. 2. Teologia pastoral – Igreja Católica. 3. Ação Católica Operária. I. Título.

CDU 25:331

Luciana Vidal - CRB 4/1338

GRATIDÃO

A Deus, pai e mãe, pelo dom da vida em comunhão;

À minha mãe e meu pai, pelo afeto e companheirismo;

Às minhas irmãs, pela presença amorosa;

Ao meu querido sobrinho Arthur;

Aos amigos Rita Pontes e Antônio Guido, pela fraternidade construída nos corredores do PPGCR; Às amigas Graciane Clemente e Vera Sheidegger, pelos ensinamentos e apoio incondicional;

Às amigas Carla de Paula, Dayana Moraes, Vanessa Ramos, Marília Nascimento e Karla Martins, nelas agradeço a todos e todas que me apoiaram de várias maneiras.

À Eunice Freire, ex-aluna, grande amiga e filha querida que a vida me ofereceu, nela, agradeço aos estudantes e colegas professores e professoras que passaram por minha vida;

À Fátima Allan, nela agradeço a todos e todas metroviários e metroviárias, amigos de trabalho, pelo incentivo;

Ao Professor Drance Elias, aqui representando todos os demais professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da UNICAP, pelo acolhimento e compreensão.

Aos coletivos que inspiraram esta pesquisa e animam minha caminhada: Movimento de Profissionais Cristãos, Movimento de Trabalhadores Cristãos, Fórum Inter-religioso Gente de Fé e Comunidade Bremen;

Por fim, àquelas que dividem o espaço diário comigo: minha esposa Camila Sabino, minha alegria diária e minha filha Mariana Sabino, minha companheira nas disciplinas do mestrado, parceria que me ensinou o ofício de ser pai, cuidar, amar e estudar ao mesmo tempo.

Minha gratidão a todos e todas que passam por mim e deixam um tanto de si.

“Quero, de preferência, a organização, não porque é cristã, mas porque é operária”
(Padre Romano Zuferrerey – Assistente eclesiástico da Ação Católica Operária em Recife)

RESUMO

O presente estudo analisa os caminhos traçados pela Igreja Católica do Brasil em sua relação com o mundo do trabalho, tendo por referencial a trajetória político/pastoral da Ação Católica Operária/Movimento de Trabalhadores Cristãos - ACO/MTC e seus desafios no diálogo com a Igreja Católica. O trabalho está estruturado em uma abordagem qualitativa e foi realizado em quatro etapas: Pesquisa Bibliográfica e Documental; Trabalho de Campo - pesquisa participante; Entrevistas e Depoimentos e Tratamento dos Dados. A análise bibliográfica passou pelo fichamento e resumo das obras escolhidas. O trabalho de campo foi realizado a partir da observação e registro em diário de campo das atividades da Arquidiocese de Olinda e Recife e do MTC, como Seminários Regionais e Nacionais, Semanas da Classe Trabalhadora, Vigílias públicas, além de reuniões das equipes de base. Durante esta fase do trabalho foi possível identificar os elementos para a formação dos quadros de entrevistados. Posteriormente, as entrevistas foram realizadas e transcritas. A análise e tratamento dos dados foi realizada com uma abordagem qualitativa, buscando, assim oferecer melhor compreensão sobre o fenômeno social objeto deste estudo. A análise dos conflitos, aproximações, impasses e possibilidades na re-construção da pastoral operária no Brasil trouxe como principais as considerações a seguir: As realidades onde as pastorais e movimentos do mundo trabalho se inserem são diversas, de tal modo que, enquanto algumas Igrejas locais começam a animar um processo de inserção pastoral, outras sequer promovem o protagonismo dos leigos e leigas. Nesse mesmo sentido, a clericalização e a negação da Teologia pós-conciliar vem se configurando como impasses à missão da Igreja entre a classe Trabalhadora. Em contrapartida, é possível compreender a pastoral de conjunto, que é um protótipo da sinodalidade que a Igreja proclama, como uma das saídas para que a instituição possa conferir autonomia aos leigos e leigas, reinicie um projeto pastoral entre jovens trabalhadores e possa falar e ser influente nas discussões mais significativas que afetam a classe Trabalhadora.

Palavras chave: Igreja, Pastorais, Classe trabalhadora.

ABSTRACT

This study analyzes the paths traced by the Catholic Church in Brazil in its relationship with the world of work, having as a reference the political/pastoral trajectory of the Catholic Worker Action/Christian Workers Movement - ACO/MTC and its challenges in the dialogue with the Church Catholic. The work is structured in a qualitative approach and was carried out in four stages: Bibliographic and Documentary Research; Fieldwork - participant research; Interviews and Testimonies and Data Processing. The bibliographic analysis went through listing and summarizing the chosen works. The field work was carried out from the observation and registration in a field diary of the activities of the Archdiocese of Olinda and Recife and of the MTC, such as Regional and National Seminars, Working Class Weeks, Public Vigils, in addition to meetings of the base teams. During this phase of the work, it was possible to identify the elements for the training of the interviewees. Subsequently, the interviews were conducted and transcribed. The analysis and treatment of data was carried out with a qualitative approach, aimed at offering a better understanding of the social phenomenon object of this study. The analysis of conflicts, approaches, impasses and possibilities in the reconstruction of workers' pastoral in Brazil brought as main considerations the following: The realities where the pastorals and movements of the world of work are inserted are diverse, in such a way that, while some Local churches are beginning to animate a process of pastoral insertion, others do not even promote the protagonism of lay men and women. In this same sense, the clericalization and denial of post-conciliar theology has been configured as impasses to the Church's mission among the working class. On the other hand, it is possible to understand pastoral as a whole, which is a prototype of the synodality that the Church proclaims, as one of the ways out so that the institution can give autonomy to lay people, restart a pastoral project among young workers and can speak and be influential in the most significant discussions that affect the Working class.

Keyword: Church, Pastoral, Working class.

LISTA DE SIGLAS

ACO – Ação Católica Operária

CDSI - Compêndio da Doutrina Social da Igreja

CEB – Comunidades Eclesiais de Base

CJP - Comissão de Justiça e Paz

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

DSI - Doutrina Social da Igreja

JOC - Juventude Operária Católica

MTC - Movimento de Trabalhadores Cristãos

Sumário

RESUMO.....	5
ABSTRACT.....	6
LISTA DE SIGLAS.....	7
1. INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO I - O DESPERTAR DA IGREJA DIANTE DO MUNDO DO TRABALHO.....	13
1.1 Despertar da Igreja à pastoral operária.....	13
1.1.1 Igreja da Neocristandade.....	14
1.1.2 Igreja Reformista.....	16
1.2 A Igreja incorpora a categoria Trabalho como direito: A Doutrina Social da Igreja.....	18
1.2.1 Doutrina Social da Igreja.....	19
1.2.1.1 – <i>Rerum Novarum</i> – A Igreja diante dos operários.....	19
1.2.1.2. – Perspectivas pré e pós Concílio Vaticano II sobre a DSI.....	22
1.3 Despertar da Igreja do Brasil Para o Mundo do Trabalho: Igreja Popular e esquerda católica; JOC e ACO; Luta com a Classe trabalhadora pela redemocratização.....	28
1.3.1 - Juventude Operária Católica.....	28
1.3.2 - Nasce a Ação Católica Operária;.....	32
1.3.2.1 - Contexto Político e Operário onde surge a ACO.....	34
1.3.2.1.1 – Implicações desse contexto no Nordeste.....	35
1.3.3– A Igreja e a Esquerda Católica.....	36
1.3.4– Igreja, Classe Trabalhadora e o Regime Militar: A ditadura militar e a resistência operária.....	39
1.3.4.1 – O testemunho de dois militantes: Luiz Tenderine e Xavier Uytendenbroek.....	44
1.3.4.1.1 – Xavier Uytendenbroek – da teologia de Louvaigne ao ABC Paulista.....	44
1.3.4.1.2 – Luiz Tenderine.....	45
CAPITULO II - IGREJA E MUNDO DO TRABALHO ENTRE SENSIBILIDADE E	

ESFRIAMENTO.....	47
2.1 O discurso da Igreja para a Classe Trabalhadora: tensionamentos e aproximações com a Doutrina Social da Igreja.....	47
2.1.2 Igreja Popular – desenvolvimento pastoral.....	47
2.1.2.1 Conflitos, limites e posicionamentos da Igreja Popular.....	49
2.1.2.2– A derrocada da Igreja Popular.....	50
2.1.2.3 Sobre Olinda e Recife e o Movimento de Trabalhadores Cristãos.....	53
2.2 Aportes da Sociologia da Religião.....	54
2.3 Sociedade do trabalho.....	58
2.3.3 O sindicalismo e o cenário político diante da nova morfologia do Trabalho;.....	63
2.3.4 Nova morfologia do trabalho – Nova morfologia da ACO-MTC?.....	65
CAPÍTULO III – IGREJA E PASTORAL OPERÁRIA – CONSTATAÇÃO E DESAFIOS .68	
3. 1. Igreja Católica entre desafios e retomadas.....	68
3.1.1 – Hierarquia católica e conservadorismo – impasses à pastoral.....	70
3.1.2 – Clericalismo e tutela do laicato.....	71
3.1.3 – Catolicismo em mudança.....	72
3.1.4– Sobre a autoridade da Igreja.....	72
3.1.5 - MTC e processos autônomos.....	74
3.1.6 - A figura do agente de pastoral leigo no trânsito religioso.....	76
3.2 É possível uma nova pastoral operária?.....	79
3.2.1 – A CNBB e a pastoral.....	79
3.2.2 – Com a palavra: os militantes.....	83
3.2.4 – Contribuições da teologia pastoral aos desafios da igreja e dos agentes do mundo do trabalho.....	86
3.3 “Terra, teto e trabalho” – as contribuições pastorais do Papa Francisco.....	88
3.3.1 Francisco e os Movimentos Populares.....	89
3.3.2– Francisco de Assis e Francisco de Roma – A economia na agenda pastoral.....	91

3.3.3– Fratelli Tutti – uma carta para uma pastoral de conjunto.....	92
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS:.....	96
6. ANEXOS:.....	98

1. INTRODUÇÃO

Apresentar as relações políticas e pastorais entre Igreja Católica no Brasil e o mundo do trabalho desvela um esforço para contribuir com os estudos sobre religião, Igreja Católica e classe trabalhadora, diante dos desafios sociais e eclesiais vividos em nossos dias. Desafios que motivam o campo das ciências da religião a participar da análise histórica e social do objeto de estudo.

A Igreja Católica no Brasil coleciona uma série de situações e posicionamentos em que o mundo do trabalho esteve em evidência. Por vezes, a Igreja apoiou ações da classe trabalhadora, chegando a liderar processos de formação, ação direta e enfrentamento do Estado. Em outros momentos, a Igreja recuou de seu protagonismo para cuidar de sua vida eclesial ou demonstrar suas discordâncias com as ações lideradas por militantes, sindicalistas e alguns agentes de pastoral entre os trabalhadores.

Esse itinerário em que a Igreja Católica brasileira imprimiu sua ação pastoral ganha relevância na atual conjuntura. A série de ações do Estado brasileiro na perspectiva de retirada de direitos mediante a reforma trabalhista, da previdência e, recentemente, a administrativa, bem como a série de ameaças à democracia proferidas por agentes do poder executivo têm sido alvo de pronunciamentos e ações da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB e de outros organismos da Igreja, tais como a Conferência Nacional de Leigos – CNLB e a Comissão de Justiça e Paz – CJP.

Às vésperas de fazermos memória dos 60 anos da Ação Católica Operária no Brasil, em julho de 2022, nos propomos a estudar ações, desafios e perspectivas do diálogo entre Igreja e trabalhadores. Entendemos que algumas contribuições serão visibilizadas nessa empreitada. Primeiro, diante da crescente participação política de grupos de cristãos conservadores, queremos apresentar a dissonância interna da Igreja, visibilizando outras personagens em disputa. Segundo, queremos iniciar um estudo que favoreça a reflexão sobre a doutrina social da Igreja, em tempos do Papa Francisco, num cenário eclesial que já foi protagonizado por Comunidades Eclesiais de Base, Ação Católica Especializada e o surgimento da Igreja popular. Um terceiro ponto diz da relação do trabalho com a seara das Ciências da Religião. Nosso trabalho pretende contribuir para a análise da pastoral social no mundo do trabalho. Para isso, apresenta as contribuições das ciências da religião à teologia pastoral e, por conseguinte, à práxis pastoral.

O professor/pesquisador, Agenor Brighenti, no *Compêndio de Ciência da Religião*¹ nos fornece motivos para realização de nossa tarefa, mediante seu artigo sobre “A Ciência da Religião aplicada à ação pastoral”² Inicialmente, Brighenti arremata a urgência teológica e pastoralista de interação com a ciência da religião:

O encontro da pastoral com as ciências em geral está respaldado na necessidade das mediações analíticas. Cada objeto, para ser abarcado, precisa de um método próprio, que irá constituir uma ciência autônoma em relação às demais ciências. A Teologia, com seu método específico, é incapaz de apreender, por exemplo, o social em sua autonomia. Para isso, precisa recorrer às Ciências Sociais. Também é incapaz de interpretar sozinho dado revelado, ela necessita de mediações hermenêuticas. Como, igualmente, não consegue aterrissar na ação, sem as mediações da prática, que comporta também uma racionalidade própria. Assim, a pastoral, sem a teologia, é pragmatismo esterilizante, e a Teologia Pastoral, sem as ciências, é teologismo espiritualizante de uma realidade que lhe escapa, uma metafísica religiosa.³

Há nossa relação com o objeto também é fundamental à escolha do tema abordado e as personagens analisadas. Um dos agentes analisados no trabalho é a Ação Católica Operária (ACO), que nos dias atuais é chamada de Movimento de Trabalhadores Cristãos (MTC). A ACO/MTC tem sido objeto de estudo desde a graduação em Ciências Sociais, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). A partir da observação participante nas atividades do MTC em âmbito local (equipes de base), regional e nacional. Assim entendemos a relevância da continuidade do estudo iniciado, agora incorporando os aportes dessa pesquisa a uma análise no campo da ciência da religião, articulando esforços de discussão sobre ação e teologia pastoral problematizada pela sociologia da religião.

Começamos a compreender esse universo através de um movimento fundado por Dom Hélder Câmara, o Movimento de Evangelização Encontro de Irmãos. A partir daí conhecemos pessoas que faziam parte desse grande movimento, aglutinador de vários outros movimentos na perspectiva da Teologia da Libertação. Isso nos levou a identificar outros movimentos e pastorais até chegar a ACO/MTC e conhecer melhor o coletivo. Participando de Equipe de Base e contribuindo por meio da militância na coordenação de formação do Movimento. Após alguns anos de mandato, continuo a auxiliar o MTC nas tarefas de coordenação e equipes de assessoria da entidade.

¹ *Compêndio de Ciência da Religião* - Passos, João Décio; Usarski, Frank (org). São Paulo: Paulinas/Paulus, 2013.

² “A Ciência da Religião aplicada à ação pastoral” por Agenor Brighenti, in *Compêndio de Ciência da Religião*.

³ Idem.

É importante salientar que já foram realizadas algumas pesquisas que tratavam sobre a Ação Católica Operária no Brasil, na América Latina e no mundo. Os estudos realizados acentuam sua dimensão política, de movimento social e operário, sem aprofundar a dimensão religiosa da entidade. Considerando essa lacuna nesses estudos, o que propomos aqui é apresentar e discutir os caminhos percorridos pela Igreja do Brasil observando o seu diálogo com o mundo trabalho, dando relevância, à trajetória da ACO/MTC.

A estrutura textual do trabalho está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo apresentamos o itinerário da Igreja Católica no despertar aos apelos do mundo do trabalho. A síntese da Doutrina Social da Igreja, contida neste capítulo, tem a função de apontar a incorporação da categoria ‘trabalho’ na doutrina e, conseqüentemente, na pastoral da Igreja. A apresentação de agentes da pastoral operária e de militantes, culminam a primeira parte do trabalho.

No segundo capítulo problematizaremos acerca da sensibilidade e do esfriamento da Igreja católica às pautas trabalhistas. A análise do surgimento e declínio da ‘Igreja popular’ receberá aportes da sociologia da religião a fim de podermos analisar a incidência do discurso religioso na classe trabalhadora. Concluiremos a segunda parte do texto com uma apresentação desta ‘nova classe trabalhadora’ que nos servirá adiante para compreender os desafios e perspectivas da pastoral da Igreja no Brasil.

A última parte do trabalho se assenta sobre as constatações e desafios. Dissertaremos sobre as dificuldades de articulação entre Igreja e sindicatos. A conclusão do trabalho seguirá apontando os arranjos pastorais da Igreja, com o discurso do Papa Francisco. Depoimentos de bispos referencias e militantes nos possibilitarão compreender as perspectivas para uma possível nova pastoral no mundo do trabalho. Sendo assim, a fim de atender o objetivo geral do trabalho o curso da pesquisa foi estruturado em quatro etapas: 1-Pesquisa Bibliográfica e Documental; 2-Trabalho de Campo (pesquisa participante); 3- Entrevistas e Depoimentos; 4-Tratamento dos Dados.

A análise bibliográfica passou pelo fichamento e resumo das obras escolhidas para melhor compreensão do conteúdo. A metodologia empregada mediante revisão bibliográfica foi de extrema importância na construção capitular da dissertação. Outra fonte indispensável, a análise de material produzido pela Igreja no Brasil, pela ACO/MTC e pastorais, ligadas ao mundo do trabalho, tais como, revistas, cartilhas, livros, jornais e circulares.

A pesquisa alcançou um segundo estágio com a observação participante em algumas atividades da Arquidiocese de Olinda e Recife e do MTC ainda no início do mestrado de forma presencial e no último ano em atividades remotas. Seminários Regionais e Nacionais,

Semanas da Classe Trabalhadora, Vigílias públicas, além de reuniões das equipes de base, foram acompanhadas para identificar os elementos usados para a formação de quadros.

A análise desses conteúdos ganha força à medida que se torna sistemática e pública, ao fazer uso de dados brutos, colocando-os à serviço de dados históricos, oferecendo um material muito significativo à pesquisa (BAUER; GASKELL, 2008, p. 212). Este trabalho foi elaborado numa abordagem qualitativa, uma vez que tal percurso metodológico fornece uma compreensão dos fenômenos sociais, dando relevância ao aspecto subjetivo das ações sociais (HAGUETE, 1992). Este viés metodológico proporcionará uma clareza na leitura dos pressupostos que se deseja investigar.

CAPÍTULO I - O DESPERTAR DA IGREJA DIANTE DO MUNDO DO TRABALHO

A caminhada percorrida pela Igreja Católica no Brasil rumo à interações com os agentes e ambientes do mundo do trabalho, perpassam a vida sociopolítica do país bem como a conjuntura eclesial que vive a porção católica brasileira e internacional. Neste capítulo queremos assinalar as estações mais relevantes deste caminho, compreender os agentes que nele se movem e analisar historicamente a trajetória apostólica da Igreja Católica em direção a uma pastoral efetiva no mundo do trabalho.

1.1 Despertar da Igreja à pastoral operária

A Igreja Católica no Brasil vivenciou momentos que antecederam e promoveram o início de uma pastoral popular em vários âmbitos sociais, entre eles, os postos de trabalho. É importante, ainda que de forma sucinta, recordemos este momento a fim de poder perceber o cenário eclesial brasileiro.

Dois momentos importantes antecedem o período que chamamos de Igreja Popular, tempo e modelo na Igreja que viveu de forma mais intensa a opção pelos pobres e a adesão à Classe Operária. Aqui tomaremos como nomeação desses dois momentos, as mesmas proferidas pelo professor Scott Mainwaring em sua obra: Igreja e Política no Brasil:1916-1985⁴. O primeiro momento é intitulado por Mainwaring de “Igreja da Neocristandade”, o segundo, “Igreja Reformista”.

⁴ MAINWARING, Scott. Igreja e Política no Brasil: 1916 – 1985. São Paulo: Editora: brasiliense, 1989.

1.1.1 Igreja da Neocristandade

Desde este momento já encontramos elementos e personagens que ligam o cenário católico internacional e nacional à Arquidiocese de Olinda e Recife, área pastoral que mais à frente receberá nossa maior atenção.

Primeiro personagem a nos deter atenção se chama Dom Sebastião Leme, nomeado Arcebispo de Olinda em 1916, depois, em 1921 foi nomeado Arcebispo do Rio de Janeiro e uma grande liderança da Igreja no Brasil até 1942, ano de sua morte. Dom Sebastião, ainda recém-nomeado para o torrão pernambucano, publicou uma carta pastoral que é compreendida como marco na história da Igreja brasileira. Na carta pastoral eram apresentadas as dificuldades que sofria a instituição Católica: “Nela (na carta) ele chamava a atenção para a fragilidade da Igreja Institucional, as deficiências das práticas religiosas populares, a falta de padres, o estado precário da educação religiosa, a ausência de intelectuais católicos, a limitada influência política “da Igreja, e sua depauperada situação financeira”⁵.

O titular de Olinda e Recife, em sua epístola, defendia que o Brasil era uma nação católica e por isso era necessária que a Igreja se fizesse mais presente na sociedade. Para tanto, era preciso fomentar o surgimento de intelectuais católicos, submeter a religiosidade popular aos olhares da ortodoxia católica e cristianizar as instituições sociais. Não nos cabe aqui pormenorizar a situação eclesiástica e sua relação com o Estado à época, tais como o declínio institucional e a perseguição e prisão de bispos, na segunda metade do século XIX. Estas situações e seus desdobramentos compõem, com mais relevância, o cenário que leva aos apelos feitos por Dom Leme em sua carta. Não obstante a motivação do Arcebispo, apenas em meados da década de 1920 o modelo de Neocristandade viria florescer e chegaria em sua fase áurea de 1930 a 1945, enquanto o Brasil estava sob a presidência de Getúlio Vargas.

Durante o pontificado de Pio XI (1922-1939), Dom Sebastião Leme e a Igreja do Brasil tiveram apoio do Vaticano, principalmente quanto aos esforços no fortalecimento da presença da Igreja na sociedade. É neste cenário que surgem a “Ação Católica”, uma série de movimentos importantes na defesa dos interesses católicos e que já respirava uma doutrina social um pouco mais progressista desde a encíclica *Rerum Novarum*, escrita pelo Papa Leão XIII em 1891.

⁵ MAINWARING. 1989. p 43

As lideranças católicas reforçaram uma aliança informal com o Estado e se envolveram maciçamente na política de 1916 a meados de 1945. Apoiaram diretamente Epitácio Pessoa (1918-1922) e Arhur Bernardes (1922-1926) mas, em Getúlio Vargas (1937-1945), encontraram uma esperança de que o Estado Novo promovesse a doutrina social da Igreja e combatesse o comunismo. A proximidade fez de Dom Leme amigo de Vargas. A proximidade proporcionou ajuda financeira estatal para ampliação de escolas católicas, bem como conseguiu o veto ao divórcio, além de outras conquistas da agenda católica naquele momento.

Neste período a Ação Católica seguia sua pastoral, inserindo leigos no debate político e alimentando o desejo de Dom Leme sobre um grupo de intelectuais católicos, mas caminhando para mudanças na feição do laicato brasileiro. Um exemplo significativo sobre a Ação Católica era a Liga Eleitoral Católica – LEC. Um grupo conservador que tinha por missão influenciar os católicos a votar em candidatos favoráveis à agenda católica. A LEC não assumia diretamente apoio a nenhum partido, mas era anticomunista.

Uma das mudanças nessa feição do laicato brasileiro foi o líder leigo da Ação Católica na década de 1930, Alceu Amoroso Lima que de 1928 ao início da década de 1940 foi figura central da Igreja na relação Igreja e Sociedade. Na década de 1930, Amoroso Lima esteve diretamente ligado à direita católica, inclusive sendo apoio de Dom Leme na fundação da LEC. Anos depois, influenciado por parte da teologia francesa, abandona o braço autoritário da Igreja e, amparado na doutrina social da Igreja, assume papel de liderança na guinada progressista que a Igreja fará nas próximas décadas. Outra figura importante para a igreja popular fez caminho semelhante ao de Alceu Amoroso Lima, da inserção em setores de direita, até sua liderança na reforma da Igreja, Dom Helder Pessoa Câmara, figura emblemática na Igreja Católica no Brasil. Mais à frente este clérigo terá maior espaço em nossa pesquisa.

Após três décadas do modelo de Neocristandade na Igreja do Brasil, a relação com o Estado foi se enfraquecendo e a Igreja perdeu espaço como agente influenciador do Estado. O protestantismo e o espiritismo estavam em plena expansão e os movimentos de Ação Católica iniciavam uma reforma a partir da ruptura de muitos de seus membros com integralismo e outros setores da direita católica. Com efeito, já nos lembra Mainwaring (1989) que o combate à secularização, promovida pela Igreja, só teria êxito com sua capacidade de usar o estado para manutenção do monopólio religioso⁶. A fissura institucional, a secularização e as

⁶ MAINWARING, 1989. p. 53.

divisões na Ação Católica criaram ambiente para que grupos reformistas iniciassem o declínio do modelo arquitetado por Dom Leme.

1.1.2 Igreja Reformista

O momento chamado de Igreja Reformista se situa em meados das décadas de 1950 e 1960 e carrega esse adjetivo por ostentar uma série de mudanças na Igreja em âmbito nacional e internacional, não obstante a reforma pastoral, a vida política do país também passa por mudanças. O conservadorismo de PIO XII, falecido em 1958, dá lugar às reformas promovidas por João XXIII. Suas encíclicas assinalam a mudança no pensamento da Mitra Romana. No entanto, sua grande proeza esteve na convocação de um Concílio Ecumênico⁷. Certamente o Concílio Vaticano II está situado entre os maiores e mais importantes acontecimentos da Igreja Católica no mundo. Entre muitos registros sobre o evento, um ganhou relevo por ser o registro, quase que diário, através de cartas, feito por um dos participantes mais ativos no evento. Mais uma vez nos vem a figura de Dom Helder Câmara. É ele que registra em cartas, chamadas de “Circulares Conciliares”, suas impressões sobre as sessões do Concílio⁸. Na primeira circular Dom Helder já acentua que não seria um encontro fácil aquele responsável por tantas mudanças na vida da Igreja, essa seria a primeira das duas mil, cento e vinte duas cartas que enviara para leigos e leigas que conviviam com o bispo:

[...] o Concilio vai ser difícilimo. As sagradas congregações pensavam que seria fácil pensar pelos bispos e decidir por eles. Acontece por exemplo que o esquema da parte teológica, parece a muitos bispos do mundo inteiro, em dissonância com o que o Papa anuncia como espírito do Concílio [...]⁹

Diante das dificuldades, correntes internas e uma série de discussões que levou o Concílio a ser encerrado a pouco mais de três anos após sua abertura oficial, a reunião do episcopado mundial enfatizou aspectos imprescindíveis ao tempo de reformas na Igreja, tais como: a doutrina social, a importância dos leigos e leigas, colegialidade no magistério da

⁷ O Concílio Ecumênico é a reunião fundamental para a organização da Igreja e definição doutrinária de sua evangelização. Historicamente o Papa convoca os bispos do mundo inteiro para apreciação de teses, discussões e encaminhamentos. Até aqui, a Igreja Católica realizou 21 concílios. O Concílio Vaticano II, recebeu este nome por ser o segundo realizado na cidade romana, foi aberto em 11 de outubro de 1962 e concluído em 8 de dezembro de 1965: Breve História dos Concílios Ecumênicos. Abadías, David. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

⁸ Durante todo Concílio, Dom Hélder Câmara enviou cartas aos leigos e leigas que atuavam nas pastorais ao seu lado. As cartas foram recolhidas e compõem um acervo de quatro volumes, com cerca de três tomos, cada um.

⁹ Primeira carta, 13/14 de outubro de 1962. Dom Hélder Câmara – Circulares Conciliares, Volume I - Tomo I. Marques, Luiz Carlos Luz; Faria, Roberto de Araújo (org.) . Recife, PE. CEPE, 2009.

Igreja, diálogo ecumênico, modificação da liturgia a fim de torná-la mais acessível e a valorização da noção de Povo de Deus.

Apesar da autonomia ensaiada pelas Igrejas locais, a estrutura hierárquica não desvencilha de Roma o poder da legitimação. O que aponta que, se as mudanças práticas foram iniciadas nas bases, só tiveram espaço quando chanceladas por Roma.

A motivação para enfatizar este evento e período em nosso trabalho, reside nas consequências que este trouxe para a relação da Igreja e o mundo do trabalho. Não poderia, a Igreja, ter avançado num diálogo com os trabalhadores, sem um instrumental pastoral que subsidiasse essa empreitada. E a dimensão desse evento para a vida pastoral da Igreja do Brasil acontece porque, apesar do Vaticano II ter sido organizado para domínio dos bispos e teólogos da Europa, as reformas apresentadas geraram mais mudanças significativas na América latina.

O motor dessa incidência forte na América Latina está desde o início do Concílio, quando os bispos Latino-americanos se posicionam quanto ao formato e as deliberações do encontro. Segundo a carta, já citada, enviada por Dom Hélder, os bispos questionavam até o ritmo de trabalho europeu que, segundo ele, fazia as sessões e divisões de trabalhos caminhar vagorosamente. Dom Hélder afirmara que “provavelmente o latim será derrubado como língua oficial: grande número de bispos não consegue entender, sobretudo o latim falado por franceses e alemães”¹⁰. Virão depois as batalhas essenciais pela alteração dos esquemas. Sobre isso fala Dom Hélder:

Tal como nas Nações Unidas, temos no Concílio a presença do mundo desenvolvido e subdesenvolvido. A Ásia e a África ainda não estão muito próximas da América Latina. Entendemo-nos à distância, enquanto não vem a aproximação. Temos em comum o desejo de universalizar a visão da Igreja: a decisão de evitar que problemas de continentes tão distantes e diferentes sejam tratados com medidas europeias. Sendo que ‘há verdadeiros sustos com o nosso número e com o sentido de nossas intervenções’.¹¹

As reformas ocorridas na Igreja foram estimuladas pelas mudanças no cenário nacional. Movimentos populares, alguns advindos da própria igreja como o Movimento de Educação de Base (MEB), a atuação de Paulo Freire¹², os Centros de Cultura Popular e

¹⁰ idem

¹¹ idem

¹² Paulo Reglus Neves Freire (19/09/1921 – 02/05/1997). Em 1963 utilizou um método de pedagogia, inserida na realidade dos educandos, que foi responsável pela alfabetização de 300 trabalhadores rurais no Rio Grande do Norte. É o Patrono da Educação Brasileira.

outros alimentaram o espaço pastoral junto às comunidades populares. Mas é importante lembrar que outras forças viviam em diálogo com a Igreja ou na própria Igreja. Como característica de uma série de reformas, o país e a Igreja viviam grande polarização. De um lado, o triunfo da revolução cubana inspirava vários grupos, de outro, militares, cúpula da Igreja e a classe média iam se fortalecendo principalmente com a renúncia de Jânio Quadros e a possível posse de João Goulart.

Enquanto a esquerda católica ia organizando seu trabalho de base, os tradicionalistas e parte significativa dos prelados seguiam organizando a direita católica rumo ao golpe. Os militares iriam incentivar e apoiar o anticomunismo dentro da Igreja por anos à frente. Os conservadores não deixaram de investir na participação laical, por isso, promoveram o Movimento Familiar Cristão e os Cursilhos de Cristandade. Tudo isso deixava claro que a Igreja, mesmo assumindo reformas, permanecia conservadora em vários setores.

A CNBB¹³ vivia esse cenário de embates e diálogos ente os modernizadores conservadores e os reformistas¹⁴. Os conservadores não ofereciam resistência na tomada de decisões, mas, nas Igrejas Locais, boicotavam as mudanças. Entre várias reformas como o Movimento Litúrgico, Movimento Bíblico e outros, os movimentos implantados a partir da doutrina social da Igreja, tiveram grande relevância. Até que em 1962 a CNBB apresenta seu primeiro plano pastoral e depois o plano de pastoral de conjunto que foi aprovado em Assembleia Geral da CNBB, em Roma, em 1965, durante a última sessão do Concílio.

1.2 A Igreja incorpora a categoria Trabalho como direito: A Doutrina Social da Igreja

O cenário eclesial que apresentamos nos ajudará na compreensão dos atores que, dentro e fora do âmbito religioso, contribuíram para os vários caminhos que Igreja Católica tomou diante dos problemas sofridos pela classe trabalhadora. A partir desse tópico apresentaremos alguns dos aspectos, que em nosso entendimento, saltam como significativos no caminho que a igreja Católica, no Brasil e no Mundo, fez em aceno aos dilemas do mundo do trabalho.

¹³ MAINWARING, 1989. p 66.

¹⁴ Idem. p. 65

1.2.1 Doutrina Social da Igreja

Iniciaremos um curto momento de nosso trabalho na perspectiva de apresentar o discurso da Igreja referente à Classe Trabalhadora. Um panorama que reconhece suas limitações, uma vez que aqui queremos apenas destacar a palavra da Igreja Católica diante dos desafios enfrentados pelos trabalhadores e trabalhadoras do mundo.

1.2.1.1 – *Rerum Novarum* – A Igreja diante dos operários.

O avanço da Revolução Industrial apresenta uma ruptura cultural à Igreja Católica. Era preciso pensar e viver em uma sociedade que não era mais a sociedade rural que, com poucas nuances, era muito semelhante a que originou o cristianismo. Era preciso que a Igreja iniciasse um processo de modernização. Muitos clérigos ainda relutavam em perceber que o catolicismo precisava abandonar o âmbito de religião rural milenar, mas a sociedade industrial não esperou mudanças nem solicitou o consentimento da Igreja e por isso, o olhar da Igreja diante da ascensão industrial precisava ser firme, uma vez que esta já começava a sofrer os impactos. Disso fala o teólogo Comblin:

Na igreja há muito mais do que o evangelho: Há toda uma cultura. O que está em crise não é o evangelho nem a Igreja Primitiva. O que está em crise é a tradicional religião rural que era base que sustentava a Igreja. Consequentemente, a crise afeta todas as estruturas da Igreja que foram o resultado de 1500 anos de convivência com a cultura rural. As estruturas, os bispos, o clero, os religiosos, as paróquias, o catecismo, a liturgia oficial, tudo isso fica abalado e suscita indiferença se não se expressa na nova cultura da sociedade industrial.¹⁵

As transformações não foram rápidas e simultâneas nos lugares aonde a cristandade antiga atuava, isso dificultou a interpretação da Igreja Católica sobre o processo de industrialização mundial e levou a isto que o teólogo José Comblin chama de “crise da religião tradicional”. Uma vez que a Igreja concentrou sua catequese entre os camponeses e esta classe a cada dia diminuía significativamente, a classe operária não foi alvo da evangelização e logo não matinha uma relação de tradição e submissão à Igreja. Na mesma obra de Comblin é possível perceber um panorama sobre a dinâmica da Revolução Industrial e sua capilarização no mundo católico:

¹⁵ COMBLIN, José. A Profecia na Igreja. São Paulo: Paulus, 2008. p. 183.

A industrialização não ocorreu ao mesmo tempo em todos os lugares. Começou na Inglaterra – que era protestante e por isso não chamava a atenção dos católicos. Alcançou a Bélgica no início do século XIX, depois a França entre 1810 e 1820. Passou para Alemanha em meados daquele século e ali se expandiu muito depressa. Na Itália, chegou no século XX – salvo em algumas áreas. Também na Espanha, a industrialização começou com o século XX – principalmente na Catalunha e no País Basco; no resto do país, sobretudo, depois da morte de Franco, depois de 1975. Na América Latina, a industrialização começou na segunda parte do século XX. Por isso, a crise da religião cristã espalhou-se progressivamente pela cristandade desde o início do século XIX, sobretudo depois das revoluções de 1948. Hoje ainda há alguns rincões em que se mantém um resto de cristandade, mas sem perspectiva para o futuro.¹⁶

Nesse cenário aparece o primeiro papa moderno, Leão XIII. Conduziu a Igreja Católica de 20 de fevereiro de 1878 a 20 de julho de 1903¹⁷. Embora mais moderado que seu antecessor, Leão XIII prosseguiu com muitas agendas e programas de Pio IX, principalmente sobre o comunismo e o socialismo. Não obstante, se agrava a cada dia o cenário já descrito, onde a Igreja, apostando na classe camponesa, vê seu rebanho diminuir consideravelmente.

Enquanto isso a classe operária cresce, não sem grandes problemas sociais. A Igreja e o mandato petrino de Leão XIII se veem diante de uma classe que trabalha mais de 14 horas por dia, sem descanso semanal, operando máquinas que causavam acidentes e mortes, sem segurança, aposentadoria e sob rigorosa vigilância. Mulheres e crianças também trabalhavam em condições degradantes. O salário miserável não garantia sequer boa alimentação e as habitações desses operários refletiam a condição sub-humana em que esses trabalhadores eram largados.

Não podendo mais adiar sua posição, o Papa Leão XIII inaugura o que conhecemos como “Doutrina Social da Igreja (DSI)” com a Encíclica *Rerum Novarum* (Das coisas novas), carta que foi promulgada em 15 de maio de 1891. Leão XIII já não podia mais esperar para lançar este documento, já sofria pressões para isso, uma vez que as condições da classe operária se agravavam. A lentidão da Igreja, por apostar na religião no meio rural, voltou-se contra a Sé. As primeiras denúncias sobre a situação dos operários iniciam em 1810, ano de nascimento de Leão XIII.

Em 1848, a alternativa socialista apresenta o *Manifesto do Partido Comunista*, de Karl Marx, enquanto isso a *Rerum Novarum* demora mais de quarenta anos após o manifesto para ser lançada. Foi recebida com indiferença por parte da Igreja e pela classe operária que já estava sendo arregimentada pelo socialismo, mas com o passar dos anos tornou-se sendo

¹⁶ Idem; p. 185.

¹⁷ MACBRIEN, Richard P Os Papas – Os Pontífices: De São Pedro a João Paulo II. São Paulo: Loyola, 2000.

arregimentada pelo socialismo, mas com o passar dos anos tornou-se um dos pronunciamentos mais importantes da História porque serve de limiar para o pensamento social católico. Assim a define o Compendio de Doutrina Social da Igreja:

A *Rerum Novarum* enfrentou a questão operária com um método que se tornará um paradigma permanente para o desenvolvimento da doutrina social. Os princípios afirmados por Leão XIII serão retomados e aprofundados pelas encíclicas sociais sucessivas. Toda a doutrina social poderia ser entendida como uma atualização, um aprofundamento e uma expansão do núcleo originário de princípios expostos na *Rerum Novarum*. Com esse texto, corajoso e de longo alcance, o Papa Leão XIII conferiu à Igreja quase um ‘estatuto de cidadania’ no meio das variáveis realidades da vida pública e escreveu esta palavra decisiva, que se tornou um elemento permanente da Doutrina Social da Igreja, afirmando que os graves problemas sociais só podiam ser resolvidos pela colaboração entre todas as formas intervenientes e acrescentando também: Quanto à Igreja, não deixará de modo nenhum faltar a sua quota-parte.¹⁸

O documento ganha a voz de defesa da integridade física e moral dos operários, como resgata Élio Estanislau Gasda, em sua obra *Trabalho e Capitalismo Global: atualidade da Doutrina Social da Igreja*¹⁹. O teólogo nos afirma que o documento pontifício conclui que a libertação apregoada pelo capitalismo, gerou uma nova escravidão, o que levantou a Igreja para defesa dos trabalhadores. O discurso que sustentava esta defesa também defendia a propriedade privada como direito natural. Aqui reside um dos pontos mais claros de oposição ao socialismo. A *Rerum Novarum* afirma que o operário, com seu trabalho, almeja tornar-se proprietário, e a isto é chamado de “direito natural”²⁰. Na propriedade, a Igreja vê o “Salário transformado”, por isso afirma que a eliminação da propriedade privada impediria o trabalhador de usufruir dos frutos de seu trabalho. Diante desse problema, a Igreja atribui ao Estado o dever de proteger a propriedade privada ao mesmo tempo em que deve favorecer o acesso a todos os trabalhadores.

A *Rerum Novarum*, então, possuía duas tarefas: denunciar os transtornos morais vindos da concepção de trabalho do capitalismo liberal e a oposição à alternativa socialista. Este documento merece um estudo delicado, seu contexto e as ideias que apresenta e as distinções políticas que tensiona merecem maior atenção. Aqui apontamos apenas sua contribuição para a reflexão da Igreja sobre a classe operária diante do contexto político de consolidação dos estados nacionais e expansão do liberalismo econômico.

¹⁸ Compendio de Doutrina Social da Igreja, parágrafo 90

¹⁹ GASDA, Élio Estanislau. *Trabalho e Capitalismo Global: atualidade da Doutrina Social da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 2011.

²⁰ ALVES, Antônio Aparecido *Doutrina Social da Igreja – Um Guia Prático para Estudo*. Petrópolis: Vozes, 2014.

1.2.1.2. – Perspectivas pré e pós Concílio Vaticano II sobre a DSI

Vimos anteriormente, com o advento industrial, a Igreja dar início à organização de seu magistério social e a isso chamar de Doutrina Social da Igreja. Segundo o doutor em história Eclesiástica, Ney de Souza, *A Rerum Novarum* confere cidadania a Igreja. Sobre isso ele ainda afirma:

Sem dúvida, a encíclica foi para a ação social cristã aquilo que foram o *Manifesto do Partido Comunista* e *O capital* de Karl Marx para a ação socialista. O documento trata da questão operária, contendo os princípios básicos da Doutrina Social da Igreja que serão retomados, aprofundados e aplicados em sucessivos documentos e pronunciamentos do magistério. A encíclica é o primeiro texto do magistério eclesiástico a estudar seriamente problema social ocasionado pela industrialização. O texto ao mesmo tempo condenava o liberalismo e o socialismo, mas reconhecia o direito natural à propriedade e sublinhava seu valor social, atribuía ao Estado o papel de promotor do bem comum, da prosperidade pública e da privada, superando o absolutismo social do Estado liberal, reconhecia ao operário o direito a um salário justo, condenava a luta de classes e aceitava o direito de o operário associar-se para defender seus interesses.²¹

O que se segue no âmbito do magistério social compõe e sedimenta a Doutrina Social da Igreja. Importante mencionar outros documentos significativos, no entanto, o faremos de forma sucinta para abaixo apresentar uma síntese da DSI, com base no Compêndio da Doutrina Social da Igreja, naquilo que se refere ao mundo do trabalho. Abaixo, apresentamos um quadro sobre as principais encíclicas sociais:

Titulo	Data	Papa
<i>Rerum Novarum</i>	1891	Leão XIII
<i>Quadragesimo Anno</i>	1931	Pio XI
<i>Mater et Magistra</i>	1961	João XXIII
<i>Pacem in Terris</i>	1963	João XXIII
<i>Populorum Progressio</i>	1967	Paulo VI
<i>Octagesima Adveniens</i>	1971	Paulo VI
<i>Laborem Exercens</i>	1981	João Paulo II

²¹ SOUZA, Ney de História da Igreja: Notas Introdutórias. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020. pg331

<i>Sollicitudo Rei Socialis</i>	1987	João Paulo II
<i>Centessimus Annus</i>	1991	João Paulo II

Fonte: Ney de Souza, p. 332.

a) *Quadregesimo Anno* – Quadragésimo Ano: Promulgada em 15/05/1931. Quarenta anos após a *Rerum Novarum*, o mundo via a ascensão de Regimes políticos totalitários, grave crise econômica e avanço do processo de industrialização. O Documento acentua a crítica ao “regime capitalista” e ao comunismo e propõe um “corporativismo Cristão” baseado na solidariedade e colaboração. Também reforça a reflexão sobre propriedade privada. A encíclica ainda adiciona ao verbete da DSI o conceito de “Justiça Social” e “Caridade Social”.

b) *Mater et Magistra* – Mãe e Mestra: Promulgada em 15/01/1961. Setenta anos após a *Rerum Novarum*, é lançada outra carta comemorativa. No entanto, este documento pré-conciliar, já apresenta um cabedal teológico que permeará o Concílio Vaticano II. A encíclica apresenta um panorama do magistério social até o momento de sua publicação, mas inova por sair da escrita filosófica para um discurso pastoral.

c) *Pacem in Terris* – A Paz na Terra: Promulgada em 11/04/1963. Carta escrita após a construção do Muro de Berlim (1961) e a invasão frustrada da Baía dos Porcos (CUBA – 1962). Uma guerra nuclear paira ente os dois blocos e neste momento a encíclica faz referência aos 15 anos da Declaração de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas. A grande novidade desse documento é que não se trata de um texto intereclesial. João XXIII se dirige à “todas as pessoas de boa vontade”.

d) *Populorum Progressio* – O Progresso dos Povos: Promulgada em 26/03/1967. A intenção da encíclica é comunicar um olhar ético-cristão sobre o desenvolvimento, diante de uma crescente marginalização dos “povos do terceiro mundo”.

e) *Octagesima Adveniens* – Octogésimo Aniversário: 15/04/1971. Carta endereçada ao Cardeal Maurice Roy, então presidente do Conselho Pontifício de Justiça e Paz, com a finalidade de analisar o papel do cristão diante das transformações sociais e políticas. Esta carta se diferencia por possuir viés sociológico, acima do doutrinal. Atribui-se a esse fato à conjuntura política e

eclesial, onde se percebe os surgimentos de movimentos dentro e fora da Igreja: Movimentos estudantis de 1968; Movimento dos Sacerdotes pelo socialismo; Surgimento da Teologia da Libertação.

f) *Laborem Exercens* – O Trabalho Humano: Promulgada em 14/05/1981. O Movimento operário polonês cresce através do Sindicato Solidariedade, a crise do capitalismo que faz dos anos de 1980 uma década perdida e o desemprego é o cenário para apresentação desta carta que celebra os noventa anos da *Rerum Novarum*. A primeira encíclica de João Paulo II trata da centralidade do Trabalho Humano, do confronto capital-trabalho e apresenta um discurso sobre a espiritualidade do trabalho.

g) *Sollicitudo Rei Socialis* – A Solicitude da Igreja: Promulgada em 30/12/1987. Encíclica comemorativa aos vinte anos da *Populorum Progressio*, apresenta uma análise econômica para discutir sobre o abismo entre países “desenvolvidos” e subdesenvolvidos.

h) *Centesimus Annus* – Cem anos: Promulgada em 01/05/1991. Na última década do milênio, após a queda do Muro de Berlim (1989), e o capitalismo voltando-se para os países do Leste Europeu, o Papa João Paulo II escreve uma carta que celebra os 100 anos da *Rerum Novarum* ampliando a dimensão da dignidade do trabalho. Para isso, apresenta uma reflexão sobre mercado, democracia e cultura.

Evidentemente, se percebe que este panorama não cita os dois últimos pontífices (ambos ainda vivos): Bento XVI e o atual chefe da Igreja Católica, o Papa Francisco. Vale salientar que, referente ao Papa Bento XVI, mais à frente, ao falar sobre os tensionamentos entre Igreja e Mundo do Trabalho, trataremos de sua atuação. Em nosso juízo, não figura entre os importantes documentos da Doutrina Social da Igreja, algo que o pontífice tenha registrado como contribuição ao debate sobre trabalho. Sobre o Papa Francisco dedicaremos atenção no último capítulo deste trabalho, uma vez que a análise das contribuições deste significativo mandato petrino, carece de um diálogo simultâneo sobre tensionamentos, desafios, avanços e recuos da Igreja sob o cajado de seu primeiro Pontífice Latino-americano e de tradição progressista. Por hora, é preciso, de olho no *Compêndio da Doutrina Social da Igreja* – CDSI recolher a espinha dorsal do que a Igreja pensa e propaga sobre o mundo do trabalho, operários e trabalho humano.

A série de documentos sobre o trabalho carrega uma significativa fundamentação bíblica. O CDSI apresenta essa fundamentação mediante três aspectos: O dever de cultivar e guardar terra; Jesus, homem do trabalho; O dever de trabalhar. Essa tríade procura apresentar a dignidade do trabalho sob a condição de um desígnio do Criador, sendo assim uma condição originária do homem, não punição por seus pecados. Os discursos de Jesus sobre não se deixar escravizar pelo trabalho e sua vida familiar na oficina de seu pai, José, são fundamentação para definir o trabalho como participação do projeto salvífico. Pelo trabalho, o homem participa da governança do mundo com Deus.

Daí o ensino social da Igreja parte para vários eixos para se pensar trabalho. Entre eles as relações entre capital e trabalho. O magistério da Igreja afirma que o trabalho é superior a qualquer fator da produção, e diz isso para apontar necessariamente a relação com o capital. Não obstante, a superioridade defendida, não deixou de por várias vezes defender a complementaridade entre trabalho e capital. Assim apresenta o CDSI:

A doutrina social tem enfrentado as relações entre trabalho e capital, salientando seja a prioridade do primeiro sobre o segundo, seja sua complementaridade. O trabalho tem uma prioridade intrínseca em relação ao capital: “Este princípio diz respeito diretamente ao próprio processo de produção, relativamente ao qual o trabalho é sempre uma causa eficiente primária, enquanto o ‘capital’, sendo o conjunto dos meios de produção, permanece apenas instrumento, ou causa instrumental. Este princípio é uma verdade evidente, que resulta de toda experiência histórica do homem”*. Ele “pertence ao patrimônio estável da doutrina da Igreja”. Entre Capital e trabalho deve haver complementaridade: é a mesma lógica intrínseca ao processo produtivo a mostrar a necessidade da sua recíproca compenetração e a urgência de dar vida a sistemas econômicos nos quais a antinomia entre trabalho e capital seja superada.²²

É possível identificar, em alguns momentos, seja em documentos ou registros de discursos, a contribuição de João Paulo II a este debate identificando as mudanças nas formas de trabalho e de exploração. A DSI não apresenta apenas uma preocupação sobre o não-trabalho. Para além dos bolsões de desemprego há uma atenção nos documentos e discursos da Igreja às novas formas de trabalho e suas novas formas de exploração, como na flexibilização do trabalho e sua incidência sobre a precariedade da vida familiar.

Outra questão recorrente na DSI é a relação trabalho e propriedade privada. Desde o primeiro documento este debate merece uma palavra do magistério da Igreja. A relação capital e trabalho é pensada aprofundando o instituto da propriedade privada, bem como o

²² Compêndio da Doutrina Social da Igreja. Pontifício Conselho “Justiça e Paz”. 7ª edição, São Paulo: Paulinas, 2011. p. 164.

direito e o uso. Quanto ao uso da propriedade, o enfoque do magistério se concentra na função. A propriedade deve servir ao trabalho, não podendo, jamais, ser possuídos afim de destruir o trabalho. Assim nos apresenta o CDSI:

Os meios de produção não podem ser possuídos contra o trabalho, como não podem ser possuídos para possuir. A sua posse passa a ser ilegítima quando a propriedade não é valorizada ou serve para impedir o trabalho dos outros, para obter um ganho que não provém da expansão global do trabalho humano e da riqueza social, mas antes da sua repressão, da ilícita exploração, e da ruptura da solidariedade no mundo do trabalho (João Paulo II – 1981).²³

A CDSI conclui suas reflexões sobre o mundo do trabalho versando sobre o “Direito ao trabalho” e os “Direitos dos trabalhadores”. Apontando para o trabalho como direito fundamental, o desemprego, desde o primeiro documento social da Igreja, é qualificado como uma “verdadeira catástrofe social” (Leão XIII). É Ele, o trabalho, meta indispensável para o ordenamento econômico que vise o bem comum. Sobre isso, diz o CDSI de forma incisiva:

Uma sociedade em que o direito ao trabalho seja esvaziado ou sistematicamente negado e na qual as medidas de política econômica não permitam aos trabalhadores alcançar níveis satisfatórios de emprego, não pode conseguir nem a sua legitimação ética nem a paz social.²⁴

Sobre desemprego e justiça social, segue o CDSI:

A capacidade de fazer projetos de uma sociedade orientada pra o bem comum e projetada para o futuro se mede também e sobretudo com base nas perspectivas de trabalho que ela é capaz de oferecer. O Alto índice de desemprego, a presença de sistemas de instrução obsoletos e de dificuldades duradouras no acesso à formação e ao mercado do trabalho constituem, para muitos jovens sobretudo, um forte obstáculo na estrada da realização humana e profissional. Quem é desempregado ou subempregado, com efeito, sofre as consequências profundamente negativas que tal condição determina na personalidade e corre o risco de ser posto à margem da sociedade, de se tornar uma vítima da exclusão social. Este é um drama que afeta, em geral, além dos jovens, mulheres, os trabalhadores menos especializados, os deficientes, os imigrantes, os ex-carcerários, os analfabetos, todos os sujeitos que encontram maiores dificuldades na busca de uma colocação no mundo do trabalho²⁵

Não obstante, a DSI não deixa de perpassar sobre dimensões caras quando se trata de direitos dos trabalhadores. A tutela do direito das mulheres ao trabalho tem espaço na voz do magistério, bem como um reconhecimento de que o direito ao trabalho é fundamental na

²³ *idem. p. 167.

²⁴ Idem. p. 170.

²⁵ Idem. p. 170.

edificação da família. O que se segue, na exposição sobre direitos dos trabalhadores, é uma série de questões que interpelam o Estado e as organizações dos trabalhadores. São elas: trabalho infantil, mundo agrícola, remuneração equitativa e distribuição de renda, e o direito a greve.

Na dimensão da “Solidariedade entre os trabalhadores²⁶”, a Igreja reconhece a importância dos sindicatos. O Papa João Paulo II, na Encíclica *Laborem Exercens*, apresenta sua percepção sobre o movimento sindical como um instrumento que cresceu mediante luta dos trabalhadores, sobretudo dos operários da indústria, pela garantia de seus direitos, em confronto com os empresários e os proprietários dos meios de produção.²⁷

A Igreja, ainda através de João Paulo II, enxerga no sindicato fator construtivo de ordem social e de solidariedade, por isso “indispensável à vida social”²⁸. Com efeito, é nesta afirmação do Papa Polonês, que o Magistério da Igreja apresenta seu posicionamento sobre a atuação sindical nos momentos de conflitos. A DSI afirma que as relações no mundo do trabalho devem ser de estabelecida colaboração. Uma vez que, para o processo de produção, são imprescindíveis trabalho e capital, é inaceitável a luta para eliminar o opositor, diz João Paulo II.

Com esta afirmação, a DSI compreende que os sindicatos são “promotores da luta pela justiça social”²⁹, portanto, esta luta deve ser um empenho pelo bem, não uma luta ‘contra o outro’. Sendo o sindicato instrumento de solidariedade, diz a Igreja, não pode “abusar dos seus instrumentos de luta”³⁰. Mais adiante retornaremos ao discurso da Igreja sobre o Movimento sindical na tentativa de apresentar os encontros e desencontros entre esses dois atores. Por hora nos interessa apresentar de maneira sucinta o registro mais significativo do pensamento social da Igreja acerca do Mundo do Trabalho.

Como há de se perceber, a Doutrina Social da Igreja é o esforço do magistério para aproximar sua função de anunciadora do evangelho e a realidade concreta das pessoas e da sociedade. Inicialmente, a Igreja Católica, se preocupou com os desafios socioeconômicos advindos com a Revolução Industrial, sobretudo em parte do mundo europeu e no continente americano, para em seguida, constituir um arcabouço doutrinal atento aos problemas sociais que perpassam o lastro pastoral de sua Igreja.

²⁶ Idem. p. 179

²⁷ *Laborem exercens*, 20: AAS 73 (1981) 629.

²⁸ Idem.

²⁹ Idem.

³⁰ Idem.

1.3 Despertar da Igreja do Brasil Para o Mundo do Trabalho: Igreja Popular e esquerda católica; JOC e ACO; Luta com a Classe trabalhadora pela redemocratização

O que apresentaremos a seguir são os esforços da Igreja Católica, hierarquia e laicato, em direção à Classe Trabalhadora. Neste certame nos debruçaremos sobre o esforço da Ação Católica no Brasil na aproximação com o Mundo do trabalho que se demonstra na Juventude Operária Católica – JOC e na Ação Católica Operária - ACO. Com especial atenção sobre a ACO em Recife. Em seguida, no esforço de compreensão do cenário político e religioso, apontaremos alguns aspectos da esquerda católica e da contribuição da Igreja (hierarquia) e da Ação Católica junto aos trabalhadores e trabalhadoras para o enfrentamento da ditadura militar, bem como na luta pela redemocratização.

1.3.1 - Juventude Operária Católica.

A Igreja Católica pós-Revolução Industrial inicia um momento de diálogo com vários setores da sociedade onde a juventude e sua força de trabalho era o centro de um desenvolvimento cultural e econômico. A década de 1920 foi frutuosa nessa empreitada porque sob a liderança do Cardeal belga Joseph Cardijn³¹ jovens europeus iniciam a Juventude Operária Católica – JOC. Na esteira da JOC outras ações especializadas surgiram tais como a JAC, JEC, JIC, JUC articulando a juventude agrária, estudantil, independente e universitária católica do Brasil.

Não é possível ter clareza sobre a data de surgimento da JOC no Brasil, nos é bastante para o momento saber que nas décadas de 1930 e 1940 este braço da Ação Católica se espalhou paulatinamente em várias dioceses e cidades do Brasil. Integrada à Ação Católica Brasileira, a JOC inicia organizada sob o modelo italiano: Juventude Masculina e juventude feminina.

A Igreja Católica seguia o desejo de Pio XI e Pio XII³² de adentrar o meio operário. A JOC fazia parte das intenções da Igreja de modernização de sua inserção social que começava com uma ação pastoral junto à classe operária. Se no início deste trabalho falamos que a Igreja não compreendeu facilmente o processo de industrialização mundial, aqui no Brasil, a perda de monopólio católico e o afastamento considerável da população às missas

³¹ Sacerdote belga, proveniente de família operária.

³² Ambrósio Damiano, Pio XI, foi Papa de 6 de fevereiro de 1922 a 10 de fevereiro de 1939. E Eugenio Maria Giuseppe, Pio XII, foi papa de 2 de março de 1939 a 9 de outubro de 1958. Fonte: MCBRIEN, 1997.

decorrentes do processo de secularização, foram importantes para avançar no trabalho pastoral junto aos operários. À JOC foi dada a missão de catequizar a Classe Operária. Documentos da década de 1940 e 1950 davam conta de deixar explícita a intenção da Igreja, uma vez que os operários eram vistos como religiosamente ignorantes e que era missão da Igreja garantir-lhes maturidade de fé:

A Maioria ignora o que seja o batismo: é simplesmente um ato que todos fazem porque sempre se fez (...) Quanto à frequência dos jovens trabalhadores à missa, é pequena (...) Grande ignorância Religiosa (...) Grande influência do espiritismo. É bem forte a penetração do espiritismo, em consequência mesmo da ignorância religiosa (...). O Cinema, a imprensa e o rádio são também um grande perigo, afastando os jovens da Igreja, desenvolvendo o culto da sensualidade, da amoralidade.³³

Na conferência Nacional da JOC, em 1950, é publicada sua missão: “a necessidade de um movimento operário cristão e consciente é urgente (...) A Igreja confiou à JOC a missão de recristianizar todos os jovens trabalhadores”³⁴

Como já dissemos, a JOC era parte das ações da Igreja nessa “conquista” dos operários. Outras frentes foram organizadas, entre elas, de maior destaque, os Círculos Operários, movimento que precedeu a JOC. Com rápida expansão, uma vez que em 1937 já estavam articulados nacionalmente, detinha uma atenção à Doutrina Social da Igreja, mas eram mais conservadores que a JOC da década de 1940. Inicialmente, a JOC não era um movimento operário organicamente. O Movimento recebia o apoio da burguesia e alguns jovens de classe média chegavam a assumir o papel de dirigentes.

Havia grande interesse de Dom Antônio dos Santos Cabral, arcebispo de Belo Horizonte, pela atuação da Igreja no meio operário. Assim, solicitou a colaboração das assistentes sociais para ajudarem na formação de núcleos da JOC. Da Escola de Serviço Social surgiram as primeiras dirigentes que, trabalhando nas paróquias da periferia, iam descobrindo os operários que mais tarde estariam à frente do Movimento. Alguns jovens da Ação Católica Geral apoiavam no começo, ajudando a formação de grupos e a expansão da JOC.”³⁵

A partir de 1950 a JOC assume a dianteira, inclusive na expansão. Nessa década ainda atuava com a missão heroica de ‘converter’ a juventude operária. Durante esse período, o

³³ Documento: Situação da juventude trabalhadora, 1950 - Biblioteca da CNBB.

³⁴ CNBB, 1950.

³⁵ MAIWARING, 1989.

movimento se desenvolveu, em larga medida, mais como um grupo de Igreja do que uma associação operária. Um assistente da JOC, na época, chegou a definir a missão do Movimento como “a glória de Deus e a salvação das Almas” (MAIWARING, 1989). O movimento não estava alheio à conjuntura, mas creditava soluções religiosas para as situações apresentadas.

Com efeito, se distanciando dos Círculos Operários, a JOC começava a ter dificuldades com as estruturas paroquiais o que dá início à organização da JOC fora das paróquias, assim, e no fim da década de 1950, o movimento já dispunha de alguns trabalhadores para função de assistentes, bem como iam surgindo padres e freiras para a assistência do movimento, o que resultou no amadurecimento gradual do movimento que, antes promovia discussões sobre família, pais, namoro, casamento, entre outras coisas, para analisar a vida e os direitos dos trabalhadores.

Em meados de 1950 a JOC inicia uma mudança na sua agenda e com a ajuda de seu método “ver, julgar, agir” começa a fazer campanhas educacionais de saúde, habitação e trabalho infantil e outras pautas sociais. Também nessa década o movimento começa a se interessar pela discussão sindical, inclusive, incentivando seus membros a ingressarem nos sindicatos. É o início da mobilização política da JOC, apesar de poucos militantes atuarem no movimento sindical naquela década, e a compressão limitada como movimento que ainda criticava os “agitadores comunistas” como era escrito em algumas de suas publicações, além de terem a preocupação de defender a máxima de que católico não vota em comunista.

Em agosto de 1957, na cidade de Roma, 35 mil jovens trabalhadores de todos os continentes realizaram o primeiro Congresso Internacional da JOC, entre estes estavam 182 delegados da JOC brasileira que retornaram ao seu país com um manifesto denunciando as humilhações sofridas pelos jovens operários. Esse retorno prometia ajudar a mobilizar as bases na busca de inserção política na vida dos trabalhadores e trabalhadoras.

A aproximação da JOC às questões políticas fez o movimento passar por uma transformação na década de 1960 de forma mais rápida e significativa. Não obstante, a conjuntura política e eclesial acelerou esse processo. No final da década de 1950, A Juventude Universitária Católica- JUC e alguns outros movimentos da Ação Católica deram um passo na radicalização de suas ações gerando assim a esquerda católica. A JUC foi especialmente importante para encorajar os militantes da JOC a assumir outra concepção de fé e política. Por outro lado, em 11 de outubro de 1962, diante de 2.540 padres conciliares, o Papa João XXIII adentra a basílica de São Pedro, em Roma, para a sessão pública de abertura

do Concílio Vaticano II. Evento que deu novo impulso a ação pastoral dos movimentos leigos.

De 1958 a 1961 a JOC se preocupou com a expansão, mas já tinha abandonado sua performance catequética. E sua opção por aproximação com os sindicatos fez a JOC se colocar à serviço de toda classe trabalhadora, não apenas do trabalhador católico. Em novembro de 1961, no Congresso Nacional de Jovens trabalhadores, o movimento apresenta seu posicionamento político. Ainda de caráter reformista e crendo que o Governo Goulart iria resolver os problemas do país com suas ‘reformas de base’, a JOC lança um documento onde critica o capitalismo pela primeira vez:

O capitalismo, nas suas consequências e pela falta de respeito ao homem, é um mal tão condenável quanto o comunismo (...) A corrida desenvolvimentista não significa necessariamente a promoção do meio operário, muito pelo contrário, no Brasil tem feito mais pobres os pobres, e os ricos mais ricos.³⁶

A guinada que a JOC executa não retira imediatamente sua religiosidade moralista. Ainda era possível ler documentos que se referiam ao ambiente de trabalho como local depravado e descrente. Mas neste mesmo período a Igreja e a JOC começam seus tensionamentos. O movimento escreveu um documento onde tece críticas ao clero: “Uma grande parte do clero ignora completamente os problemas e as aspirações da classe operária, voltando-se mais para as outras classes sociais. A pastoral da Igreja é quase que totalmente fora da realidade da vida operária”.³⁷

O que se segue na trajetória da JOC é uma forte influência dos movimentos populares que estavam imersos nas ações políticas do início da década de 1960. Vale salientar a força que os movimentos de educação popular empregaram a ponto de afetar a pastoral progressista. Tudo isso sendo motivado pelas sessões do Concílio Vaticano II à medida que apresentavam uma nova forma de vivenciar a fé, incentivando os agentes de pastoral a uma ação mais progressista além de interpelar a CNBB a se posicionar mais veementemente diante das desigualdades sociais. Em 1962 e 1963 a hierarquia, articulada na CNBB e liderada por Dom Helder, fez críticas severas ao liberalismo econômico fonte de várias desigualdades sociais e publicou um texto em apoio da Reforma Agrária. Esse cenário foi propício ao compromisso da esquerda católica e encorajou lentamente a JOC a ter membros participavam dos movimentos assumidamente de esquerda. O que está claro é que a JOC

³⁶ MAINWARING, 1989.

³⁷ I Congresso Nacional de Jovens Trabalhadores, 1961.

começa, no início da década de 1960, um distanciamento da vida sacramental nas paróquias e uma adesão aos problemas da classe operária. Em 1963, o encontro anual da JOC foi palco das divisões e defesas das concepções sobre a missão do movimento. Os jocistas de Recife e São Paulo defendiam uma posição mais radical na denúncia às desigualdades sociais atribuídas ao capitalismo. As lideranças leigas e os assistentes defendiam que a Igreja deveria atuar dentro de uma espécie de “capitalismo reformado” e foram derrotados quanto ao posicionamento do movimento. Essa posição fez a JOC imergir mais e mais na participação política ao mesmo tempo em que perdeu vários militantes que não estavam de acordo com a guinada militante que este braço da Ação Católica tomou. Ainda em 1962, antigos militantes da JOC criaram a Ação Católica Operária – ACO num esforço de continuar com a missão da JOC entre operários mais velhos. A partir daí a JOC recebe mais um suporte na ação pastoral junto à classe trabalhadora.

1.3.2 - Nasce a Ação Católica Operária;

Os delegados brasileiros para o Congresso Mundial da JOC e sua base militante no Brasil sentiram o impacto desse congresso a partir da conjuntura política do Brasil, que veremos mais adiante, mas também a partir de uma abertura eclesial ao mundo operário, no entanto, o que poderia ameaçar esta abertura era a falta de um movimento adulto com a mesma referência mística e evangélica.

Alguns militantes de liderança na JOC tornando-se adultos saíram da pastoral juvenil e a angústia da desarticulação política acelerou o contato de alguns ex-jocistas para conversar um pouco sobre sua atuação no mundo operário.³⁸ Diante do problema, a Liga Operária Católica – LOC se tornou uma possibilidade para os adultos egressos da JOC. A LOC era uma Associação paroquial e estruturalmente familiar, voltada ao assistencialismo e carente de definição ideológica. Isto ocorria porque seus membros, na maioria antigos trabalhadores manuais que tinham alcançado promoção social e haviam se tornado pequenos empresários, professores, funcionários, públicos e bancários. Daí sua atenção era mais voltada para a família do que para a classe operária como relatou o Padre Paulo Riou em obra sobre a História da ACO.³⁹

³⁸ É importante citar que a tradição da Ação Católica especializada ditava que o militante que casasse ou chegasse aos trinta anos não era mais considerado jovem e por isso deixaria a Juventude Católica, tendo como um caminho o ingresso nas entidades adultas que existiam.

³⁹ Ver: História da ACO: Fidelidade e Compromisso na Classe Operária, Ação Católica Operária, Rio de Janeiro, 1987.

Em 1960, Córdoba, Argentina, sedia o Encontro Latino-Americano de Antigos Jocistas. Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais enviaram participantes que carregaram consigo a preocupação que outrora não pode ser aliviada com a breve inserção na LOC. A pauta do encontro, que versava sobre Adultos diante da política e do sindicalismo, relação dos adultos jocistas com a JOC, a família operária e as características de comunidades operárias em cada país, animou os militantes brasileiros a trilhar o caminho de novas comunidades operárias.

Há de se perceber neste momento a ruptura que a vivência dessa atividade provocou nos militantes de então. O mês de junho do mesmo ano foi escolhido para um encontro com militantes do Pará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Maranhão, Minas Gerais e São Paulo. Este encontro acentua a distância pastoral e política que os ex-jocistas fundamentalmente cultivavam em relação à LOC e outros grupos da época, para além desse fato estabelecem que o Movimento que começa a surgir não tem na sua razão de ser uma segunda etapa da JOC, mas, uma nova organização de Classe. O encontro na Argentina motivou outros encontros latino-americanos com o objetivo de associar o movimento em gestação aos demais movimentos operários de ação católica no continente e no mundo.

Em 1962 duas reuniões com Militantes de todo Brasil foram realizadas para oficializar a criação de uma nova frente da Ação Católica, a Ação Católica Operária - ACO. Nos dias 08 a 15 de julho, 50 militantes vindos de Macapá, Belém, Bacabal, Parnaíba, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Rio de Janeiro e São Paulo se reuniram em São Luiz do Maranhão. Os militantes se debruçaram sobre temas como: Engajamento Cristão; Espiritualidade do Leigo Operário; Linhas básicas da Ação Católica Operária e Planejamento na base e em âmbito nacional. A segunda reunião aconteceu em São Paulo de 1 a 4 de novembro do mesmo ano e congregou 130 militantes do Centro-Sul, operários e operárias do Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Guanabara e Estado do Rio, além de uma comissão formada por representantes de João Pessoa, Recife e Belém para garantir os repasses da primeira reunião.

Com as duas reuniões executadas oficialmente ficou instituída a Ação Católica Operária como Ação Católica especializada, de base, voltada para a libertação da Classe Operária. Seu lema fundacional, até hoje repetido por muitos dos militantes, confirma a posição teológico – pastoral do Movimento: “Fidelidade a Jesus Cristo e a Classe trabalhadora”.

1.3.2.1 - Contexto Político e Operário onde surge a ACO

A volta do Congresso Mundial da JOC trouxe na bagagem uma agenda de discussões e um Manifesto Internacional sobre dores e humilhações sofridas pelos jovens trabalhadores além de uma urgente convocação para transformações radicais principalmente nas regiões subdesenvolvidas do mundo. Apresentava-se aí, na agenda e no manifesto, um caminho metodológico para pensar a realidade brasileira.

A Industrialização de Juscelino Kubitscheck empolgou o país e favoreceu o capital estrangeiro mediante incentivos fiscais e uma generosa remessa de lucros, que motivava a abertura de grandes fábricas de bens duráveis, dotadas de um nível de modernização considerável. Multidões de imigrantes eram atraídas para os grandes centros pela indústria automobilística, setor importantíssimo na área industrial. Bem se sabe que a área de infraestrutura e a da Indústria pesada teve paralelos no desenvolvimentismo de JK: aumento na capacidade de produzir energia elétrica, aço e petróleo. Maquinário, alumínio, borracha, cimento e outros produtos foram produzidos por Indústrias de base, além da construção de Brasília como símbolo desse desenvolvimento.

Com efeito, o desenvolvimentismo de Juscelino transformava o Brasil num Estado cada vez mais dependente do capital internacional. As áreas de atuação desse modelo produtivo excluía a agricultura deixando o setor à mercê do latifúndio. A contradição maior residia na riqueza advinda da produção ser fruto da exploração dos trabalhadores: Há números que podem e devem ser citados escandalosos: “entre 1956 a 1960 (período do governo Juscelino Kubitscheck), a produtividade industrial cresceu 37%, o lucro dos industriais foi de 76% e os salários aumentaram apenas 15% [...]”.⁴⁰ Do outro lado a urbanização do país era veloz por motivo dos sem-terra e sem trabalho que chegavam às cidades Industriais, evidentemente a favelização se intensificou e a miséria das periferias só aumentou nesse período.⁴¹

Esse cenário carregou consigo o fortalecimento do Movimento Operário. Em 1956, 16 greves ocorreram e já em 1959 conseguiram chegar a 88 greves. Tais ações motivaram o surgimento do Comando Geral dos Trabalhadores em 1960. Paralelo a luta operária nasce um

⁴⁰ História da Classe Operária no Brasil, 4º Caderno, Ação Católica Operária, Rio de Janeiro, 1985.

⁴¹ A urbanização desenfreada e o inchaço das favelas são relevantes ao contexto histórico por terem se tornado, principalmente para os militantes do Rio de Janeiro, uma bandeira de luta muito significativa. O discurso de que a Classe está localizada nas favelas e por isso trabalho e moradia são pontas do mesmo processo até hoje tem espaço nas reuniões do Movimento.

Movimento forte de associação de moradores e entidades de favelas e no meio rural as ligas camponesas e os sindicatos rurais.

1.3.2.1.1 – Implicações desse contexto no Nordeste

A região Nordeste foi expressiva na atuação da ACO e em princípio da JOC, daí, como veremos, o Movimento assumiu um caráter de resistência capitaneado pelos Militantes Nordestinos, principalmente no período de semiclandestinidadade. Um olhar sobre o contexto político do Nordeste quando do surgimento da ACO clareará o chão onde a ACO fincou os pés.

O desenvolvimentismo Juscelinista privilegiava a região sudeste enquanto a atuação no Nordeste se resumia a uma política assistencialista degradada que enfrenta um esgotamento a partir da grande seca de 1958. As denúncias sobre essa situação ganhavam respeito por partirem de setores da Igreja. Os bispos do Nordeste ainda em 1956 reunidos em Campina Grande se aliam oficialmente a “Operação Nordeste” do governo o que resultará na implantação da SUDENE.⁴² O grupo de trabalho para o Desenvolvimento Econômico do Nordeste, coordenado por Celso Furtado, na apresentação do documento “Uma política de desenvolvimento Econômico para o Nordeste” observa o setor agrícola como grande entrave entendendo assim a industrialização como única saída face o atraso da região.⁴³

A SUDENE, projetada em fevereiro de 1959, só sai do papel em dezembro do mesmo ano, o atraso é fruto de divergências com a oligarquia agrária da região que começava a se preocupar com mudanças estruturais previstas nas diretrizes da SUDENE. O desenvolvimento da região estava então submetido as querências do ruralismo nordestino e os aportes do mercado do sul do país, como bem retrata Alexandra Monteiro:

Parece claro, portanto, que o problema nordestino se configura como problema político, não só do ponto de vista das relações a nível nacional e inter-regional, mas também do ponto de vista local, em função dos interesses da oligarquia agrária. Entretanto o plano de ação proposto consegue o apoio de amplos setores do governo local e nacional e, sobretudo, do empresariado do Sul do país que acena para a possibilidade de um novo mercado de investimentos que despontaria através da SUDENE.⁴⁴

⁴² MONTEIRO, Maria Alexandra da Silva. *Ação Católica Operária: Fé e luta em tempos difíceis no Nordeste do Brasil* - Dissertação de Mestrado, Recife, UFPE, 199.

⁴³ Idem.

⁴⁴ Idem.

A industrialização ganha corpo no Nordeste, mas seu foco ainda é a atividade agrícola seja no processamento de produtos agrícolas, de óleos vegetais, usina de açúcar e fabricação de tecidos de algodão. Este último é importante na história da JOC e da ACO.

Na década de 1940 o setor têxtil já empregava 40% da mão de obra da Indústria além de manter a utilização da força de trabalho na agricultura regional. A contradição se concentra no fato deste setor ter relevância regional, mas vir perdendo espaço nacionalmente. Falta de maquinário mais dinâmico, serviços de manutenção que aumentavam os custos e uma produção concentrada em tecidos grossos contribuíam para o declínio da indústria têxtil local.

A percepção desse momento e dessa relevância regional paralela ao desgaste com o mercado nacional é importante na caminhada da ACO por que o Parque têxtil da região Metropolitana do Recife abrigou as primeiras equipes de base da ACO, compostas em maioria de adultos advindos da JOC. A contextualização histórica do Nordeste aparece de maneira expressiva porque ao longo do texto será demonstrada a direção que a ACO assume por setores estratégicos da economia da região.

1.3.3– A Igreja e a Esquerda Católica.

Vários estudos já deram conta de apresentar esse setor do laicato católico, por isso, aqui não nos cabe um apresentar detalhadamente os componentes, apenas introduzimos este ponto para garantir, ao corpo do trabalho, a relevância, apesar de ser um grupo não tão numeroso, do dinamismo que parcela dos leigos tiveram a ponto de afetar, até mesmo provocar, a hierarquia católica a caminho de mudanças.

No Brasil, no final da década de 1950 e o início da década de 1960, a inserção de católicos nos movimentos rurais, operários e estudantis foi o espaço da participação dos leigos e leigas em espaços de política progressista. A esse movimento radical do laicato no Brasil chamamos de esquerda⁴⁵ católica. Algumas dessas frentes mais relevantes serão citadas no decorrer desse ponto.

A Juventude Universitária Católica – JUC, fez um caminho semelhante ao percorrido pela JOC, no entanto com uma radicalização mais rápida e intensa até o fim dos anos de

⁴⁵ Do ponto de vista político, para efeito de nossa visão acerca da noção de esquerda, compreendemos esta como oposição radical ao capitalismo. E esta radicalidade se dá a cada momento historicamente determinado. Os movimentos que aqui descrevemos e analisamos, buscaram ser profundos e fizeram esforços preparatórios de ser movimentos, também, políticos e não somente eclesiais. Por isso causaram incômodos à Igreja nesse contexto.

1950. A JUC foi criada em 1930 como parte da Ação Católica para ser um movimento conservador. Assim como com a JOC, sua função seria cristianizar a futura elite (MAINWARING, 1989). Em meados de 1940 se torna mais autônoma e a partir daí foi se envolvendo com o movimento universitário e as reuniões de grupos de esquerda até que no final de 1950 pode radicalizar significativamente sua atuação, o que conseqüentemente levou a um conflito acentuado com a hierarquia da Igreja. Em 1959, o movimento sai de sua Conferência Nacional declarando que a ação política é parte de engajamento e compromisso evangélicos.

E em 1960 afirma no documento *Algumas Diretrizes de um Ideal Histórico Cristão para o Povo Brasileiro* a JUC critica o capitalismo como “uma estrutura monstruosa, sustentada por toda sorte de abusos, de explorações de crimes contra a dignidade da pessoa humana. (...) O capitalismo, realizado historicamente, só pode merecer a tranquila condenação da consciência cristã”. O envolvimento cada vez maior da JUC com a esquerda fez os universitários católicos exercerem influência sobre o movimento estudantil e outros movimentos de educação popular e associações de bairro. A vivência de uma atuação política junto ao movimento estudantil levou a JUC a atuar na União Nacional dos Estudantes (UNE) e em 1961 eleger Aldo Arantes, militante da JUC, presidente da UNE, iniciando assim, uma hegemonia católica que seguiria até a redemocratização.

Os tensionamentos entre JUC e hierarquia levaram alguns militantes a criar a Ação Popular – AP. Um movimento era uma tentativa de cristãos atuarem fora da Igreja e por isso mesmo, sem seus ditames. Em pouco tempo a AP perfilava ente o PCB e o PCdoB como uma das maiores organizações da esquerda brasileira, atuando no movimento sindical, na educação popular e entre os camponeses. Livre das imposições da hierarquia católica a AP e a crítica ao otimismo que a JUC nutria em relação ao governo Goulart e suas reformas, a AP se colocou à esquerda dos universitários católicos a fim de criticar o “nacionalismo desenvolvimentista”. Diante da posição da JUC a AP enxergava a revolução como caminho para uma nova sociedade.

A “Declaração de Princípios” da AP declarava a necessidade de superação do capitalismo e implantação do socialismo, por isso, o movimento assumiu a tarefa de ajudar na formação das massas. Mesmo vindo de orientação católica a AP não ocultava suas aproximações com o pensamento marxista.

Os Movimentos de Educação de Base também foram um forte espaço de associação dos católicos com a esquerda no início de 1960. Eram experiências de educação popular e diálogo cultural. O Método Paulo Freire e o Movimento de Educação de Base (MEB) foram

os movimentos de educação popular com maior relação com a Igreja e o laicato. Paulo Freire e o MEB influenciaram a Igreja de forma distinta ao que a JUC e AP se propunham. Não estava em jogo propor uma nova forma de ler a fé, mas uma maneira de construir um trabalho popular e isso se refletia na vinda de leigos da ACB para compor os quadros do MEB, com o desejo de vivenciar seu compromisso de fé mediante uma ação política e popular.

A esquerda católica acompanhou e influenciou algumas mudanças na Igreja Católica, mas a mais importante para compreensão do tema central de nosso trabalho provocar a mudança no conceito de laicato. Se Ação Católica tinha apresentando um apostolado aos leigos e leigas, a esquerda católica, na década de 1960, apresentou campo e estratégias para ações pastorais na década de 1970. A transformação social refletida na vivência da fé da JUC, o binômio cristianismo e socialismo da AP e as práticas pedagógicas populares de Paulo Freire e do MEB foram essenciais na compreensão da relação entre fé e política entre os leigos e leigas. Não só o Brasil, o mundo católico começava a pensar sobre este ‘novo jeito de ser igreja’, e o Concílio Vaticano II, junto à influência da teologia progressista europeia, serviram de suporte a essa experiência. A partir daí o que se viu foi uma nova concepção de missão da Igreja que pode subsidiar novidades no campo teológico. Sobre esse momento, Mainwaring escreve:

A esquerda católica iniciou o desenvolvimento de uma das primeiras teologias latino-americanas. Foi uma das reflexões de vanguarda sobre a especificidades da fé católica no terceiro mundo. Seu papel de precursora da teologia da libertação foi uma inovação importante e poucas vezes comentada. OS jovens católicos de esquerda não reduziram a fé à ação política, nem colocaram Marx à frente de Cristo, mas, de fato, acreditaram que a fé exige um compromisso de criar um mundo mais justo. A esquerda católica insistia que, como filhos de Deus, todos são dignos de respeito e do direito À vida digna. Ela achava que os cristãos têm obrigação de tentar transformar as estruturas sociais que impedem a realização dos desígnios temporais de Deus. Achavam importante participar na construção de uma sociedade mais justa, mais humana, sociedade que, eles estavam convencidos, exigia uma mudança social radical⁴⁶

Para nós, é de suma importância apresentar esse retrato da esquerda católica para identificar o cenário e o repertório político e teológico que subsidiará a ação da Igreja junto aos trabalhadores e trabalhadoras na ACO e nos movimentos que o ladeiam. E esse cenário

⁴⁶ MAINWARING, 1989.

novo da Igreja no Brasil, motivando a inserção de padres e bispos progressistas nas pastorais e serviços, tem relação direta, entre outros fatores, com o surgimento da esquerda católica na década de 1960.

1.3.4– Igreja, Classe Trabalhadora e o Regime Militar: A ditadura militar e a resistência operária

Quando a JOC chegou à segunda metade da década de 1960, o movimento já tinha abandonado o reformismo e publicado sua definição anticapitalista. É essa visão política, que se diferenciava da esquerda marxista, aliada à sua profissão de fé que fará da JOC uma das protagonistas da Igreja Popular.

A transformação política da JOC foi decisiva para o enfrentamento dos anos de Regime Militar sob dois aspectos: político e econômico. O regime militar reprimiu os movimentos e executou prisões de líderes, também lideranças da JOC foram presas. Quanto ao modelo econômico adotado pelo Regime, as decisões geravam desigualdades gigantescas e o declínio dos salários, agudizando ainda mais as dificuldades na condição de vida dos trabalhadores. Em 1969, os salários já sofriam uma queda real de 36,5% no estado de São Paulo.

Muitos grupos de esquerda estavam passando para a clandestinidade, uma vez que só conseguiam ver este canal de luta como possível, após a descrença no reformismo. A JOC se distinguia desse posicionamento, mas manteve contato com o marxismo e a teoria da dependência que influenciaram seus métodos de análise. Ladeando a esquerda, na tarefa de influenciar transformações na JOC, estava a Igreja. Se é verdade que o episcopado brasileiro, coletivamente, foi tacanho, de 1964 a 1968, a Igreja dava sinais de que o caminho adotado pela JOC era um campo fértil para a ação política dos cristãos. Terminado em 1965, o Concílio Vaticano II animava as comunidades e movimentos a assumir práticas pastorais progressistas.

O número de leigos e leigas, comprometidos nas pastorais, preocupados em implantar uma Igreja Popular, salta significativamente, abrindo assim espaço para o surgimento das primeiras comunidades de base e com elas as primeiras reflexões sistemáticas sobre trabalho pastoral com a classe trabalhadora. Subsidiando essa posição pastoral, surge uma teologia latino-americana com interesse na relação “fé, política e libertação” que tinha um desdobramento prático: a opção preferencial pelos pobres.

A recepção do Concílio Vaticano II na América Latina e o impulso que ocasionou animação na Igreja Popular no Brasil são frutos dos desdobramentos promovidos pela Igreja Latino-americana nas Conferências de Medellín e Puebla.

De 24 de agosto a 6 de setembro de 1968, a cidade de Medellín, na Colômbia, sediou a II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano. A Conferência de Medellín gesta uma Igreja com rosto Latino-americano (BEOZZO, 2018, p. 12). Na dimensão de Igreja-povo de Deus, Medellín completa a missão da Igreja com a opção preferencial pelos pobres. Essa profissão de fé encorajou o episcopado a fazer denúncias das injustiças que os povos latinos sofriam à época em várias ditaduras. Uma Igreja servidora e pobre era a tomada de posição para ser uma comunidade solidária aos pobres e suas causas. Vale salientar, que os bispos adotaram o método *ver-julgar-agir*”, herança da Ação Católica como roteiro do encontro. A reflexão sobre a recepção conciliar foi ladeada por temas com justiça, vida consagrada, pastoral popular e teologia latina- americana.

Onze anos depois, o Conselho Episcopal Latino-americano viria se reunir novamente. Agora em Puebla de los Angeles, no México. De 27 de janeiro a 13 de fevereiro de 1979, a Igreja Latina e Caribenha retomou as pautas do Concílio Vaticano II e de Medellín, bem como, trouxe outras questões. A opção pelos pobres veio unida à opção pelos jovens, A evangelização inculturada, religiosidade popular, libertação, promoção humana e à política. (SOUZA, 2019, p. 46).

Com o golpe em curso, vários jocistas foram detidos ou presos por causa de sua liderança nos movimentos populares. Diante disso, a coordenação nacional da JOC lança um manifesto onde afirma a posição do movimento sobre a Ditadura imposta à sociedade brasileira:

Para os operários adultos ou jovens que estão mais por dentro do problema operário, do movimento operário e da vida política do país, a revolução se fez, não para os operários e para atender às suas aspirações, mas para justamente barrar o Movimento Operário, impossibilitar o avanço das ideias renovadoras apregoadas por alguns líderes, e retirar de circulação as principais lideranças operárias e populares.⁴⁷

O posicionamento da JOC lhe custou muito caro, pode-se dizer que lhe custou quase a extinção do movimento, que durante o golpe, ficou impedido de ser um movimento de massa passando a ser um grupo de militantes preocupados com a análise da realidade, uma vez que as ações diretas estavam impossibilitadas.

⁴⁷ Manifesto: “A JOC diante dos acontecimentos de Primeiro de Abril”, 1964.

É importante lembrar que a perseguição à JOC vinha também de setores da Igreja que apoiaram o golpe. Os Círculos Operários, grupo conservador, apoio o golpe sob pretexto de lutar contra o comunismo.

O Concílio Nacional, realizado em parceria com a ACO, em abril de 1968, reafirmava o caráter anticapitalista do movimento. Esse evento marcou o início de maior repressão a esses dois movimentos. Grande parte da repressão à Igreja estava relacionada à JOC e a ACO. A perseguição aos movimentos operários foram porta de entrada para cercar a Igreja. Ataques a Dom Helder Câmara, então Arcebispo de Olinda e Recife, e a demais bispos nordestinos por apoio à ACO eram constantes, padres ligados aos operários que deflagraram greves em Osasco e Contagem foram punidos. Vale registrar entre estes, o padre Pierre Wauthier, francês, preso e expulso por estar junto aos operários. Wauthier foi assistente da JOC. A CNBB emitiu uma nota, ainda em 1968 denunciando a violação dos direitos humanos, principalmente no que se refere às prisões, mas a perseguição continuava e assistentes clérigos da JOC e da ACO foram presos em Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo, Nova Hamburgo e Recife. Sedes da JOC e da ACO foram invadidas e seus militantes presos e torturados. Em Recife, dia 26 de maio de 1969, um assistente dos vários grupos juvenis da Arquidiocese de Olinda e Recife foi o primeiro sacerdote assassinado pelo Regime. O Corpo do Padre Antônio Henrique Pereira da Silva Neto, jovem de 28 anos de idade e 3 de sacerdócio, foi encontrado na área do Campus Universitário da UFPE com marcas de tortura e execução.

Especificamente no caso da ACO, há de se apresentar traços daquilo que os militantes mais antigos chamam de “batismo de sangue”, termo que é usado até hoje para se referir ao período de Ditadura militar no Brasil.

A ACO se fortificou em 1963 e articulou vários espaços de luta operária e sindical aumentando o número de militantes e de equipes de base. Sendo ainda um movimento novo certamente não possuía ficha nos arquivos policiais, mas logo foi identificado pelos agentes da repressão. Os militantes de Minas Gerais foram os que inicialmente mais sofreram por terem um engajamento muito forte há certo tempo, além da direita mineira ter sido uma das mais ostensivas na articulação do golpe. O clima no Movimento mineiro era de alerta constate, nas conversas – entrevistas e depoimentos enviados para construção dessa pesquisa pudemos recolher parte dessa história. A partir do depoimento de Geraldo Francisco Barbosa, mineiro de Sete Lagoas, conhecido mesmo na ACO-MTC por Tchó (apelido que vem desde seu trabalho na JOC). Quando fala da ditadura militar ele expõe:

Por volta de 1969/70, pouco depois de ter casado com Maria Camilotti, ex jogista com eu. No começo a gente ia para Belo Horizonte de ônibus (70Km) para fazer RVO⁴⁸ com o pessoal de lá. Depois começamos a lançar a ACO em Sete Lagoas. A ditadura estava feroz. Fazíamos reuniões sentados na cama onde estava Maria de resguardo dos filhos (era uma forma de despistar). Perto de nossa casa tinha um bairro novo com muito formigueiros, Juntávamos com alguns companheiros daqui com alguém que vinha de Belo Horizonte ao redor dos formigueiros. Se aparecesse alguém estranho eu, professor de técnicas agrícolas, ensinava a como se livrar das formigas...

A repressão foi vivenciada por todos que tínhamos alguma atuação social diretamente pelos milicos ou por colaboracionistas para usarmos um termo da segunda guerra mundial.

Dentro da própria Igreja existiam grupos como o TFP (tradição, Família e propriedade) que prendeu e entregou ao DOPS muitos militantes da JOC, por exemplo.

Tive de sair do Rio de Janeiro para Belo Horizonte para tentar localizar e buscar formas de apoiar militantes presos.

Para muitas viagens ao exterior tivemos de contar com trabalhos de despachantes para liberação de vistos de saída e na hora de receber o passaporte no DOPS era um tormento. Convivi com militantes e sacerdotes que foram presos e torturados.

Por muitas vezes senti os efeitos do gás lacrimogêneo e das bombas de efeito moral em manifestações de protestos ou de greves. O peso do cassetete nas minhas costas e de outros companheiros na luta. Arrastado pela PM quando sentávamos nas ruas para fazer escutar os nossos gritos contra a própria repressão. Preso uma vez por poucas horas por fazer piquetes de greve na Delegacia Regional de Ensino. A manifestação popular obrigou o Delegado de Polícia me libertar juntamente com outro companheiro e uma companheira que foram presos junto comigo.

Não vi, mas tive mais notícias da prisão de companheiros da JOC e do assassinato brutal de um ex- militante da JOC e outra da JEC de Sete Lagoas.⁴⁹

Outros fatos apresentam a força que a ACO empunhou para poder continuar viva em período tão avassalador. Um deles aponta não só a repressão do Estado, mas dos setores de direita da Igreja. O Militante José Gomes Pimenta, conhecido como Dazinho foi eleito pelos operários e ficou conhecido como “deputado operário cristão”⁵⁰, em fevereiro de 1964, com autorização do governo estadual, haviam marcado uma assembleia. Líderes sindicais, deputados de esquerda, entre eles Dazinho e ao seu lado Brizola iriam tomar aparte como oradores. O povo preparava-se para receber Brizola quando a polícia de Magalhães Pinto na cavalaria dispersou todos com bomba de gás. Indignados com a truculência Policial a ACO

⁴⁸ RVO: Revisão de Vida Operária, compõe parte da pedagogia do Movimento onde militantes reúnem-se para analisar a realidade.

⁴⁹ Trecho da entrevista publicada, pelo Jornal Brasil De Fato, edição de 27 de dezembro de 2012 a 2 de janeiro de 2013, por ocasião da publicação de matéria sobre os 50 anos da ACO.

⁵⁰ **História da ACO: Fidelidade e Compromisso na Classe Operária, Ação Católica Operária.** Rio de Janeiro, 1987.

redigiu um manifesto contra o Governador Magalhães Pinto impresso e distribuído com a autorização e o apoio do Arcebispo Dom João. Este gesto valeu um abaixo assinado às pressas da TFP dirigido ao Papa que tinha como conteúdo denunciar a infiltração de comunistas na Ação Católica Operária de Belo Horizonte, entre estes comunistas infiltrados a TFP colocava o próprio Arcebispo de Belo Horizonte.

Em 1968 foi preparado o Congresso Nacional da ACO, na cidade de Vassouras no interior do Rio de Janeiro, para discutir os rumos do Movimento e sua atuação diante da conjuntura que se apresentava. O Congresso foi preparado pelas bases, mas ninguém sabia onde seria realizado, apenas quatro pessoas do Rio de Janeiro preparavam o Local, os delegados do Congresso após chegada no Rio de Janeiro eram conduzidos por caminhos variados para confundir os militares até conseguir chegar ao local do encontro. O temário votado para o congresso tinha cinco eixos:

- 1) Análise crítica da situação brasileira;
- 2) Características e tendências do Movimento Operário brasileiro;
- 3) O processo revolucionário brasileiro e o papel da classe operária;
- 4) Fé e revolução: Dimensão da liberdade que Cristo revela;
- 5) Missão da ACO nessa realidade: papel, método e organização.⁵¹

O caráter semiclandestino foi aprovado pelos militantes e para isso algumas modificações na organização foram promovidas como a redução das atribuições da comissão executiva nacional transformando-a em articulação nacional para não correrem o risco da exposição excessiva dos membros, mas automaticamente criando coordenações regionais clandestinas para unificar as atividades regionais. Os militantes de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo estavam encurralados pela repressão o que levou os operários a concentrar a articulação nacional à Equipe de Recife (formada por dois articuladores e um assistente). Um dos motivos fortes para esta decisão tinha nome: Dom Helder Câmara, que dava apoio a ACO Nordestina. O ingresso na clandestinidade militante provou o que os militantes escreveram em uma de suas obras: “A ACO que o golpe de 1964 encontrou era, pois, um movimento preparado para resistir. E resistiu.”⁵²

⁵¹ Idem.

⁵² Idem.

1.3.4.1 – O testemunho de dois militantes: Luiz Tenderine e Xavier Uytendenbroek.

Na introdução deste trabalho apresentamos uma das ferramentas usadas: a entrevista à personagens significativas na história e na análise do nosso objeto de estudo. Aqui, iremos apresentar dois desses militantes e algumas de suas colocações sobre a relação da Igreja e a Pastoral no Mundo do Trabalho. Nesta parte do texto, iremos nos centrar na vivência dos dois militantes sobre a ditadura e a redemocratização. Mais à frente, ouviremos suas contribuições sobre a Igreja e os sindicatos, rumos da pastoral operária e sua avaliação sobre a Igreja e Classe Trabalhadora hoje.

1.3.4.1.1 – Xavier Uytendenbroek – da teologia de Louvaine ao ABC Paulista.

Xavier, padre secular da Diocese de Bruxelas, Bélgica, foi ordenado presbítero em 1964. Em 1966, no dia que completara 27 anos, o jovem Padre Xavier chega ao Brasil desembarcando no Porto de Santos para trabalhar numa comunidade na Zona Leste de São Paulo. A paróquia onde iniciou a missão era liderada por um padre assessor da JOC, Padre Jan Croimans.

Estava ali o jovem padre belga diante de uma realidade desafiadora. Durante a entrevista Xavier arremeta: *“tive de sair de uma teologia de Louvaine para e me adaptar à teologia Latino Americana na Zona Leste de São Paulo. Para isso me aproximei dos jovens e comecei a ouvir os jovens”*.

Os jovens, de quem fala Xavier, serão os jovens do Bairro do Brás, pessoas ligadas à cadeia de produção nas fábricas de costura. Jovens rapazes, mas também jovens mães de família. Acompanhando estes jovens, Xavier vê surgir a Associação das Mães do ABC Paulista. Isto desperta nele a motivação para acompanhar a Pastoral Operária e por isso, várias vezes, na neblina paulistana, as quatro horas da manhã, o Padre estava nas portas da fábrica panfletando e conversando com os trabalhadores e trabalhadoras. Não perde tempo e junto a essa ação, na Paróquia de Santo Antônio do Burgo Paulista, onde permanece de 1968 a 1978, inicia um trabalho pastoral para nuclear a JOC e logo recebe apoio de militantes do PC do B, que foram morar na comunidade. Quando a essa ajuda de militantes do PC do B, Xavier respondeu: *“a luta maior era contra a ditadura, não era problema se era ou não da Igreja”*.

Como já apresentamos anteriormente, a ditadura militar no Brasil teve nas pastorais, entidades católicas e religiosos e religiosas um de seus alvos mais significativos. E no dia 30 de outubro de 1979, Padre Xavier Uytendenbroek foi detido no DOP'S. Era o dia da morte do Operário Santo Dias da Silva, assassinado pela polícia enquanto liderava um piquete de greve. Xavier recorda que eram quatro os padres presos no DOP'S e o próprio Xavier confirma uma das motivações para a prisão de tantos padres:

Havia uma escolha de prender padres e intelectuais para mostrar que o movimento não era operário. Mais à frente, em nossa conversa, Xavier conta um pouco sobre como acompanhou as exéquias de Santo Dias:

*“Eu ouvia a missa pelo rádio dos policiais, numa certa hora, ouvi um grito “Manda esse reverendo pra Puta que Pariu!” era a voz do delegado, o mesmo que interrogou Frei Betto. Houve, junto com dom Paulo Evaristo Arns, uma caminhada de 20 mil pessoas levando o corpo de Santo na catedral da Sé. Eu... escutei detido a missa irradiada (no último volume) no DOPS. A missa terminou ao meio dia e o delegado em tom de sarcasmo no fim da missa me disse que seria liberado. Eu tinha pedido (ingenuamente ou propositalmente) de poder concelebrar, mas ele me mandou naquele lugar e terminei passando à tarde toda com outros detidos”.*⁵³

Apesar de todo apoio manifesto, o padre do Clero de Bruxelas e incardinado em São Paulo, que desenvolveu seu início de pastoral ainda sob o cajado de Dom Agnelo Rossi e de seu Auxiliar Dom Paulo Evaristo Arns, Xavier recorda que, à época, o Consulado Belga se preocupou mais com sua soltura do que a Igreja.

1.3.4.1.2 – Luiz Tenderine

Jovem militante, nascido em Premana, pequeno vilarejo dos Alpes italianos. Chegou em São Paulo em 1969 e já inicia no ofício de torneiro mecânico. Desde de que sentiu abertura da Igreja Católica, Tenderine foi partícipe da construção da Pastoral Operária.

Tenderine afirma que antes de 1964 a classe trabalhadora tinha força no mundo sindical, por isso, a primeira estratégia não foi de fechamento dos sindicatos, mas de retirada dos diretores combativos colocando pessoas comprometidas com o golpe para desmontar a luta operária. O Sindicato que construía uma agenda de lutas, agora se via oferecendo remédios, promovendo festivais e colônias de férias. A solução encontrada para combater

⁵³ Depoimento proferido para construção deste trabalho, em 11 de março de 2021.

esta situação foi a união de duas vertentes: operários vindos das comunidades de base e os operários dos partidos clandestinos. “*Na luta nos encontrávamos*”, afirma Luiz Tenderine.

Com o recrudescimento do golpe, membros da oposição sindical e da Pastoral Operária foram presos. Simbolicamente as primeiras prisões foram realizadas dentro das Igrejas. Neste período, Tenderine trabalhou na indústria metalúrgica e atuava na Pastoral Operária. Foi aí que por dois anos trabalhou com o operário Santo Dias. Em fevereiro de 1974, Tenderine passou uma semana na tentativa de arrancarem dele informações sobre algumas pessoas. Em março foi preso por dois dias, e três dias depois detido novamente, dessa vez por um mês e meio no DOI-CODI. Sobre esse momento nos relata Tenderine:

“Me levaram na minha casa e procuravam documentos, nada acharam. A prova que levaram para o DOI-CODI para mostrar que era subversivo foi o livro do Paulo Freire, Pedagogia do Oprimido. Fui torturado e interrogado por vinte dias e depois fiquei ‘sarando das feridas’, mas voltei para Cúria ainda roxo e Dom Paulo e a Comissão de Justiça e Paz tiraram fotos do meu corpo para denunciar”.

Em abril de 1979 Tenderine chega a Recife e passou a trabalhar como instrutor de ajustagem mecânica no Centro de Trabalho e Cultura – CTC e a atuar na Pastoral Operária na Arquidiocese de Olinda e Recife. Em 1996 iniciou, ao lado de Dom Helder Câmara, o projeto da Associação dos Trapeiros de Emaús. Entidade que reúne em sua atuação geração de renda, reciclagem e sustentabilidade, formação profissional e atendimento aos trabalhadores e trabalhadoras em situação de vulnerabilidade social.

Concluimos este primeiro capítulo com dois depoimentos que nos servirão de travessia ao segundo capítulo. A trajetória militante dos dois depoentes, suas agruras na repressão e o prosseguimento da ação pastoral nos apontam o que há de vir: a Igreja Popular, sua ascensão, sua contribuição pastoral à classe trabalhadora durante a reabertura democrática e seu declínio.

CAPITULO II - IGREJA E MUNDO DO TRABALHO ENTRE SENSIBILIDADE E ESFRIAMENTO

Após a breve contextualização histórica a que se propôs o primeiro capítulo, cabe a esta parte da pesquisa apresentar, ainda mediante o fio da história, os tensionamentos e os desdobramentos da ação da Igreja diante da agenda da classe trabalhadora. A Igreja popular, sua política e declínio, além do posicionamento da Igreja em face da reconfiguração da classe trabalhadora serão problematizados nas linhas a seguir.

2.1 O discurso da Igreja para a Classe Trabalhadora: tensionamentos e aproximações com a Doutrina Social da Igreja.

No capítulo inicial apresentamos um resumo do discurso social da Igreja acerca da categoria trabalho. Palavra que tem peso de doutrina, a Doutrina Social da Igreja. Essa é a baliza da Instituição para emitir sua opinião, apresentar sua catequese social e para calibrar a ação pastoral junto aos trabalhadores e trabalhadoras. Agora, o surgimento e o declínio da Igreja Popular no Brasil, é o cenário para perceber as tentativas de aproximação, os diálogos exitosos e os insucessos e descolamentos na agenda pastoral.

2.1.2 Igreja Popular – desenvolvimento pastoral.

A ação pastoral da Igreja Católica de meados de 1970 a meados de 1980, nos ajuda a seguir um itinerário do que chamamos de Igreja Popular. Esta forma de ser Igreja apontou sobrejamente aproximações com os trabalhadores e trabalhadoras. Aqui podemos resumidamente recordar a conjuntura que circundava esta opção pastoral bem como a atuação política da Igreja, a participação da CNBB, os conflitos internos e o diálogo com o catolicismo popular.

Aproximadamente entre 1974 e 1982 a Igreja vivenciou uma reconfiguração na liderança. Os progressistas assumiram a dianteira ao lado dos reformistas e deram à Igreja a linha pastoral que definiu a justiça social como um dos eixos principais da teologia brasileira e seus desdobramentos pastorais. Esse novo arranjo eclesial colocou a Igreja do Brasil na posição de reduto eclesial mais progressista do mundo à época. O cenário eclesial e político incidiu no alcance dessa posição. Apesar do CELAM, sob orientação da Cúria Romana

estar em vigilância sob o episcopado brasileiro, a teologia da libertação surge e subjaz o ordenamento pastoral com a contribuição mais produtiva na América Latina.

Em 1973 tem início um processo que direcionava o país para abertura política. De um lado, os militares começam a perceber que o nível de repressão imposto não era mais necessário e começara a ser prejudicial, de outro lado, apesar de toda pressão exercida, os movimentos populares, parte deles com o apoio de agentes da Igreja, não arrefeceram. A repressão diminuiu, mas não se encerrou rapidamente, principalmente sobre a Igreja e os movimentos populares. Em 1978, os operários do ABC deflagraram uma grande greve, O Movimento Custo de Vida estava se capilarizando nacionalmente⁵⁴, e os movimentos conseguiam se posicionar por menos repressão e violência.

Com a reforma partidária de 1979, a Igreja precisa mais uma vez se manifestar sobre os atores que poderiam agir de forma representativa, na garantia dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. A dissolução da ARENA e do MDB suscitou critérios para a fundação de novos partidos. O Partido Democrático Social (PDS), era o mais novo partido do governo e o bloco de oposição era dividido entre cinco partidos: Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Popular (PP), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Democrático Trabalhista (PDT), e o Partido dos Trabalhadores (PT). Paralelamente, a ala progressista vai garantir espaço na CNBB. Apoiada sobre a ideia de “Povo de Deus”, que indica que a missão da Igreja encontra sua completude quando leva em conta as agruras sociais que vivem os povos, a CNBB acentua a opção preferencial pelos pobres e pede que a Igreja seja pobre também. Para assumir esta pobreza, o colegiado dos bispos critica a adesão ao poder tão assumida pelos episcopos da neocristandade. Na pauta trabalhista, a CNBB aprovou vários documentos gerais⁵⁵ que criticavam incisivamente o desenvolvimentismo que excluem os trabalhadores e trabalhadoras. São incisivos, os documentos, pela crítica que fazem ao desenvolvimento elitista que deixa os pobres mais pobres e não garante a participação popular, premissa da democracia. O Documento sobre a conjuntura política, de 1981, sintetiza a denúncia feita pela CNBB sobre a Classe trabalhadora e seus desafios:

Nenhuma reforma logrará consolidar formas estáveis de democracia, se não tomar em consideração a necessidade de abrir espaços para que os

⁵⁴ DIAS, Luciana; AZEVEDO, Jô; BENEDICTO, Nair. Movimento iniciado através do Clube de Mães, na década de 1970, em São Paulo e tomou proporção nacional, sua primeira bandeira era enfrentar o alto preço dos alimentos. Fonte: Santo Dias – Quando o passado se transforma em História. São Paulo, Cortez 2004.

⁵⁵ Os mais relevantes: “Elementos para uma política Social” (1979) “A Igreja e os Problemas da Terra” (1980); “Ação Pastoral em Solo Urbano” (1982);

trabalhadores e os sem trabalho, os posseiros expulsos da terra e acusados de subversão, os índios, os subalimentados, as massas sem instrução, sem auxílios de saúde sem habitação descente, sem emprego estável, sem salário suficiente, cheguem por fim a ser reconhecidos como cidadãos com plenos direitos” (citar fonte: “Reflexões sobre a Conjuntura Política”, Documentos da CNBB, 22 (1981) Documento aprovado pelo conselho permanente da CNBB, 29.8.1981).

Essa atuação rendeu ao colégio dos bispos e às suas dioceses à manutenção dos problemas entre Igreja e o Estado. Com a crítica veemente dos bispos e o conflito protagonizado por entidades católicas de base, relatórios do exército acusavam o clero brasileiro de subversão e marxismo.

2.1.2.1 Conflitos, limites e posicionamentos da Igreja Popular

A Igreja Popular vivencia um de seus primeiros dilemas, ainda quanto à reforma partidária. Parte das lideranças acreditava que a pauta era muito importante e por isso, as Comunidades de Base deveriam se aproximar da discussão, mas outras lideranças defendiam que a Igreja não deveria se aproximar de nenhum partido. Enquanto essa situação gerava o debate, os militantes ligados à Igreja se dividiam sobre qual partido se unir. A grande maioria decidiu apoiar o PMDB e o PT.

A abertura democrática trouxe desafios e fez a Igreja pensar em suas limitações na ação pastoral junto à Classe Trabalhadora. A diminuição da repressão fez com que a Igreja fosse cuidando mais e mais de sua evangelização, aproximando-se da religiosidade popular. Isso porque a Igreja brasileira foi, cautelosamente, ressignificando sua participação política. A atuação da Ordem dos advogados do Brasil e dos partidos de oposição recém-criada deixou para a Igreja uma ideia de que ela poderia se liberar paulatinamente das atividades mais ostensivas em defesa dos direitos civis. Vale salientar que a Igreja não abandonou a dimensão política que seu discurso apresentava e, mesmo que a abertura política promova uma relação aparentemente menos acirrada entre Igreja e Estado, em agosto de 1981, a CNBB lança o documento “Reflexão Cristã sobre a Conjuntura Política” que evidenciava a abertura política, mas afirmava que a democracia não seria reestabelecida apenas com a garantia de liberdades políticas, era preciso incluir os trabalhadores e as massas no desenvolvimento. Em julho de 1983, a executiva da CNBB apresentava outro documento insistindo que o Estado não

sacrificasse os mais pobres no tratamento da crise. Após a derrota da campanha das diretas, em agosto de 1984, a CNBB lança outro documento onde afirma:

A grave crise econômica continua corroendo os salários, gerando o desemprego, destruindo a riqueza nacional e colocando sobre os ombros da população um fardo muito superior à sua capacidade. Frustrada por pequena minoria política, a nação é transformada em mera espectadora de seu próprio destino”. (Mensagem do Conselho Permanente da CNBB, SEDOC, 17 (1984-1985):484).

Como já ressaltamos, à medida que as instituições políticas iam vicejando, a Igreja Popular foi se distanciando do fronte político. Alguns bispos progressistas dinamizaram a ação pastoral a fim de investir em outras áreas da evangelização: Grupos jovens, bíblicos, famílias, catecismo popular... Dentro de uma espiritualidade nova, um novo jeito de viver a fé. A preocupação de parte significativa do episcopado progressistas residia em garantir a identidade religiosa da Igreja, continuar se posicionando sobre a mudança política sem deixar de ser uma instituição eclesial. Com efeito, manter o posicionamento e apostar mais significativamente na identidade religiosa acarreta entraves. Um deles seria a posição da Igreja sobre as eleições. Era consenso que religiosos e religiosas não deveriam se candidatar, mas o que fazer sobre as eleições ainda era uma discussão em aberto. A solução encontrada por algumas dioceses foi investir na educação política mediante cartilhas e encontros de formação. A Igreja entendia a importância das primeiras eleições para a consolidação da redemocratização.

2.1.2.2– A derrocada da Igreja Popular

A intenção pastoral de reorganização interna, a abertura política e os dilemas impostos pela reforma partidária, a partir de 1982, estiveram acompanhadas do desmonte interno imposto pelos conservadores.

Cabe salientar que um dos fatores para a resistência da Igreja brasileira progressista desde a década de 1950 estava na relação estreita com figuras mais arejados do Vaticano, isso nos afirma mais uma vez Mainwaring (1989):

No início da década de 50 a Igreja Brasileira mantinha vínculos excepcionalmente fortes com os setores progressistas do Vaticano. Durante toda década de 50, o Vaticano deu um apoio consistente a Dom Helder Câmara, cuja importância no desenvolvimento do catolicismo progressista é indiscutível. Dom Armando Lombardi, o núncio apostólico entre 1952 e

1964, nomeou como bispos um grande número de padres progressistas que haviam trabalhado com a Ação Católica. Esses bispos foram indispensáveis na mudança eclesial progressista durante a década de 60. (MAINWARING, 1989, p. 266).

A abertura política era colocada pelos bispos conservadores como motivação para volta da Igreja para os assuntos internos. Bispos conservadores e progressistas em sua maioria se opunham a série de violação de direitos humanos imposta pelos militares, mas a defesa da democracia participativa e a atuação diante dos problemas sociais e econômicos era uma bandeira limitada aos bispos progressistas. Sendo assim, não havia mais motivos para a Igreja continuar sua atuação pastoral voltada aos problemas da classe trabalhadora.

Dom Eugenio Sales, uma das lideranças mais proeminentes do grupo de conservadores afirmara que “estava começando uma nova fase para a Igreja Brasileira” (MAINWARING, 1989, p. 268). Referia-se ao mote usado pelos prelados conservadores, de que a Igreja já cumpriu sua missão de ser voz num período de fechamento democrático e agora deveria deixar esta tarefa nas mãos da imprensa e dos partidos políticos. Não obstante as diferenças de pensamento, alguns progressistas também achavam que era hora de a Igreja incentivar os leigos atuarem nas várias esferas de participação política e poder cuidar mais da pastoral nas comunidades religiosas.

Como vemos a pressão para diminuição da pastoral sociopolítica da Igreja era uma investida neoconservadora, uma atuação que já havia iniciado na Europa e em parte da América Latina em meados de 1970, chegando ao Brasil no início dos anos de 1980. A interlocução com o Vaticano tomou outro rumo com o início do mandato Petriano de João Paulo II e as mudanças na América Latina acabaram afetando a Igreja brasileira. Ainda em 1972, os conservadores retornaram à presidência do CELAM e iniciaram um período de desmonte das igrejas populares nos países latino-americanos. O discurso usado consistia em manipular um conceito muito caro aos progressistas, a libertação. Retirando a dimensão política da palavra e conferindo a ela um caráter espiritual, agora, segundo os conservadores, era preciso que a Igreja falasse da libertação do pecado.

Algumas ações e intervenções exemplificam muito bem a fragmentação da Igreja Popular no Brasil:

Final da década de 1970 a CNBB trabalhava na promoção de Tribunal Internacional de Direitos Humanos, mas o Vaticano responde que esta articulação caberia à sede da Igreja não aos prelados brasileiros; Em 1979, o Vaticano vetou um guia de missa para grupos populares, publicado pela CNBB em 1977; Em 1980, o Vaticano pressionou vários bispos progressistas para não comparecerem ao II Congresso Ecumênico Internacional de Teologia, realizado em São Paulo. Em 1982, Roma rejeitou duas propostas litúrgicas da CNBB: a “Missa da terra sem males” e a “Missa dos Quilombos”; EM 1984, João Paulo II condena os elementos marxistas da Teologia da Libertação, em visita realizada ao Caribe. Em 1985 Dom Agnelo Rossi, publicou um documento de mesmo teor. Ainda em 1985, após várias investigações, interrogatórios e artigos críticos, Roma expede condenação ao teólogo brasileiro Leonardo Boff, por tempo indeterminado. (MAINWARING,1989. p. 276).

Outras investidas ocorreram, a mais estratégica foi mudar o quadro de bispo no Brasil. O controle das nomeações episcopais seria o golpe mais certo na Igreja Popular e seria motivo de pressão da CNBB para ter controle nas nomeações. Roma não cedeu à instituição que faz do núncio apostólico principal articulador das nomeações e este emissário do Vaticano recebe a tarefa de dar suporte aos conservadores. As Arquidioceses de Porto Alegre, Brasília, Olinda e Recife, e Manaus são exemplo das primeiras igrejas particulares a sofrerem o desmonte. Os novos bispos e seus colegas conservadores iniciaram uma série de modificações que incluíam a diminuição da autonomia dos leigos e a pressão sob as CEBs.

Um dos fatores desse desmonte, mais significativo ao nosso trabalho, é perceber como esse declínio foi importante para os desencontros entre Igreja e Classe Trabalhadora no Brasil. Em 1980, o Papa envia aos bispos brasileiros uma carta afirmando que a Igreja não deveria se envolver em questões sociais, atrapalhando assim sua missão religiosa. Esta carta foi seguida de uma intervenção na ação pastoral de Dom Paulo Evaristo Arns. O Arcebispo de São Paulo recebeu ordem expressa do pontífice para enviar um relatório explicando o papel da Igreja na greve dos metalúrgicos do ABC, o que lhe rendeu uma vigilância constante sobre o seminário da diocese. E em 1982 a Pontifícia Congregação para o Clero emitiu um documento proibindo o clero de qualquer envolvimento em associações políticas e sindicatos. Esse é um dos mais importantes posicionamentos do Vaticano na intervenção do discurso da Igreja brasileira sobre a situação dos trabalhadores e trabalhadoras.

Estas e outras ações fizeram parte da estratégia construída entre o Vaticano, o Prelado conservador no Brasil e os leigos liderados pela parcela conservadora do episcopado. O Enfraquecimento, ou mesmo em alguns lugares, o esfacelamento da Igreja Popular apresenta

um sinal claro da decisão da Instituição retornar à sacristia, investir na conservação da tradição católica e centrar força na catequização das comunidades, mas também expressa o desmantelamento de uma pastoral que atingia e influenciava diretamente nos movimentos trabalhistas. A Igreja finda por abrir uma larga distancia junto à classe trabalhadora.

2.1.2.3 Sobre Olinda e Recife e o Movimento de Trabalhadores Cristãos

Aqui nos cabe apenas especificar de forma direta, aquilo que em momento anterior mencionamos quando discutida o declínio progressista da Igreja.

A Arquidiocese de Olinda e Recife tinha papel importante na luta pela redemocratização e garantia de direitos humanos. Internamente, Dom Helder Câmara contava com seus colaboradores padres, religiosos e religiosas, leigos e leigas no fortalecimento da ação pastoral através da Ação Católica e demais frentes de pastoral. Em 1977, A Arquidiocese cria a Comissão de Justiça e Paz – CJP. Conhecida pela defesa que fez dos prisioneiros políticos do regime militar, a CJP também atuou junto à classe trabalhadora, principalmente nas lutas por moradia que cresciam na região metropolitana do Recife. Neste momento em que muitos militantes sofriam com a repressão, alguns presos. O Padre Romano Zufferrey, suíço vindo ao Brasil trabalhar junto aos operários, tinha se tornando assistente regional da ACO e sofria com a investida constante das forças da repressão para que fosse extraditado. A sede da ACO recebeu diversas vezes a presença de agentes do Estado para averiguação e apreensão de documentos. O apoio de Dom Hélder ao Padre Romano e ao Movimento Operário foram imprescindíveis.

Com a morte do Papa Paulo VI, em 1978, e alguns meses depois a subida de João Paulo II à cadeira pontifícia já observamos anteriormente como o Vaticano tratou da Igreja Popular no Brasil. Aqui recordemos que ao completar 75 anos, Dom Hélder cumpriu o rito canônico entregando a carta que oferecia seu pedido de renúncia do comando da Arquidiocese pernambucana. A renúncia foi aceita de forma célere e em pouco tempo Olinda e Recife já teria um novo Arcebispo. Junto com nomeação do novo chefe da Igreja Local, o bispo auxiliar de Dom Hélder, Dom José Lamartine, recebera a nomeação para ser o novo Arcebispo de Maceió, missão que não chegou a assumir por ter falecido antes, em agosto de 1985.

O sucessor de Dom Hélder seria um frade carmelita, estudiosos do direito canônico, morador de Roma, onde secretariava a instância máxima da ordem Carmelitana. Dom José Cardoso Sobrinho, chega definitivamente para sua missão em abril de 1985. O novo bispo se compromete eficazmente com o desmantelamento da Igreja Popular em Recife. Dom José Cardoso, principalmente na primeira década de seu arcebispado, entrou em conflito com várias ações pastorais, padres e leigos. Suspendeu a Ordem do Padre Reginaldo Veloso, pároco do Morro da Conceição, grande paróquia popular. Fechou o Seminário Regional do Nordeste II – SERENE II e o Instituto de Teologia do Recife – ITER. Expulsou a Pastoral da Terra e da Juventude da sede regional da CNBB, além das mudanças de lideranças e párocos em várias comunidades.

Neste período de desmonte que passa Olinda e Recife, várias entidades e pastorais de desvincularam da Arquidiocese. Também a ACO foi perdendo espaço de interlocução. O desmonte da Igreja popular, o cenário do mundo do trabalho e dos movimentos sociais foi decisivo para as mudanças ocorridas na ACO em especial no Recife. Mais adiante, trataremos das estratégias de sobrevivência deste movimento.

2.2 Aportes da Sociologia da Religião

Até aqui, apresentamos o magistério da Igreja para os temas relacionados ao mundo do trabalho, sua presença junto aos trabalhadores e trabalhadoras - em especial na reabertura democrática – e as dificuldades de diálogo na tarefa de implantar uma Igreja Popular até a retomada do conservadorismo religioso. De certo, nos cabe apresentar os aportes necessários à sedimentação do trabalho realizado. As ciências sociais e da religião nos fornecem instrumentais para compreender a trajetória da Igreja Católica e as opções encaradas para avançar ou recuar na interface pastoral junto à Classe Trabalhadora.

O cristão sabe poder encontrar na doutrina social da Igreja, os princípios de reflexão, os critérios de julgamento e as diretrizes de ação donde partir para promover esse humanismo integral e solidário. Difundir tal doutrina constitui, portanto, uma autêntica prioridade pastoral, de modo que as pessoas, por ela iluminadas, se torem capazes de interpretar a realidade de hoje e de procurar caminhos apropriados para a ação: ‘o ensino e a difusão da doutrina social fazem parte da missão evangelizadora da Igreja’. (CDSI, 2011, p. 19).

A DSI, como magistério, e a pastoral, como práxis o esforço da Igreja Católica diante de uma nova realidade – aqui falamos da revolução industrial – mas também das várias mudanças e metamorfoses por que passa o mundo do trabalho. A produção e disseminação

deste “discurso sagrado” e seus desdobramentos pastorais com a finalidade de anteder ou responder aos apelos da classe trabalhadora estão abarcados no conceito de *trabalho religioso*, criado pelo Sociólogo Pierre Bourdieu.

Bourdieu compreende a religião como linguagem, a saber, um sistema simbólico que agrega comunicação e pensamento. Nesse sentido, à medida que é um sistema simbólico, a religião se apresenta como uma “força estruturante”, uma vez que transforma as relações sociais em virtude, conferindo-lhes necessidade. Aí está uma de suas principais ferramentas para apresentar justificação às várias interrogações ligadas à existência humana. No entanto, para Bourdieu, a religião não esgota sua função social no fato de apresentar um conjunto de práticas e esquemas para um determinado grupo ou sociedade. A eficácia simbólica da religião está na capacidade de penetrar as consciências individuais a fim de que seus esquemas de pensamento se naturalizem em forma de hábitos.

A DSI se propõe oferecer documentos que articule evangelho e realidade social. Para atingir este objetivo não foi resumida em um *corpus* doutrinal, mas, buscando não ser um conjunto de cartas endereçado a um sistema fechado, a DSI é apresentada como Magistério da Igreja para o mundo (ALVES, 2014). É nessa dimensão do esforço da Igreja que mais uma vez se destaca a função social da religião. Bourdieu nos aproxima da função social religiosa quando afirma que a justificação sobre a existência humana, oferecida pela religião, não é dissociada da existência socialmente atribuída a um determinado grupo.

Se a religião cumpre funções sociais, tornando-se, portanto, passível de análise sociológica, tal se deve ao fato de que os leigos não esperam da religião, apenas justificações de existir capazes de livrá-los da angústia existencial da contingência e da solidão, da miséria biológica, da doença, do sofrimento ou da morte. Contam com ela para que lhes forneça justificações de existir em uma posição social determinada, em suma, de existir com o fato existem, ou seja, com todas as propriedades que lhes são socialmente inerentes (BOURDIEU, 1974, p.48).

Seria então possível perceber os princípios ético-teológicos sobre justiça, bem comum e solidariedade, pregados pela Igreja, na difusão da pastoral popular, junto aos trabalhadores, a partir da sociologia bourdieusiana. Se a religião uma força estruturante e o faz a partir da linguagem, a doutrina pode ser vista como *teodiceia* que, localizada no momento e situação social, compreende-se como DSI e torna-se uma *sociodiceia*, um esforço de construção de uma antropologia teológica (OLIVERIA, 2011) que responda às agruras impostas pela desigualdade social.

A partir daqui nos cabe compreender o esforço da Igreja Popular na formação de agentes de pastoral na Ação Católica Especializada, ACO e nas Comunidades de Base como produção – prática e discurso – revestida de sagrado que responda, atenda ou visibilize uma classe social (BOURDIEU, 1974), a saber, estamos tratando deste esforço mediante o conceito de *trabalho religioso* cunhado por Bourdieu. O fazemos porque, assim como no conceito mencionado, a prática só é compreendida como trabalho religioso à medida que é socializada com as práticas de um grupo (OLIVEIRA, 2011).

Mais adiante, ainda sobre trabalho religioso o autor identifica uma polarização entre produção anônima e coletiva e uma produção especializada, o que nos remete a institucionalidade que separa os agentes religiosos dos “leigos”, este conceito retomaremos com vagar, no próximo capítulo.

Outra contribuição à nossa leitura sobre a Igreja e o mundo do trabalho, nos vem da sociologia da religião de Peter Berger. Se em Bourdieu vislumbramos uma chave de leitura para compressão do discurso da Igreja, na obra de Berger será possível encontrar pistas para perceber como a Igreja Popular, os Bispos engajados e a Ação Católica puderem se capilarizar entre os trabalhadores, e como essa capilarização sofreu estio posteriormente. Para tanto, busquemos no autor a abordagem que compreende a dimensão de *legitimação* e *plausibilidade* das religiões, mas também com a ideia de *secularização* face à institucionalidade religiosa. Evidentemente, sua obra “O Dossel Sagrado” contribui nessa análise. A capacidade de entender a sociedade como um fenômeno iminente dialético, a saber, uma sociedade que evidencia a realidade produzida pelos sujeitos, mas que reage ao seu produtor encontra ressonância nos tensionamentos entre hierarquia católica e agente de pastoral, assim como entre o Vaticano, titular do Magistério social encontrado na DSI e os bispos progressistas do Brasil.

Berger define este processo dialético da sociedade em três momentos: externalização, objetivação e internalização. Correspondendo para Berger como uma necessidade antropológica fundamental, a externalização trata-se da capacidade de romper o isolamento pelo ato da imaginação e criação. A “contínua efusão do ser humano sobre o mundo, quer na atividade física, quer na atividade mental dos homens” (BERGER, 1969, p. 16).

A distinção específica entre os produtos exteriorizados e o produtor define a segunda etapa: a objetivação. Valores, regras, leis, instituições e seus instrumentos, tornam-se realidade objetiva. É esta percepção da sociedade como realidade objetiva, para o autor, que favorece um mundo habitável para o ser humano.

Para que esta percepção aconteça se apresenta a terceira etapa, a internalização desta mesma realidade objetiva. Ainda sob definição de Berger, a dinâmica da socialização é o momento do processo dialético onde o mundo social é reintroduzido na consciência. É a essa dinâmica que a obra confere a dimensão de internalização.

A partir desta definição de processo dialético, podemos assim como o fez Bourdieu, abordar a ideia de *plausibilidade* agora em Berger, bem como aplicá-la ao campo religioso. Para Berger, a manutenção da realidade subjetiva e, por conseguinte, a construção social do mundo só é possível mediante estruturas específicas de plausibilidade. Estruturas que afastem o risco da dúvida a fim de assegurar uma base social para a conservação da realidade.

As estruturas de plausibilidade servem de fundamento para que o sujeito suspenda a dúvida em favor do ordenamento social. Aqui é necessário inserir o campo religioso à medida que a comunidade religiosa é essencial para a manutenção de sua plausibilidade, ou seja, o desafio maior não é levar pessoas à conversão, mas conservar esta experiência como plausível por muito tempo. A plausibilidade possui o imperativo da estabilidade em constante tensão com a instabilidade social, como o autor afirma, o ser humano enfrenta grande dificuldade de manter este mundo funcionando satisfatoriamente.

No exercício da manutenção da estabilidade, a socialização tem a função de garantir um consenso diante das oscilações da ordem social. Mas junto a esse mecanismo Berger aponta uma ferramenta de controle social, a *legitimação*. E por legitimação define “o saber socialmente objetivado que serve para explicar e justificar a ordem social” (BERGER, 1969, p. 31). As várias formas de controle social, incipientes, rudimentares, transmissão de sistemas de objetivação linguística, sentenças morais... tem por finalidade convencer o coletivo de que o que lhe é dito não é só prudente, mas a única coisa a ser feita. Quanto à ferramenta da legitimação e a religião, o autor sentencia: a religião foi historicamente o instrumento mais amplo e efetivo de legitimação (BERGER, 1969). O êxito da legitimação religiosa está na capacidade de alicerçar no discurso transcendente as instáveis construções da realidade humana. Que podem ser distintas entre as religiões, no interior da mesma religião, ou ainda, no interior de uma mesma igreja.

No entanto, é na discussão sobre *secularização* que é possível entender melhor como a plausibilidade e a legitimação nos fornecem instrumental para o estudo que realizamos. Por secularização o autor compreende, “o processo pelo qual, setores da sociedade e da cultura são subtraídos à dominação das instituições e símbolos religiosos” (BERGER, 1969, p. 117) A “crise de credibilidade” da religião e sua migração da vida cotidiana de setores da população

fizeram o autor dedicar três capítulos da obra já citada para tratar do tema da secularização. Em sua condução sobre o tema, Berger enxerga a secularização atuando, de um lado, sob um processo de privatização da religião, reduzindo-a ao espaço do indivíduo ou de pequenos grupos. Por outro, atua na dimensão do pluralismo religioso, rompendo o monopólio religioso e implantando a competição entre seguimentos na disputa da narrativa da realidade. Aí encontramos outro canal de articulação entre nosso trabalho e o pensamento de Berger. A análise desses processos de secularização com base em novas formas e características de religiosidade ajuda a fazer perguntas mais profundas sobre a pastoral operária da Igreja Católica. Um dos questionamentos mais latentes trata da plausibilidade da religião num contexto de secularização, a saber: como garantir a regulação institucional associada à reprodução coletiva da memória religiosa, que tem por componente fundante o “imperativo da continuidade”, num contexto social de ‘imperativo de mudança’?

A Igreja este desafio e não somente em relação à classe trabalhadora, mas quando teve de se debruçar sobre os imperativos de mudança que emergiram internamente.

A História do magistério/doutrina e da pastoral/ação política da Igreja brasileira deixa o relato de que, esta Igreja, moldada pela DSI, animada pelo surgimento da Ação Católica e impulsionada pelo Concílio Vaticano II, a partir da reabertura política, não sem oposição interna, retomar o “imperativo da continuidade” da tradição e para tanto abdicou da ação direta com a classe trabalhadora, que por ser atingida por constantes metamorfoses, é o que se apresenta como “imperativo de mudança”.

Os desafios, os distanciamentos e constatações serão mais bem apresentados no último capítulo deste trabalho. Nos cabe agora, uma vez que a contribuição dos autores acima, nos impele discutir mudanças e secularização, apresentar rapidamente alguns aspectos dessa classe trabalhadora provocada à permanente mudança.

2.3 Sociedade do trabalho.

A terceira parte deste capítulo tentará apresentar aspectos do mundo do trabalho. Um pequeno panorama deste “mundo” que, para a Igreja, ainda causa esperança de reaproximação em alguns lugares, continuidade da ação pastoral em outros, ou mesmo de total desconhecimento ou atenção em alguns outros. Aqui iremos dispor das discussões feitas por Ricardo Antunes (2005) que apresenta esse momento do mundo do trabalho como “nova morfologia do Trabalho” (ANTUNES, 2005). Certamente, a crise brasileira em meio a uma

pandemia ainda causará mais mudanças a esse cenário, mas não nos cabe, neste trabalho especular tais metamorfoses. Cuidaremos apenas de sublinhar aspectos gerais da configuração da classe trabalhadora para poder ‘vis a vis’ a Igreja, perceber os desafios a serem discutidos no próximo capítulo.

Alguns aspectos são pertinentes à análise das novas formas de trabalho, mesmo que secundários ao recorte que aqui fazemos. Um destes fatores é o polêmico debate sobre a crise da sociedade do trabalho em vias de desaparecimento.⁵⁶ A conjuntura do trabalho na América Latina, na Ásia, na África e no Oriente onde se registra os 2/3 da humanidade que vive do trabalho, exclui o discurso eurocêntrico, segundo Antunes, que afirma que o capital não precisa do trabalho como mercadoria (ANTUNES, 2005), a isso se soma a mundialização do capital e internacionalização do trabalho.

Antunes atesta que a interação entre trabalho vivo e trabalho morto tem relevância no modelo atual do Trabalho. Mediante o trabalho morto encontrado no tecnocientificismo o capital torna supérfluo o trabalho sem o qual não pode sobreviver, com isso para fortalecimento da empreitada do capital é necessário mais trabalho parcial (terceirizado e precarizado) e menos trabalho estável. Aqui já encontramos a flexibilização advinda da acumulação capitalista. O modelo de *empresa enxuta* (ANTUNES, 2005) aponta algumas consequências para o mundo do trabalho:

- a) O enxugamento do espaço físico da empresa aponta a redução do proletariado advindo da fábrica e a flexibilização (instabilidade) do trabalhador;
- b) Os terceirizados e subcontratados que evidenciam o aumento do novo proletariado e do subproletariado de serviços;
- c) Crescimento dos assalariados médios e de serviços;
- d) Inserção de crianças no mercado de trabalho, com índice maior em países latinos e asiáticos;
- e) Aumento do trabalho feminino. Certamente é sabido que direitos e a questão salarial não acompanha o crescimento de empregos. Os estudos sobre divisão sexual do trabalho também têm muito a observar;

⁵⁶ André Gorz em *Adeus ao proletariado*; Claus Offe em *Trabalho: categoria sociológica-chave?*; Habermas em *Theory of Communicative Action*; Dominique Méda em *Le travail: Une valeur en voie de disparition*, entre outros são os mais conhecidos autores e trabalhos que defendem o fim da sociedade do trabalho. Estas obras são questionadas por Ricardo Antunes nos livros *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo, Cortez/Ed. Unicamp, 1995. E *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo, Boitempo, 2005.

- f) A desconcentração do processo produtivo tem alternativa no aumento do trabalho em domicílio. Mais uma vez a divisão sexual do trabalho em casa uma vez que trabalho reprodutivo doméstico e trabalho em domicílio por vezes se associam;
- g) Mesmo que a cadeia produtiva internacional ainda não tenha refletido na organização da Classe trabalhadora, motivando uma resposta em nível internacional mais expressiva, está em vigor a transnacionalização das empresas.

2.3.1. Nova morfologia das ações coletivas no trabalho.

Aqueles que historicamente correspondiam à base da Classe trabalhadora, trabalhadores produtivos vindos da fábrica, devem ser compreendidos como parte de uma classe maior e atual, para tanto, Antunes apresenta na esteira do que ele mesmo chamou de “trabalhador assalariado e trabalhador precarizado” (ANTUNES, 2005), a noção mais abrangente de *Classe-que-vive-do-trabalho*.⁵⁷ Esta definição de classe amplia o espaço para os trabalhadores que vendem sua força de trabalho em troca de salário, precarizados, flexibilizados, trabalhadores submetidos à terceirização, seja fabril como de serviços.⁵⁸ Outro setor a ser incluído nessa categoria refere-se aos trabalhadores, seja da agricultura familiar ou da agroindústria, por fim os trabalhadores desempregados que configuram a nova categoria de “exército industrial de reserva” (ANTUNES, 2005).

O trabalhador atual é instigado ao autocontrole e a autopunição⁵⁹, a partir desse fator se prega a qualidade do serviço, certamente as recusas e insatisfações são consideradas inaceitáveis e prejudiciais ao desempenho da empresa, onde geralmente se escuta o termo “grupo” para definir a corporação e colaboradores renomeando o trabalhador. Entre os “colaboradores” é perceptível a valoração que conquistou o trabalho intelectual no campo produtivo⁶⁰. Esse setor que ganha posição na relação de troca, aumenta a discussão entre trabalho vivo e trabalho morto enquadrando o trabalhador na lógica da intensidade e por isso o trabalhador intelectual, hoje, precisa trabalhar mais em tempo reduzido, o que configura a precarização do trabalho.

⁵⁷O termo classe que vive do trabalho encontrado em: *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo, Boitempo, 2005. Acena para a alienação do trabalho no capital donde o trabalho tem por característica principal ser assalariado. O trabalho deixa de ser parte fundante da sociabilidade humana e torna-se meio de subsistência.

⁵⁸ O conceito *Classe-que-vive-do-trabalho* aponta para a ampliação da classe trabalhadora, no entanto, a expansão da classe ganha reforço considerável de trabalhadores não produtivos.

⁵⁹ A Ricardo Antunes (2005) em sua obra indica o processo de autopunição a partir da lógica do “fracasso no trabalho”. A estrutura industrial baseada em metas empurra a responsabilidade lucrativa para o trabalhador, este se não alcança essa meta tem seu trabalho flexibilizado à medida que pode ocasionar-lhe a demissão. A obra registra casos de suicídio como ferramenta a estrutura de autopunição.

⁶⁰ Inclusive no setor de siderurgia.

Este cenário nos aponta que o trabalho formal (estável) perde espaço para os mais variados modos de informalidade. Antunes cita alguns destes, a saber, a terceirização, como já falamos, em várias formas de contratação, mas também o “cooperativismo”, o “empreendedorismo”, o “trabalho voluntário” e os trabalhos intermitentes⁶¹ quanto à terceirização, percebemos a relação direta com a precarização do trabalho. O que se encontra nos postos de trabalho precarizados é uma condição de vulnerabilidade, contratos precários, ausência de proteção social e salários baixos, tal qual é o roteiro ordinário da terceirização. (ANTUNES, 2018).

O que se recolhe desse cenário mostra que a Classe trabalhadora, definida como classe operária nos séculos XIX e XX composta dos trabalhadores do chão de fábrica dá lugar à *Classe-que-vive-do-trabalho* que contem em seu centro o conjunto dos trabalhadores produtivos, mas insere outras formas de trabalho igualmente expostas a exploração do capital.

2.3.2 Emprego formal, emprego de qualidade, subemprego: O espaço dos “precarizados”

“Emprego formal, no Brasil, não significa emprego de qualidade”. O entendimento dessa declaração proferida por Ruy Braga em entrevista a Revista Caros Amigos em meados de 2012 dá conta de explicar aquilo que também em sua obra *Política do Precariado - do populismo a hegemonia lulista* o autor debate. Uma conjuntura baseada em crescimentos econômicos nos últimos dez anos ajudou a construir taxas de desemprego baixas por motivo do aumento da oferta de vagas. No entanto essa oferta não esconde as desigualdades brasileiras, entre as vagas ofertadas existe uma parcela considerável de empregos com remuneração baixa, ou seja, uma faixa salarial de até dois salários mínimos, o que aquece o mercado com salários baixíssimos, apresenta empregos com condições de trabalho precárias e aumenta a rotatividade.⁶² Aí se fundamenta a declaração de Ruy Braga, mesmo em empregos formais a sensação de insegurança no posto de trabalho, alimentando a precariedade.

A ineficiência do direito trabalhista no Brasil também contribui para a rotatividade e, por conseguinte, para a precariedade. Segundo Braga, “rotatividade é uma característica estrutural do nosso mercado de trabalho” (BRAGA, 2012). A causa reside nas leis trabalhistas, uma vez que demitir no Brasil é um procedimento fácil, sem ônus ou com ônus empresarial baixíssimo. O número de acidentes de trabalho aumenta, a insegurança baseada na

⁶¹ ANTUNES, Ricardo. O Privilégio da Servidão – o novo proletariado na era digital. 1ª ed, São Paulo, Boitempo, 2018)

⁶² As taxas de rotatividade em meados de 2012, com base em informações do DIEESE em pesquisa sobre emprego e desemprego, chegaram até 42% ao ano.

rotatividade, a oferta de empregos sob condição de salários baixos oferece um modelo de reprodução da flexibilidade e da precariedade.

Ainda na seara dos direitos trabalhistas Braga relembra a reforma da previdência privada realizada por FHC que aumentou o tempo de contribuição retirando direitos históricos dos trabalhadores. Com rotatividade elevada será difícil cumprir os 30/35 anos de contribuição exigida, o que atesta que é muito difícil será muito difícil se aposentar no Brasil. A massa de trabalhadores que começa a trabalhar cedo, na informalidade, e após 40/50 anos não consegue retornar ao mercado formal terá dificuldade para chegar a aposentadoria. Em seguida, Lula aumenta o tempo de contribuição para os funcionários públicos.

Esse cenário tem por tendência aumentar a rotatividade, precariedade e flexibilidade. O modelo que coroa as indústrias como centro do desenvolvimento econômico deu lugar a um sistema de acumulação concentrado em quatro setores: Os bancos: A mineração, o petróleo e o agronegócio. A relação que este sistema tem com a flexibilização e precarização do trabalho tem por motor um modelo econômico baseado em cadeias de valor muito curtas que concentram poucos empregos de concepção (qualificados) no primeiro escalão e um número significativo de trabalhadores não qualificados que vivem à mercê da remuneração baixa de até dois salários mínimos.

Ruy Braga nos oferece um panorama sobre o emprego no Brasil, para avançar mais na história voltemos aos estudos do sociólogo do trabalho, Ricardo Antunes. O professor da UNICAMP apresenta a situação do emprego após os governos petistas como o momento da “precarização do trabalho como regra” (ANTUNES, 2018).

A legislação de 1974 que garantia a terceirização de serviços de vigilância patrimonial e transporte de valores e a 5.645/1970 que autorizava o setor público a que acrescentava a essa categoria os profissionais de serviço de limpeza, são explícitas na proibição de submeter à terceirização qualquer atividade permanente na empresa. Mas sob pressão do setor privado, o Tribunal Superior do Trabalho – TST, reconheceu licitude em qualquer contratação de serviços relacionados à atividade- meio das empresas. O posicionamento oficial acelerou a flexibilização do trabalho, no entanto, sob limites o Ministério Público do Trabalho atuou na vigilância desse crescimento da terceirização, uma vez que ainda sob um condicionante: não ser atividade-fim na empresa. A observância da lei não foi suficiente para impedir que em abril de 2015 o PL4.330 fosse aprovado, o PL de autoria do empresário e deputado Sandro Mabel, garante a retirada de qualquer obstáculo à terceirização. Outras notas ainda precisam ser escritas, certamente algumas mais já o foram, sobre a situação do emprego no Brasil. A reforma da previdência, aprovada em 2019, a ascensão do proletariado digital durante a

pandemia, o aumento da taxa de desemprego e a ineficiência do Governo atual, liderado por Jair Bolsonaro, na destinação de verbas públicas para auxílio emergencial dos trabalhadores, são páginas atuais desse cenário, ainda em andamento. Já havíamos dito sobre a generalidade de nossa exposição quanto ao tema, mas aqui está a centralidade dos desafios da Classe trabalhadora no Brasil e certamente desafios para quaisquer instituições que desejem reaproximar-se desta classe.

2.3.3 O sindicalismo e o cenário político diante da nova morfologia do Trabalho;

O período histórico em que discutimos a nova morfologia do trabalho e a contemporaneidade dos movimentos sociais também abarca o que chamamos de “novo sindicalismo” que tem seu nascedouro nas oposições sindicais dos metalúrgicos São Paulo e Campinas, onde se manifestou a liderança de Luiz Inácio Lula da Silva, que junto a outros sindicatos e movimentos trabalhistas concretizaram em 1983 a criação da CUT. Esse novo sindicalismo também sofreu mudanças cruciais nos últimos 20 a 25 anos é preciso expô-las para melhor compreender o cenário.

Na década de 1980 a quantidade de greves deflagradas via numa crescente, ao passo que os assalariados médios e de serviço vivam um processo de *proletarização do trabalho*.⁶³ A fim de entendermos esse crescimento vejamos: No fim da década de 1980 9.833 sindicatos compunha o cenário trabalhista brasileiro, em 1990 este número avança para 15.972, os sindicatos urbanos chegavam a soma de 10.779, dos quais 5.621 eram compostos de trabalhadores assalariados. O setor de serviços e assalariados médios chega em 1996 a possuir 1.335 sindicatos de servidores públicos, 461 de profissionais liberais e 572 vinculados a trabalhadores autônomos. Os trabalhadores rurais também continuaram sua crescente sindicalização que na mesma época chegava a 5.193 sindicatos rurais, fator preponderante, junto a esquerda católica, para o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).⁶⁴

Os anos de 1980 foram frutíferos para o proletariado, mas, não obstante a virada desta década trouxe a investida neoliberal do Governo Fernando Collor de Mello, mandato curto por motivo do grau de corrupção que marcou sua gestão, apenas de 1990 -1992 quando foi levado a um *impeachment*, mas com efeitos sérios no sindicalismo por motivo da

⁶³Os assalariados que compõem este setor são bancários, professores, médicos, funcionários públicos e etc.

⁶⁴ Cf. em Ricardo Antunes, O Continente do Labor, São Paulo, Boitempo, 2011.

reestruturação produtiva em execução. A inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho levou Collor a desenvolver um sistema avassalador de privatização que em logo seria continuado por Fernando Henrique Cardoso. FHC reduz o parque industrial brasileiro mediante privatização do setor produtivo estatal, o que afeta diretamente a siderurgia, telecomunicações, energia elétrica, bancos e outros, uma medida sintonizada com o *Consenso de Washington*. A metamorfose desse modelo que flexibiliza o trabalhador e super explora o trabalho a partir da redução do número de trabalhadores reestruturou as empresas, desempregou, precarizou a força de trabalho e enfraqueceu a politização dos trabalhadores ocasionando o enfraquecimento sindical.

Alguns desafios ao campo sindical também aparecem com força no governo Lula. O Presidente eleito em 2002 não subiu a Esplanada dos Ministérios À luz do mesmo PT que fundara na década de 1980. O PT de 2002, bem como boa parte dos Movimentos sociais vivia um momento de moderação e associado a isso o partido investe num processo de institucionalização.⁶⁵A posição de Antunes ao tocar na vitória petista, da qual compartilho, entende que a esquerda brasileira vence no momento em que está mais fragilizada (Antunes, 2011), ou seja, no momento em que está mais distante de seus pilares fundantes: a classe operária, trabalhadores rurais e os assalariados médios. Assim como os movimentos sociais e os sindicatos, Lula, o PT e o Brasil também não eram mais os mesmos. O avanço do neoliberalismo na América Latina, excetuando Cuba e a reestruturação produtiva iniciada em governos passados, apresenta-se como causas dessas mudanças. A agenda eleitoral e a institucionalidade afastaram o PT do caminho que outrora trilhava como partido de resistência. As alianças construídas em 2002 indicavam coalisão com grupos de centro e mesmo de direita, a ponto de ter como seu candidato a vice-presidente um importante empresário industrial vindo do PL (Partido Liberal), José Alencar. Com fortes oposições da Base petista o PT lançou a “Carta ao Povo Brasileiro”, mas os setores majoritários do partido tocaram a política manifesta na carta. O governo Lula se torna ausente num debate mais expressivo sobre Reforma Agrária por não mexer na estrutura fundiária e incentivar o agronegócio; assumiu uma política de liberação dos transgênicos o que atendeu a transnacionais como a Monsanto; apoiou os fundos privados de pensão e exigiu imposto dos trabalhadores aposentados que resultou em rompimento com parcela do sindicalismo que passou a fazer oposição ao governo. Com a perda de parcela da base tanto petista como sindical a investida para ampliação dessa base ocorre a partir da “política social” do Bolsa

⁶⁵ Ricardo Antunes oferece uma reflexão mais densa sobre esse assunto na obra: *A desertificação neoliberal: Collor, FHC e Lula*. Campinas, Autores Associados, 2004.

Família com maior capilaridade nos setores populares do que o Bolsa Escola de FHC. Outro reforço se dá via burocratização sindical, CUT e Força Sindical transitam-nos mesmo ministérios do Governo Lula. Essa forma de governar, que agora perpassa o governo Dilma, gera na classe assalariada uma angústia que se transforma em greves. O ano 2005, até hoje, teve grandes greves, algumas em âmbito nacional exemplificam esse momento. (Braga, 2012) Bancários, correios, professores universitários, e trabalhadores das obras do PAC. Aliás os trabalhadores da construção civil têm aumentado sua capacidade de organização, as greves ocorridas nas obras da Copa e no polo de Suape dão conta disso, mesmo que por vezes sem o apoio da direção sindical da categoria.

Mais à frente, ao tratarmos das dificuldades e possibilidades da articulação entre Igreja e sindicalismo, trataremos sobre as adequações do sindicalismo brasileiro, uma vez que reduziu suas estratégias de confronto e ampliou suas tentativas de negociação.

2.3.4 Nova morfologia do trabalho – Nova morfologia da ACO-MTC?

“Por tudo isso, a Ação Católica Operária, comprometida com a mudança da sociedade em que vivemos através de sua Comissão Coordenadora Nacional, vem a se posicionar frontalmente contra essas medidas... qualquer que seja o choque, antes de ser implantado, deve ser amplamente discutido com setores organizados da sociedade através de suas organizações populares, sindicatos e partidos políticos que defendem interesses da grande maioria do povo brasileiro.”⁶⁶

Apresentando as mudanças da Igreja, da morfologia do trabalho e das organizações sindicais, concluímos este capítulo voltando-nos novamente para um dos exemplos mais recorrentes de nosso trabalho, a ACO.

A origem jocista do movimento e o surgimento de equipes de base em espaços fabris, como nas cidades de Recife e Paulista, sinalizava a adesão à proposta de uma ação católica especializada, por uma classe trabalhadora que se entendia como classe operária. O movimento tinha na vida de seus militantes as razões para aderir a isso que os jocistas chamavam de “mandato apostólico”: Ficar ao lado dos operários. Isto a ACO cumpriu, como já relatamos no capítulo anterior, nos vários espaços de formação sindical, na organização de equipes de base em bairros populares ou nas portas das fábricas. O cenário político, no que

⁶⁶ Trecho do manifesto construído pela ACO contra a política privatista de Collor. Cf. Trabalhadores comprometidos por Solidariedade e Paz? Confrontos históricos no Brasil e no mundo de 1989 a 2006, Mario Prigol e Ação Católica Operária, Rio de Janeiro, 2009.

tocava o operário, era acompanhado de perto pela ACO. Alguns momentos históricos já mencionados à medida que forem lembrados receberão o acréscimo da figura da ACO.

Em 1967 a ACO lançou o manifesto Nordeste: desenvolvimento sem justiça. Este grito denunciava o descolamento da SUDENE de sua original missão. A carta foi publicada em mais de oito jornais, em alguns deles na íntegra, colocando de vez a ACO no cenário político nacional. Em 1970, outro manifesto foi lançado: Nordeste: o homem proibido. Atrevo-me a dizer que este é o primeiro, senão um dos primeiros, manifestos da ACO a denunciar uma precarização que anos depois viria de maneira avassaladora. O argumento da flexibilização e precarização ecoa na declaração que um militante faz à época: “Quando a fábrica descobre que a gente quer ser homem, demite.”⁶⁷ A afirmação é significativa para o tema da precarização. Um documento forte que traz como denúncia a impossibilidade de o operário assumir-se como ser humano.

Nos anos 1975/ 76 uma equipe da ACO junto com o sociólogo Padre Humberto Plumm realiza uma pesquisa participante sobre salário e custo de vida⁶⁸. Na época, 249 trabalhadores foram entrevistados e os números dessa pesquisa começam a apontar para o movimento que apenas 9,3% dos entrevistados não viviam do salário mínimo. Aqui estamos com o trabalho assalariado (ANTUNES, 2011) sendo objeto de estudo da ACO, a partir daí, o movimento começa a enxergar em seus militantes as modificações na categoria trabalho.

Na vida dos militantes podemos perceber as várias fases de sua rotatividade (Braga, 2012). José Maria (Rio de Janeiro), um dos jocistas que fundou a ACO pôde nos descrever, em reunião Nacional do Movimento, sua trajetória de trabalho que passa pela indústria, segue na área de serviços e tem estadia também no comércio. Luiz Barros⁶⁹ (Recife) iniciou sua inserção no mundo do trabalho como tecelão em Paulista no ano de 1950, a cidade era industrial, na época possuía mais de 15 mil operários. Luiz Barros, ainda passou pelo comércio, foi despachante, e mesmo aposentado continuou com este ofício. Abraão, militante paraense, também testemunha uma trajetória que passa pela marcenaria, construção civil e comércio (onde foi feirante).

Há de se mencionar que em mais de 50 anos de história o movimento não tem em seus quadros apenas os militantes da base jocista de 1950/60. Militantes do cenário que Ricardo

⁶⁷ Depoimento retirado da Obra História da ACO: Fidelidade e Compromisso na Classe Operária, Ação Católica Operária, Rio de Janeiro, 1987.

⁶⁸ A pesquisa foi realizada de outubro de 1975 a maio de 1976, nos bairros de Nova Descoberta, no setor de Casa Amarela, Recife. O outro bairro escolhido foi o Bairro Nobre, na cidade do Paulista, Próxima ao Recife.

⁶⁹ Luiz Barros foi um dos fundadores da ACO junto com José e Maria e outros. Vale salientar que na época em que o movimento assumiu a semi-clandestinidade e os militantes de Recife assumiram a coordenação nacional da ACO, Luiz Barros foi o coordenador Geral da ACO.

Antunes intitula de assalariados médios (ANTUNES, 2011), principalmente a partir de 1980, ingressam na ACO. Um fator de mudança interna fica evidente com esta informação: Os militantes que não são oriundos da Fábrica, em grande parte, também não vieram da JOC, nesse sentido, não só as referências de trabalho estão mudando para a ACO, mas também a tradição de Ação Católica especializada sendo modificada.

Com maior notoriedade, na década de 1990, a ACO reduz consideravelmente sua inserção no setor operário. A ACO estava composta majoritariamente por professores, feirantes, aposentados tecelões, trabalhadores de serviços gerais ou da construção civil, comerciários, entre outros. A inserção sindical também diminuiu em alguns regionais da ACO. É importante citar que em algumas entrevistas e conversas com militantes foi possível ouvir as categorias analíticas que usamos no marco teórico deste trabalho. Padre Bernardo Hervi, Frances que veio para o Brasil com a finalidade de estar perto dos operários e chegou a ingressar numa fábrica e trabalhar com eles como torneiro mecânico, cita o trabalho precarizado como principal força desmobilizadora da militância⁷⁰ Luiz Barros, em seu depoimento usa o termo precário quando cita o que ele chamou de “problema operário”:

“... pois a máquina criada produzia, através de uma correia de transmissão tudo em série. Com isso aumentou desordenadamente o problema operário, com a sede de lucro do patrão surgiram as dificuldades enormes para os trabalhadores: Excesso de trabalho, horas extras excessivas, salário insuficiente, precárias condições de trabalho, doenças profissionais, dificuldades de transporte para locomoção e tantos outros problemas que perduram ainda até hoje no mundo capitalista.” (Luiz Barros – MTC, Recife).

O que parece estar ficando clarividente no presente trabalho, tendo a ACO se constituído como um movimento onde o trabalhador partilha suas experiências, é a vida do trabalhador que vai moldando a trajetória da ACO à medida que modifica também o mundo do trabalho, o mundo do seu trabalho, que conseqüentemente modificam e expande o conceito de classe da ACO.

⁷⁰ Bernad Hervi foi assistente nacional da ACO/MTC e fez esse relato em reunião nacional dos assistentes, em novembro de 2013.5 O Assistente Bernard Hervi faleceu este ano, no dia 6 de junho.

CAPÍTULO 3 – IGREJA E PASTORAL OPERÁRIA – CONSTATAÇÃO E DESAFIOS

O percurso da Igreja Católica e sua agenda pastoral voltada à classe trabalhadora, o esfacelamento da Igreja popular e os desafios das mudanças no mundo do trabalho, apresentados até aqui, contribuem sobejamente para que neste capítulo possamos apresentar alguns olhares sobre a relação Igreja e mundo do trabalho atualmente e suas intenções pastorais. As alternativas eclesiais, o posicionamento da CNBB e olhar sobre o laicato compõem as constatações a serem feitas. Antecedendo a conclusão do trabalho, faremos algumas observações sobre a contribuição política do Papa Francisco às disposições da Igreja Católica diante das realidades que atingem trabalhadores e trabalhadoras.

3. 1. Igreja Católica entre desafios e retomadas.

A partir do resgate apontado nesta pesquisa sobre o surgimento e derrocada da Igreja inserida nas realidades populares é preciso apontar as alternativas e desafios encontrados entre os militantes, agentes de pastoral e lideranças religiosas.

Após a redemocratização a Igreja sucumbiu às pressões da ala conservadora, sempre presente na religião, e reduziu sua participação nas lutas populares praticamente à ousadia de parte de bispos, padres, religiosos e religiosas, bem como de leigos e leigas inseridos em comunidades. São uma minoria que não deixa de ser problema para agenda retrógrada da Igreja, virando assim alvo dos ataques conservadores. O neo-conservadorismo de grupos católicos apregoa a separação ente Igreja e Estado e assim define que o dever da Igreja é cuidar da vida devocional de seus membros. Bem recorda o Cientista Social Flávio Lyra de Andrade, em seu trabalho *Sobre Assembleia Popular e Pastoral Social*, que a defesa ampla da Igreja brasileira sobre a separação “religião e política” não é um reconhecimento do Estado Laico sob a égide de uma tradição liberal republicana. Longe disso, aumenta dentro da Igreja a investida de grupos, dioceses e seus prelados para intervir fortemente na legislação do Estado, a fim de implementar a pauta religiosa que subjaz a estratégia de “cristianização da sociedade” (ANDRADE, 2012, p. 73). Não poderia, a Igreja, avançar nesta investida conservadora sem transformar em guetos lugares onde sobrevive a Pastoral Social, e sem deslegitimar agentes de pastoral e ações comunitárias. A pastoral social voltada ao mundo do trabalho sofre as mesmas consequências, uma vez que os agentes de pastoral que assumiam a

tarefa de interlocução não conseguem mais espaço e migram para as várias áreas de atuação política: partidos, sindicatos e associação de moradores e movimentos sociais.

Na década de 1990, a “pastoral de conjunto”, núcleo de diálogo das dioceses com as CEB’s, pastorais, movimentos e demais organismos da Igreja local, também sofreu derrocada e coube à CNBB a criação do Setor de Pastoral Social, uma articulação que reúne movimentos eclesiais e pastorais sociais. Algumas ações precisavam ser articuladas e outras redesenhadas como a Campanha da Fraternidade que é uma proposta de estudo, reflexão e construção de ações diante de um tema sugerido anualmente no período quaresmal.

Um grande problema ainda estava longe de ser equacionado com os arranjos pastorais investidos: a Igreja a cada dia perdia canal e projeção no mundo do trabalho. Consciente deste ambiente, em 1991, a CNBB apresenta como tema da CF “Fraternidade e o Mundo do Trabalho” cujo lema: Solidários na dignidade do trabalho. Uma releitura da CF-1978. Era um dos primeiros acenos da Igreja do Brasil ao Mundo do trabalho após tanto distanciamento no fim da década anterior. Neste mesmo ano, o Setor de pastorais sociais iniciou o projeto “Semana Social Brasileira”. A SSB é um processo de atividades e debate público acerca da conjuntura política com foco na mobilização popular. Em consonância com a CF-1991, a SSB lançou neste ano o tema: Mundo do Trabalho.

Diante das novas tecnologias e num cenário de precarização do trabalho a SSB propôs um diálogo maior com os sindicatos sobre economia solidária, buscando articular sindicato, pastorais sociais e o organismo católico ‘Caritas Brasileira’ para ações conjuntas. Algumas atividades foram organizadas, principalmente, sobre fortalecimento de redes de economia solidária, no entanto o estreitamento da relação entre Igreja e mundo do trabalho, no combate a precarização, valorização do salário mínimo, divisão sexual do trabalho e outros temas subjacentes não lograram do mesmo êxito. No decorrer da década, a conjuntura desloca a Igreja para questões muito relevantes e as SSB’s e as CF’s vão cumprindo um esforço para poder dar respostas. Soberania nacional, democracia, mudanças climáticas e outros temas, precisaram ser incorporados pelo Setor de Pastorais sociais. A segunda SSB em 1994 e a CF-1995 cunharam um novo termo para aglutinar os vários grupos e agentes atingidos por suas mobilizações: Excluídos e excluídas. Desses eventos, surge o Grito dos Excluídos e excluídas, mobilização social que até hoje é o mais expressivo ato público das pastorais sociais junto aos sindicatos e suas centrais, movimentos sociais e parte dos religiosos e religiosas do Brasil.

No triênio 2020/2023, a SSB retoma a discussão sobre a categoria trabalho e junto a isso aglutina a agenda da reforma agrária e urbana com o tema: Mutirão pela vida – por terra,

teto e trabalho. Esta ação é envolvida num cenário eclesial de insistência do Papa Francisco para que a Igreja retome diálogo com os movimentos sociais e um reposicionamento da direção geral da CNBB sobre a realidade brasileira, animando assim bispos e religiosos a se posicionar publicamente. Não obstante, alguns desafios estão à porta, principalmente sobre o conservadorismo católico e seus desdobramentos.

3.1.1 – Hierarquia católica e conservadorismo – impasses à pastoral

O zelo pela ortodoxia e a defesa do restabelecimento da hierarquia são responsáveis pelo ressurgimento de uma doutrina, espiritualidade e liturgia conservadoras de relação direta com o movimento neopentecostal (ANDRADE, 2012, p. 74). Esta tríade, fundamental para execução da missão de achatamento da vida pastoral da Igreja, mantém-se como desafio à reestruturação de pastorais sociais que ainda conseguem exercer sua missão, bem como sobre a animação, ou em alguns lugares, a refundação de uma pastoral operária ou pastoral do mundo do trabalho.

Um dos fatores que fere centralmente a relação entre Igreja, agentes de pastoral, trabalhadores e trabalhadoras está nas características desse conservadorismo que assume posicionamentos neopentecostais. O relacionamento com dirigentes políticos e o uso da mídia para competir com as igrejas protestantes se configura como uma estratégia para que esta ala da Igreja perca na liderança dos espaços mais significativos da hierarquia (ANDRADE, 2012, p. 74). Se de um lado essa investida da hierarquia deslegitima os agentes de pastoral, comunidades de base e leigos inseridos em ações sociais, do outro lado a relação da hierarquia com lideranças políticas marca um retrocesso diante das tentativas da Igreja em se reaproximar do mundo do trabalho. Vale salientar que parcela esmagadora dos parlamentares conservadores, de partidos de centro e direita, tem se manifestado em pautas importantes para os trabalhadores e trabalhadoras a favor da retirada de direitos, precarização e terceirização do trabalho e desmonte da previdência.

Ainda sobre estes desafios, o professor Andrade (2012) nos alerta sobre como esse contexto, em que a “Pastoral de conjunto” é desidratada nas dioceses e vê seu espaço tomado pelo “Setor de Pastorais Sociais”, gera uma dicotomia entre o eclesial e o político. Uma vez que as pastorais sociais vivem este isolamento dos demais organismos eclesiais, os agentes de pastoral perdem autonomia e passam a ser desautorizados a se pronunciar em nome da Igreja, mesmo que o assunto envolva demandas da própria pastoral.

3.1.2 – Clericalismo e tutela do laicato

O Concílio Vaticano II atestou que não existem duas categorias de cristãos. O Documento *Lumen Gentium* categoricamente acentua que só existe um gênero: os batizados. Começa aí uma investida da Igreja para a dissolução do clericalismo. Por clericalismo aqui, compreendemos o reforço à hierarquia da Igreja que legitima padres e bispos como superiores aos demais membros da comunidade diocesana. Essa cultura causa uma fissura na vida comunitária porque uma cultura de infantilização do papel dos leigos e leigas de tal modo que o próprio laicato comece a reproduzir as situações de clericalismo. Nesta distorção de autoridade e serviço, o padre é responsável por deslegitimar a ação dos leigos e leigas e “aprimonia-los” a serviços paroquiais. Segundo Brighenti “O clericalismo que domestica e cria leigos clericalizados” (BRIGHENTI, 2019, p. 20).

É possível identificar um dos agentes fundantes da clericalização: a formação do candidato ao presbitério. Com o surgimento da Igreja Popular, as CEBs e os movimentos de Ação Católica, a formação em muitas dioceses compreendia a função do padre como um ministro ordenado, mas também como um agente de pastoral, assessor das atividades pastorais e liderança na formação bíblico-pastoral que subjazia a caminhada das comunidades. Esta formação, muitas vezes, era acompanhada de um estágio pastoral que não se limitava à paróquia ou a assistência de algum padre ao ministrar algum sacramento. Muitos candidatos à vida presbiteral eram enviados a acompanhar pastorais e ações sociais. Parte das congregações religiosas também adotava esse método formativo. Com a reforma do Concílio Vaticano II sob a tutela de João Paulo II, as dioceses foram recebendo prelados conservadores, como mencionamos outrora, com a missão de desmontar a ação pastoral e recolocar as Igrejas locais no caminho de volta ao momento pré-conciliar da Igreja. A reconfiguração dos seminários foi uma das primeiras ações perpetradas.

Não obstante a esse problema, as mulheres leigas enfrentam maior dificuldade, porque a hierarquia católica e o clericalismo se apresentam como perpetuação da liderança patriarcal que reduz o papel da mulher na Igreja. O tensionamento entre Igreja e pastorais carrega esse desafio de questionar a participação mais incisiva da mulher na Igreja.

A mudança nas dioceses para além de difundir a cultura do clericalismo, atingiu em cheio o laicato que se dedicava à ação pastoral no mundo do trabalho. Lembra-nos Brighenti (2019) que a substituição de bispos comprometidos com a ação pastoral, por bispos burocratas e conservadores, empurrou muitos segmentos da Igreja, que haviam se comprometido com a pastoral em tempos de renovação conciliar, para a “clandestinidade

eclesial”, sem apoio eclesiástico, chegando a sofrer calúnias e ofensas da ala conservadora da Igreja.

Estes agentes de pastoral, leigos e leigas que militam em sindicatos, no Movimento de trabalhadores Cristãos, na pastoral operária e demais movimentos sociais, e não se submetem ao clericalismo que impõe subserviência ao pároco local e ao bispo da vez e não atrelam suas atividades ao escopo hierárquico da Igreja se constituem num grupo de pastoral ‘sem igreja’ apesar de, em muitas realidades, não fecharem a possibilidade de diálogo.

3.1.3 – Catolicismo em mudança

Todos os desafios mencionados até então nascem ou desembocam numa realidade maior: as mudanças que o catolicismo sofre exigindo reposicionamentos da Igreja. O Sociólogo Luiz Roberto Benedetti e a socióloga Danièle Hervieu-Léger (2015) nos ajudarão nessa leitura, a princípio sobre a Igreja Católica, posteriormente sobre o trânsito dos leigos e leigas.

3.1.4 – Sobre a autoridade da Igreja

Os problemas acentuados no ponto anterior apresentam a dificuldade que a Igreja tem de controlar ou admoestar seus membros. Na pluralidade e individualidade que vivemos a Igreja não consegue tamanha convergência diante de dilemas gerais. Com efeito, apostando historicamente na institucionalização e hierarquização a Igreja se mantém firme para controlar grupos, manobrar posições e legislar sobre divergências e conflitos, por isso, CEBs, novos grupos, comunidades de espiritualidade pré-conciliar e a Renovação Carismática são mantidas, sem grande dissidência, sob olhar da Igreja (BENEDETTI, 2009, p. 18). A capacidade de controle da instituição tolhe a criatividade de vários grupos e os submete em grupos de manutenção da estrutura eclesiástica. Esse controle institucional, de Igreja para entidades, obscurece a falta de liderança sobre os indivíduos, integrantes do clero e leigos que, em parte, formalmente publicam sua fidelidade à hierarquia, mas não a pratica cotidianamente. Sobre isso fala Benedetti:

A perda da capacidade profética liga-se a essa obsessão pelo controle e temor das dissidências. Esta por sua vez, impede que se tome consciência de uma mudança decisiva: a submissão é, cada vez mais, retórica, servindo de “biombo” a práticas divergentes do ensinamento oficial. Não há por parte

dos que se desviam da norma oficial nenhum drama de consciência (BENEDETTI, 2009, p. 19).

Esta afirmação de Benedetti (2009). nos aponta para grupos em caminhos opostos. Os grupos conservadores que reiteradamente sequestram os discursos e documentos da Igreja com o intuito de fazer oposição a ela e parte de seu prelado. Nos últimos anos acompanhamos seguidos ataques de grupos conservadores à CNBB. Outro grupo, combatido com mais veemência pela Igreja, é o dos agentes da teologia que dá suporte às pastorais. Os teólogos da libertação, parte deles silenciados, outra parte absorvida pela instituição silenciosamente e outra parte prosseguindo sua atuação com mais expressão fora da Igreja. Alguns proibidos de exercer seu ofício teológico estritamente, se revezam nas universidades contribuindo sobre temas gerais às ciências humanas, à filosofia e a ética na maior parte das ocasiões. Este grupo ainda aparece subjetivamente no tocante à submissão retórica porque ainda consegue influir sobre a formação dos agentes de pastorais e militantes católicos. Nesse sentido, os leigos e leigas militantes participam dos sacramentos, cumprem preceitos do calendário litúrgico, mas não se norteiam pelo discurso da Instituição, mas pelos teólogos que historicamente sustentaram a espiritualidade libertadora que motivava as pastorais no Mundo do Trabalho.

No terceiro grupo identificamos também um dos grandes impasses ao ressurgimento da pastoral Operária em vários lugares: o novo clero. Benedetti (2009) nos brinda com a expressão “Arcaico *fashion*”, para nos rememorar que se em décadas passadas a grita popular era contra o modo arcaico dos padres que iniciavam um caminho de volta ao período pré-conciliar, o que podemos ver nos últimos anos é um novo clero que adota uma postura extremamente rígida sobre a doutrina, defensores públicos de um fundamentalismo religioso que abomina o diálogo inter-religioso e o debate social advindo da CNBB e demais organismos da Igreja no Brasil, e com uma obediência ao bispo local meramente formal. Este novo clero, majoritariamente desconhece em suas paróquias qualquer plano de pastoral apresentado pela diocese, pelo regional episcopal ou pela CNBB. Muitos já aboliram a CF da vivência quaresmal dos fiéis a eles confiados. Mas o que os caracteriza como *fashion* é a adesão explícita à cultura de consumo. (BENEDETTI, 2019, p.29). A preferência por veste e paramentos litúrgicos estilizados e suntuosos, em muitos casos exigindo reformas no presbitério das Igrejas para que tudo orne com o “rigor litúrgico” do clérigo é a característica mais visível. Este grupo cria seus guetos, suas “ovelhas” fiéis, por vezes assume o ofício de guias turísticos em peregrinações nacionais e internacionais e administram as paróquias a tempo de poderem assumir outras atividades, como espécie de “trabalho extra” como diretor espiritual de famílias ou grupos de oração de classe média ou capelães de ordens religiosas e

colégios católicos. Esta atividade *freelancer*, uma espécie de profissional liberal, tem sido uma das justificativas para que os padres recusem aproximação às pastorais sociais, entre elas no Mundo do Trabalho, uma vez que esta pastoral exige uma itinerância significativa.

3.1.5 - MTC e processos autônomos

Uma oportunidade de compreendermos como os militantes do mundo do trabalho mantiveram sua pertença a uma espiritualidade cristã se afastaram da hierarquia católica e seus organismos é o caminho percorrido pela ACO na transição para MTC e sua agenda militante nos dias atuais.

Os desafios não são exclusividade de instituições tradicionais como a Igreja. As mudanças no mundo do trabalho, o desmonte pastoral e os rearranjos dos movimentos sociais também atingiram movimento ligados aos trabalhadores de cheio. A ACO, na década de 1990, perdia significativamente espaço no chão de fábrica, contando mais em seus quadros com professores, feirantes, empregadas domésticas, ex-tecelões, autônomos e aposentados de vários serviços. Cada dia o Movimento fincava sua mística a uma tradição de fidelidade à classe operária, vendo está mesma classe sendo desmantelada com o fechamento de fábricas, terceirização de serviços e redistribuição de atividades em outras filiais espalhadas.

Se de um lado isso pressionava uma posição do movimento, de outro lado recordemos que esta década marca o declínio da Igreja popular, e como já mencionamos isso atingiu de cheio a ACO em Recife. O desmonte da Igreja Local e a perseguição de padres ligados a ACO, como no caso do Padre Reginaldo Veloso que foi destituído de sua missão na paróquia mais Popular da Região Metropolitana do Recife, a Paróquia do Morro da Conceição, bem como o ingresso de padre conservadores nas comunidades onde a ACO nutria suas bases foi gerando um afastamento inevitável da relação com a Arquidiocese. A Igreja Local que foi porto seguro à ACO nos anos de chumbo, agora se tornava uma opositora ao programa pastoral do movimento. Este exemplo é um dos mais emblemáticos da ACO, mas, em outras cidades e estados os militantes também sofreram com a romanização das comunidades.

No congresso de 1994 a ACO, em assembleia, decide responder a estes novos desafios e simboliza este passo na mudança de nome. Agora a Ação Católica Operária se chama Movimento de Trabalhadores Cristãos – MTC.

O MTC não negava sua história e a tradição formativa da ACO, mas politicamente deixava de ser um braço da Ação Católica Especializada, virava um movimento inclusive

com modificações estatutárias que lhe garantisse mais escopo de movimento social, da direção à composição das equipes de base. Por isso dizer “Movimento”, não mais “Ação”.

O MTC não abria mão da discussão sobre a vida operária, mas entendia que o coletivo deveria abranger sua ação e buscar militantes nos mais variados setores e categorias. Por isso dizer “Trabalhadores”, não mais “Operária”.

Por fim, o MTC precisava dar resposta à série de tensionamentos com a Igreja e se posicionar junto aos seus militantes e grupo de contato que, depois da insatisfação com o conservadorismo católico, decidiram continuar a vivenciar a mística cristã, mas sem vínculo com a Igreja ou mesmo teriam aderido a outros grupos religiosos. Por isso dizer “Cristãos”, não mais “Católica”.

As mudanças foram significativas, mas não suficientes para responder à diminuição no quadro de militantes e aprimorar as atividades formativas junto aos trabalhadores. O MTC entendeu que era preciso incorporar outras agendas plurais, já debatidas nos Movimentos Sociais, para planejar sua ação diante das novas realidades.

A segunda metade da década de 1990 e a década seguinte foram importantíssimas ao MTC para alargar sua formação a temas tais como: juventude, gênero, economia solidária, novas tecnologias e meio ambiente. Paralelamente, seus militantes começaram a atuar em espaços mais variados do que no período da ACO tais como o Movimento de Mulheres, Fóruns, movimentos de cultura, movimentos negros, conselhos paritários, grupos de economia solidária e cooperativas. Em Recife, junto com algumas pessoas que resistiram ao desmonte das CEBs no Morro da Conceição, o MTC se dedicou a construção do Grito dos Excluídos que originou o Fórum Dom Hélder Câmara.

Ainda enfrentando dificuldades na nucleação de novos militantes, o MTC, na última década, tem se mobilizado para responder aos desafios que um movimento de origem operária enfrenta na atual conjuntura. Assistindo à desmobilização de parte das centrais sindicais combativas quanto ao simbolismo da data de 1º de maio, o MTC iniciou uma atividade chamada ‘Semana de Classe Trabalhadora’. Uma série de debates, formação e mobilização de rua que hoje conta com a parceria da CUT e de alguns movimentos sociais. Esta atividade é significativa porque marca o reencontro do MTC com o Centro de Trabalho e Cultura – CTC. Uma Escola de trabalhadores, formada por trabalhadores no intuito de formação profissional e política dos jovens operários. Nos idos da ACO, o Movimento contribuiu significativamente para a formação dos alunos e hoje, ao menos sobre a construção da Semana da Classe trabalhadora, os dois coletivos se unem para promoção da agenda

formativa. O CTC promove uma pedagogia libertadora em contraposição a oferecida pelos institutos de formação técnica patrocinadas pelos industriários.

Em diálogo constante com outras entidades que tiveram origem ou ganharam expressão sob o apoio de Dom Hélder, o MTC participou da criação do Fórum Inter-religioso Gente de Fé. Apontamos este feito como uma das estratégias mais significativas do Movimento nos últimos anos. A criação do Fórum aponta para o fortalecimento comum de entidades que historicamente nasceram na pastoral social, nos movimentos de leitura popular da bíblia e nas frentes de mobilização política. Compõe o Fórum Inter-Religioso Gente de Fé entidades como o Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos – CEBI, Instituto Dom Hélder Câmara – IDHeC, Movimento de Profissionais Cristãos – MPC (grupo formado a partir de ex-militantes da Pastoral Universitária), Pastoral da Juventude do Meio Popular – PJMP, representantes de Religiões de Matriz Africana, Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife, Igreja Anglicana, Igreja Batista e outros grupos de militantes vinculados historicamente à Igreja Popular.

Juntas, estas entidades conseguiram se posicionar publicamente sobre questões importantes para a classe trabalhadora. Este congregado de entidades promoveu vigílias públicas contra as reformas trabalhistas e da previdência, bem como se posicionou nas eleições municipais passadas em diálogo com candidaturas vindas dos movimentos populares.

O MTC e parte majoritária do Fórum advêm da relação direta com a Igreja Católica, por isso o diálogo nunca foi inviabilizado, inclusive tendo algumas dessas atividades contado com o apoio da Igreja Local. Não obstante a isso, o MTC e o Fórum não contemporizam seus posicionamentos junto à Igreja Local. Inclusive sendo a própria arquidiocese de Olinda e Recife alvo de notas de repúdio, a respeito de decisões defendidas pela Arquidiocese, por pressão de grupos conservadores capitaneados por padres fundamentalistas da grei recifense.

3.1.6 - A figura do agente de pastoral leigo no trânsito religioso

Nos pontos anteriores, os desafios tocavam em agentes que por uma série de rupturas com a Igreja, vivem sua militância e atividade pastoral descolados da observância institucional. Aqui, olharemos um pouco mais para estes leigos e leigas sob a contribuição de Hervieu-Léger.

A socióloga francesa contribui para nossa pesquisa primeiramente na leitura da conjuntura religiosa mediante aporte da sociologia da modernidade religiosa. Hervieu-Léger (2015) compreende a religião como meio de perpetuação da memória de um acontecimento fundador capaz de conferir sentido de pertença a um indivíduo ou a um coletivo. Esta memória religiosa que a socióloga chama de “linha crente”, ou seja, um fato condutor de um dispositivo simbólico, garante perenização à religião. Esta compreensão não pode passar ao largo de nosso trabalho porque diz muito da centralidade do pensamento de Hervieu-Léger. Como sustentar o instituto da memória coletiva na religião, algo que exige continuidade, numa sociedade que provoca mudanças constantes? (CAMURÇA, 2011, p. 254). A autora de “O Peregrino e o Convertido – a religião em movimento” responde a essa indagação lembrando que a modernidade carrega consigo a deslegitimação da plausibilidade do passado religioso (HERVIEU-LÉGER, 2015). A pluralização das religiões incide sobre uma fragmentação das memórias coletivas. Nesse sentido, para Hervieu-Léger a crise religiosa na modernidade é a crise da memória coletiva, ou seja, é a crise da “linha crente”, da transmissão do fato fundante. O Passado já não é mais importante para legitimar o presente religioso dos indivíduos.

A deslegitimação do elemento fundante e a crise religiosa entre a essência da religião – continuidade, e o centro da modernidade – a mudança, se constituem de suma importância para entender algumas personagens apresentadas anteriormente em nosso trabalho. Sobre o momento atual do catolicismo, a autora sentencia um equívoco quando se fala em retorno da religiosidade. O surgimento de novos grupos piedosos, comunidades de renovação carismática e alas conservadoras não carregam uma volta ao ambiente do passado, mas expõem o paradoxo moderno de que as religiões continuam a perder seguidores e o fluxo entre as religiões aumenta, ao mesmo tempo em que a modernidade promove condições de expansão da crença, uma vez que a incerteza e a pressão por mudança são avassaladoras e as crenças tendem a se multiplicar para contribuir com a formação das utopias nutridas pelos crentes (HERVIEU-LÉGER, 2015, p. 41).

O que Hervieu-Léger (2015) nos apresenta com esta obra é a uma redefinição de secularização diante da modernidade religiosa e seus paradoxos:

O principal problema, para uma sociologia da modernidade religiosa, é, portanto, tentar compreender conjuntamente o movimento pelo qual a modernidade continua a minar a credibilidade de todos os sistemas religiosos e o movimento pelo qual, ao mesmo tempo, ela faz surgirem novas formas de crença. Para responder a este problema, é necessário ter entendido que a secularização não é, acima de tudo, a perda da religião no

mundo moderno. É o conjunto dos processos de reconfiguração das crenças que se produzem em uma sociedade onde o motor é a não satisfação das expectativas que ela suscita, e onde a condição cotidiana é a incerteza ligada à busca interminável de satisfazê-las. (HERVIEU-LÉGER, 2015, p. 41).

As sociedades modernas não devem ser caracterizadas pela indiferença religiosa, mas pela falta de controle das grandes religiões, como já falamos mais acima. Assim como um agente de pastoral pode abdicar da celebração da missa dominical para vivenciar um momento de espiritualidade numa comunidade de base com a recita do Ofício Divino das Comunidades, um membro de um grupo de oração carismático pode abrir mão do preceito da missa como páscoa semanal e transferir Seu culto para as quartas-feiras numa celebração de inclinação mais carismática. A Igreja não tem controle sobre o conjunto de crenças e sentidos que o católico confere à sua catolicidade.

Constitui-se ainda mais desafiador para Igreja numa possível investida mais incisiva na pastoral no mundo do trabalho entender sobre que pastoral ela está falando ou qual pastoral deseja oferecer na modernidade. A Instituição precisa lidar com aquilo que a autora chama de “fim das identidades herdadas” como resultado da crise de transmissão da memória coletiva. (HERVIEU-LÉGER, 2015, p. 57).

A sequência do estudo de Hervieu-Léger (2015) sobre a mobilidade religiosa nos interessa para vislumbrar a figura dos agentes de pastoral e militantes cristãos. A mobilidade de pertenças e a instabilidade de agrupamentos define o movimento feito por parte dos militantes e leigos já mencionados quando falamos sobre o catolicismo em mudança e os processos autônomos do MTC.

No terceiro capítulo de sua obra Hervieu-Léger (2015) conceitua a figura do “peregrino” como o religioso que não se guia mais pela série de rituais e convenções sociais que a religião produz. Diferente do religioso praticante, o peregrino não vincula crença a pertença. Esse personagem assume sobremaneira a modernidade religiosa e por isso, na obra, representa a figura do religioso em movimento

O peregrino de que falamos aqui responde às exigências da modernidade, que apresentam ao indivíduo a tarefa de produção de significados para sua existência. O peregrino constrói suas narrativas e experiências mesmo em confronto com uma linhagem religiosa que, pessoalmente, se identifique. Por isso mesmo uma das características do peregrino é a forma que compreende sua espacialização do religioso, a saber, o percurso delineado. (Hervieu-Léger, 2015, p. 99).

A figura do agente de pastoral ou mesmo do militante exemplifica essa característica do peregrino. A ação pastoral por fundamento teológico é o cumprimento de uma missão para implantação do “Reino de Deus”. A identificação do leigo engajado no mundo do trabalho com a Igreja não está nos preceitos, mas no cumprimento que, para o leigo, se fundamenta no evangelho.

A Igreja que a cada dia encapsula os leigos e leigas em atividades paroquiais, tendo de dar conta de inúmeros devocionais entre novenas, missas temáticas, cenáculos e outras orações de cunho carismático, padece a dificuldade de ver no agente de pastoral alguém que está comunhão com a comunidade de fé. A sua especialização religiosa é vista como uma manifestação de falta de comunhão. Alguém que não está vinculada à agenda de eventos de uma paróquia recebe dela o atestado de clandestinidade, já mencionado.

3.2 É possível uma nova pastoral operária?

A pergunta que inicia esse tópico corre alguns riscos. O primeiro deles de ser interpretada como uma provocação arrogante, uma vez que JOC, MTC, Pastoral Operária e outras Pastorais do mundo do trabalho ainda existem e com atuação em vários lugares. O segundo risco seria entender essa questão como uma pergunta que revela mais as condições da Igreja do que o desejo e a urgência deste serviço, ou seja, entender esta questão sob a perspectiva de possibilidade do que pela necessidade pastoral. Por fim, acreditamos que alguém mais desavisado possa ler esta interrogação como possibilidade de paróquias incorporarem uma nova atividade à sua já inflada bolha pastoral. De certo, não se trata destas abordagens. Aqui nos encaminhamos para as últimas análises de nosso trabalho.

Dizer uma “nova pastoral” implica em compreender como a Igreja no Brasil enxerga os desafios que elencamos e como se posiciona sobre eles, aqui também ouviremos militantes de momentos distintos da história sobre o que pensam, por fim, recolheremos aportes da teologia pastoral, especialmente sobre pastoral urbana, para compreender o que é possível apontar como caminhos credíveis.

3.2.1 – A CNBB e a pastoral.

A Conferência dos bispos brasileiros tem oportunizado às Igrejas locais subsídios de reflexão sobre o caminho pastoral da Igreja do Brasil. O documento 105 intitulado “Cristãos

Leigos e Leigas na Igreja e na Sociedade” de 2016 e o documento 109 que trata das “Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2019-2023” são documentos mais importantes para compreendermos o que vislumbra o prelado brasileiro.

O Documento 105 é uma motivação, provocação e também um reconhecimento ao trabalho dos leigos e leigas. Não obstante, a CNBB reconhece os recuos nessa área e explicita os mais desafiantes:

- a) A insuficiente participação dos leigos e leigas nas estruturas sociais;
- b) A supervalorização dos serviços internos da Igreja que secundariza as realidades do mundo
- ;
- c) Os ataques aos bispos e ao Papa Francisco, pelos posicionamentos sobre a realidade brasileira e mundial;
- d) O desconhecimento, desinformação e oposição às CEB's, às questões agrárias, indígenas e afrodescendentes e à teologia da libertação. Além de uma rejeição à política.
- e) A resistência quanto à opção pelos pobres;
- f) Dificuldades na formação de lideranças; (DOC 105 – CNBB, pág. 31 -34).

As exposições destes problemas apontam alguns desafios já mencionados, mas, apresenta outros importantes para compreensão de alguns acentos da Igreja. Os bispos reconhecem como impasse a oposição às CEBs, as pautas dos trabalhadores rurais, negros e indígenas, bem como a rejeição a política e à teologia da libertação. A resistência à opção pelos pobres e a falta de formação de lideranças também são elencadas pela CNBB.

No mesmo documento, ao falar dos vários ambientes de ação pastoral, os bispos apontam o mundo do trabalho como uma das missões a ser fortalecida dentro da Igreja, e definem ações para animação deste serviço nas Igrejas locais. Aqui alguns pontos mais significativos:

- a) Criar e/ou fortalecer as pastorais do mundo do trabalho urbano e rural bem como Movimentos que envolvam movimentos de trabalhadores;
- b) Promover a formação para uma autêntica espiritualidade do mundo do trabalho;
- c) Estimular cristãos a participação no movimento sindical; (DOC 100 – CNBB, pág. 164 -165).

O documento 109 não trata diretamente de pastoral no mundo do trabalho. Nas diretrizes o foco se concentra na ação evangelizadora, e no desafio da pastoral urbana. O documento chega a motivar comunidades eclesiais missionárias no contexto urbano, mas não

diz muito além. Vale ressaltar aqui que o documento 109 propõe um caminho semelhante às CEB's, mas sua redação ainda enfoca a paróquia como espaço majoritário da ação pastoral.

Na intenção de melhor ouvir a CNBB sobre as possibilidades pastorais, conversamos com Dom Reginaldo Andrietta, bispo diocesano de Jales e referencial para a Pastoral Operária nacional e Dom Fernando Saburido, Arcebispo metropolitano de Olinda e Recife.

Os prelados falaram um pouco sobre vários pontos que percorrem nossa pesquisa sobre a trajetória da Igreja em tempos de dificuldade missionária, a democratização, os tensionamentos e desafios, até avaliar o ministério do Papa Francisco no tocante ao mundo do trabalho. Em anexo a esta pesquisa será possível ver na íntegra o conteúdo da sabatina feito aos dois.

Por hora, é importante perceber que o episcopado brasileiro compreende que o clericalismo e aquilo que já mencionamos sobre o clero “arcaico *fashion*” estão presentes em grande parte do território brasileiro e é um limitador à ação pastoral da Igreja. Os documentos da CNBB combatem essa atitude e na voz do bispo referencial também se escuta a dificuldade do entrave dos ministros ordenados.

Dom Reginaldo Andrietta apresentou em tópicos o que, em sua vasta experiência como assessor de pastoral operária, percebe que pode ser uma série de ações para fortalecimento onde já existe e ressurgimento da pastoral no mundo do trabalho em vários lugares:

Identifico como desafio fundamental, a necessidade da Pastoral Operária desenvolver uma visão mais estratégica que tome em conta: 1) Princípios sócio pastorais que a orientam; 2) Ações articuladas com os demais organismos de Igreja no mundo do trabalho; 3) Expansão colaborativa desses organismos nos níveis diocesano, regional e nacional; 4) Formação de novas gerações de militantes, especialmente jovens, e assessores e assessoras; 5) Criatividade pedagógica; 6) Organização e coordenação na forma de subsidiariedade; 7) Comunicação qualificada. (ANDRIETTA, 2021).

O que nos faz retomar a pauta para responder à pergunta “É possível uma nova pastoral operária?” é o fato do elenco de sugestões apresentado pelo bispo responsável pelo acompanhamento da Pastoral ligado ao Trabalho, prescindir um diálogo aparentemente já estabelecido entre Igreja, agentes de pastoral e leigos e leigas engajados. Evidentemente essa realidade perpassa alguns lugares, mas ainda é tacanha a presença articulada dessas frentes pastorais junto a Igreja.

A Igreja no Brasil há décadas fez opção pela paróquia como espaço fundamental de campo de missão, dando ao pároco a premissa de definir quais pastorais vicejam ou morrem

ainda no nascedouro, nas comunidades sob sua administração. Seja por decreto categórico de que sua linha levará a comunidade a uma pastoral de conservação, ou mesmo por estratégia de marginalizar as pastorais sociais. Fato importante é que acontece nas paróquias o desmonte das pastorais que deveriam agir nas comunidades.

Outra questão que não nos cabe aprofundar no trabalho, apenas tornar presente junto às problematizações, se refere à formação de novos militantes e jovens assessores e assessoras. As Igrejas locais tem tido dificuldade de programar sistematicamente esta tarefa porque requer investimento. Historicamente, por diversas razões, não só pelo alto custo, a Igreja deliberadamente centrou suas forças econômicas para formação do clero, seja na formação dos candidatos ao presbiterato, seja na formação permanente do clero. Restando aos leigos e leigas algumas ajudas de custo para promover ações esporádicas. As dioceses tem anualmente custo altíssimo com a formação do clero, e por vezes, isto inviabiliza que projetos para formação de leigos e leigas, com orçamento condizente com os gastos de assessoria, traslado dos agentes de pastoral, material expositivo e outros recursos passem pelo planejamento das dioceses.

Uma última questão a ser considerada é que a fala dos bispos entrevistados não reconhece algum tensionamento com os órgãos de classe. Na entrevista em anexo será possível perceber que anima mais ao episcopado brasileiro apontar as ações que estão sendo realizadas e os esforços de diálogo. Sobre a pergunta que trata dos diálogos e dissensos, fala Dom Andrietta:

A Igreja oficial no Brasil, representada pela CNBB, desde a criação desta entidade, além de não ter criado entraves e tensões com o movimento sindical, sempre se manifestou em apoio à luta sindical e estabeleceu canais de diálogo, frequentemente solicitado por distintas instâncias do movimento sindical, o que demonstra que este também sempre valorizou a contribuição da Igreja. (2021).

Sob mesma linha responde à mesma questão Dom Fernando Saburido:

É possível que tenha havido discordâncias de pontos de vista, dependendo do tema em pauta. Não exatamente dos movimentos sindicais, mas de movimentos em geral. Vejo isso, porém, como algo natural e até salutar. Nós nos enriquecemos quando pensamos diferente. O diálogo fraterno é sempre oportuno. Entre pessoas maduras deve haver sempre respeito ao pensamento do outro. Aliás, era exatamente isso que nosso muito amado arcebispo emérito Dom Helder Câmara defendia e vivia. Na última Missa de aniversário do seu falecimento, em agosto de 2020, por exemplo, quando estávamos convivendo com a polêmica provocada pelo aborto na criança de 10 anos de São Mateus, no Espírito Santo, tive oportunidade de lembrar: “O

‘Servo de Deus’, Dom Hélder, tinha grande amor à Igreja e total fidelidade ao papa que costumava chamá-lo, independentemente de quem fosse, de ‘Pedro de hoje’. É conhecida a história de que certa vez, presente em um encontro de bispos, entrou no debate a possibilidade da dispensa do celibato para padres diocesanos, e outros temas polêmicos. Dom Hélder se encontrava na primeira fila, de olhos fechados, aparentemente adormecido, uma vez questionado sobre o assunto, logo levantou os braços e disse: “Com Pedro tudo, sem Pedro nada!”. Ele conhecia perfeitamente o ensinamento da Igreja sobre temas dessa natureza, os respeitava, reverentemente, e, com obediência filial, os assumia na sua prática ministerial.

3.2.2 – Com a palavra: os militantes.

No início de nosso trabalho, tivemos a oportunidade de apresentar dois militantes, um operário leigo inserido, e outro padre casado que viveu o acompanhamento da pastoral operário, ambos nos anos de repressão militar. Retomaremos um pouco da fala dos dois, agora sobre o que pensam da pastoral hoje. Para acompanhar suas vozes, incluímos a voz de uma mulher que milita nos dias de hoje na JOC do Brasil. Rosângela Soares, cearense de Sobral, enfermeira e mãe, iniciou sua militância na JOC em 1991, a partir de um congresso da entidade. Hoje mora em Recife para contribuir com a tarefa de reanimar um núcleo da JOC na capital pernambucana.

Xavier, o padre do clero de Bruxelas, casou-se e na década de em 1988 foi morar na Paraíba, em Cajazeiras, depois, nos idos de 1990 em Recife, onde ingressou na docência na Universidade Federal de Pernambuco. Essa trajetória é pano de fundo sob o que o agente de pastoral, Xavier, pensa sobre uma nova pastoral. Nas conversas feitas para esta pesquisa, Xavier é a primeira pessoa a apresentar críticas a outras personagens para além da Igreja. Ao chegar em Cajazeiras, Xavier sentiu dificuldades quanto as estratégias de atuação dos sindicatos, militantes e membros do Partido dos Trabalhadores. Diz-nos Xavier que estas entidades “agiam como se estivessem no ABC Paulista”. Para o padre militante que se tornou educador popular e professor universitário, houveram dificuldades de capilaridade dos agentes do mundo do trabalho nas comunidades, pela dificuldade de ampliação do debate sobre os problemas da classe trabalhadora. Os dilemas dos trabalhadores e trabalhadoras, segundo ele, estavam resumidos à luta de classes. Mulheres, moradia, crianças e problemas da comunidade passavam despercebidos nos encontros. “Sentia uma dificuldade de o movimento operário imergir na comunidade”, conclui Xavier.

Em Recife, agora membro da Associação Nacional de Educadores Populares em saúde, agente de Pastoral da Saúde e membro da Comissão de Justiça e Paz, Xavier percebe

um diálogo maior entre a cúria e os agentes de pastoral, mas reafirma que esse diálogo não consegue ainda verter o posicionamento da Mitra Diocesana em algumas pautas, assim como ainda não apresenta grandes avanços nas paróquias.

Questionado sobre uma nova pastoral operária, Xavier acredita que as novas ações dos leigos e leigas, no âmbito da Arquidiocese de Olinda e Recife já assumem o lugar atualizado da pastoral operária. O enfrentamento do fundamentalismo religioso na última eleição municipal, as ações do Fórum Inter-religioso Gente de Fé, da Comissão de Justiça e Paz e do Grito dos Excluídos precisam ser mais difundidas, porque nelas já está presente uma agenda para o mundo do trabalho. Preocupado com as expressões da modernidade e do pluralismo religioso, Xavier encerra afirmando que no campo das individualidades é preciso não recorrer apenas a materialidade do problema da classe trabalhadora, mas atrair pessoas a partir de suas subjetividades. “É preciso ganhar novas pessoas despertando nelas o contemplativo, o místico da ação libertadora, a evangelização na política”, finaliza Xavier (2021).

Luiz Tenderine (2021) também coloca outros desafios para pensar uma nova pastoral. Para isso traz para o debate o sindicato: “A relação Igreja e sindicato nunca foram 100% confiáveis e amigáveis!”.

Quando perguntado o motivo desta afirmação, o metalúrgico foi mais incisivo: “A pauta sindical confrontava as ideias burguesas da Igreja. A igreja apoiava a pastoral operária, mas achava radical a ação sindical diante dos conflitos de classe. Os trabalhadores da Pastoral Operária é que faziam a ponte entre os bispos e o sindicato.” (TENDERINE, 2021).

O desmonte da ala progressista da Igreja, tendo seu início na eleição de João Paulo II, foi o cenário de desarticulação pastoral no mesmo período em que o movimento sindical foi perdendo força diante das políticas de Fernando Henrique Cardoso⁷¹. Essa relação feita por Tenderine entre a romanização da Igreja Brasileira e seu afastamento do movimento sindical na hora em que este se via mais enfraquecido, aponta para os entraves que ainda hoje distanciam parte dos sindicatos de diálogos com as pastorais sociais em geral.

Perguntado sobre uma nova pastoral social, Tenderine (2021) mais uma vez busca na recordação dos fatos a resposta. Nessa resposta surge uma crítica não só as decisões pastorais da Igreja, mas ao próprio discurso da Igreja. O militante metalúrgico fala como a DSI chegava aos militantes:

⁷¹ Fernando Henrique Cardoso – FHC, foi presidente do Brasil de 1º de janeiro de 1995 a 1º de janeiro de 2003. Eleito sob a legenda do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, representante central da direita brasileira naquele momento).

Acho muito complicado isso (uma nova pastoral operária). Vivemos mudanças muito grandes e imprevisíveis. É preciso que a sociologia e a economia deem respaldo ao trabalho humano. A Pastoral Operária deve usar dessas ferramentas para incluir novos setores à militância. Quanto à Igreja, vai precisar calibrar seu discurso. Lembro como reagíamos à DSI. Documentos pontifícios, elaborados por pessoas que não sabiam de nossa realidade. Quando citávamos a DSI era mais por obrigação de cristãos do que achar que estava correta, porque muitas vezes ela era omissa quanto à nossa realidade. Muitas vezes até esquecíamos da DSI, estávamos na ação direta (2021).

A voz de uma militante da JOC traz outros olhares sobre a situação da Pastoral Operária e como pode contribuir para uma nova frente de pastoral no mundo do trabalho. Rosângela Soares é extensionista da JOC, tem a tarefa de fomentar a expansão do movimento. Ela nos recorda que a JOC está presente em poucos lugares, hoje a ação tem presença em São Vicente- SP; Volta Redonda-RJ e Passo Fundo- RS. A JOC está iniciando um processo de extensão em Recife e discute nacionalmente sobre ampliar as atividades de extensão para outras cidades.

A liderança jocista tem uma visão mais positiva da relação entre sua entidade e a Igreja. Quando perguntada sobre a relação institucional ela assim responde:

Avaliamos que a Igreja apoia a JOC, principalmente nas cidades onde existe JOC. Ao buscar apoio, os/as jovens têm encontrado padres e bispos receptivos. No entanto, percebemos que a Igreja é diversa e que foi mudando no decorrer do tempo. Em relação à juventude, já houveram várias políticas. Por exemplo, houve um tempo que as pastorais contavam com o apoio de assessores liberados pela Igreja para o trabalho pastoral. Hoje já não existe mais o apoio dessa forma. Essas mudanças impactam no trabalho, se por um lado se tem mais autonomia, por outro lado, houve um afastamento da realidade concreta da juventude. Entendemos também que o espaço da Igreja continua sendo um espaço importante de atuação hoje, porque a juventude vive a espiritualidade e a religiosidade. Contudo, esse espaço não é único, é diverso e tem diversas orientações. Há espaços que seguem uma linha mais carismática, outros mais assistencialistas, outros se propõem mais progressistas. A JOC se identifica mais com essa última. (2021).

A militante percebe as dificuldades, mas não chega a tocar em temas como clericalismo, grupos conservadores ou tensionamentos com a hierarquia. Longe disso, faz menção a Dom Reginaldo Andrietta na busca por interlocução com a JOC. Em primeiro olhar, não se trata de amenizar conflitos, fica explícito que no mosaico da Igreja brasileira, a ação pastoral pode sofrer intervenções distintas. Nos lugares onde Rosângela cita a inserção da JOC, a CNBB politicamente tem mais fôlego e provoca articulações no mundo do Trabalho. O bispo referencial para o mundo do trabalho, Dom Andrietta, coordena um grupo de diálogo

entre Igreja e Centrais sindicais, realidade que busca minorar as distâncias lembradas por Tenderine. O espaço de atuação da Igreja ainda é restrito, mesmo assim, pode apoiar a JOC que também vive dias de estio no quadro de militantes.

Quando questionada se é possível uma nova Pastoral Operária, junto à questão perguntamos quais os desafios para a JOC e para a Igreja hoje. A jocista assim respondeu:

É possível fazer uma pastoral operária ou movimento de igreja voltada a refletir a situação atual do mundo do trabalho: da precarização das condições de trabalho, sem direitos trabalhistas, aumento da informalidade e do desemprego. Mas também do trabalho que queremos, digno, solidário, cooperativo, associativo. Além disso, é possível também refletir essa realidade levando em conta as distintas realidades, da juventude, das mulheres, dos/as moradores das periferias, dos/as imigrantes; além do olhar racial e de identidade de gênero. Tudo isso é desafio também das organizações de trabalhadores. A JOC vem promovendo uma reflexão e uma construção de um novo formato de economia e de relações de trabalho, tendo como princípio a solidariedade. Pensamos que os desafios devem ser refletidos com os/as trabalhadores/as, sua situação enquanto classe, no sentido de se reconhecerem enquanto classe trabalhadora, no mundo tecnológico avançado e que retirou milhões de postos devido ao avanço tecnológico. E a Igreja tem um papel junto a classe trabalhadora. Se ela não assumir esse papel, estará se distanciando do compromisso com os mais empobrecidos e com a construção do reino de Deus, sua razão de existir.

Três vozes militantes: Um padre casado, missionário estrangeiro, educador e agente de pastoral até os dias atuais. Um metalúrgico no ABC paulista que vivenciou ação política da Pastoral Operária nos anos de repressão e depois caminhou com Dom Helder Câmara no trabalho cooperativo. Uma profissional da saúde, militante da JOC e responsável por ampliar o mapa de inserção da entidade num período de realidades eclesiais muito distintas.

Essas três vozes nos apresentam traços do laicato que tem tradição na ação pastoral em vários contextos. Uns mais reticentes ao discurso institucional, outro imerso na pastoral, mas, a princípio sem perceber avanços por parte da Igreja e outra que vislumbram uma parceria maior com a instituição e promove espaço de diálogo para garantia de ações conjuntas. São desafios, mas também horizontes para a reflexão pastoral da Igreja brasileira.

3.2.4 – Contribuições da teologia pastoral aos desafios da igreja e dos agentes do mundo do trabalho.

A relevância da contribuição da teologia pastoral aos dilemas da renovação da pastoral do mundo do trabalho no Brasil é inquestionável, uma vez que, de tradição recente,

na América latina, a teologia pastoral tem razão de ser a partir da opção pelos pobres incrustada na pujança da Ação Católica.

Não temos pretensão de traçar a história da teologia pastoral ou conceituar teologicamente a pastoral. Nosso intuito é apresentar duas premissas sobre pastoral defendidas pela teologia que estuda sua práxis, a saber: A pastoral como essência da Igreja e a ação pastoral provocando a sinodalidade da Igreja.

Dizer que a pastoral é a razão de ser da Igreja (BRIGHENTI, 2021, p. 43), é o esforço teológico de recolocar a Igreja em direção a sua meta: o Reino de Deus. A Igreja tem sentido na continuação da obra de seu mestre. Tendo o mestre Jesus de Nazaré vivido integralmente a evangelização, e tendo a tradição bíblica indicado que evangelizar é a instalação do Reino de Deus no mundo, a essência da fé cristã, e, por conseguinte, católica, é completar a obra de seu mestre no mundo.

A pastoral é a manifestação do movimento iniciado por Jesus na construção de seu reino de justiça e paz. Esta definição de pastoral dando sentido a Igreja, deslegitima a sombra de uma formação laical, consagrada ou presbiteral que recusa a pastoral ou a transforme numa opção aos leigos mais dinâmicos.

O tríptico múnus da caridade, da palavra e da liturgia são pastorais, serviços que animam e impulsionam a obra do movimento de Jesus. Não existem para si, são instrumentais de construção do mundo novo. Caridade, palavra e liturgia, respectivamente, pastorais do serviço, profecia e litúrgica vivem uma complementaridade que evoca a caridade, feita justiça, como mãe das virtudes. (BRIGHENTI, 2021, p. 43).

O Concílio Vaticano II foi responsável pela definição da missão da Igreja no agir sob o trinômio “Reino-Igreja-Mundo”. Significa que a Igreja está unida ao Reino e o torna presente no mundo. Sendo trinômio, A igreja, que não vive sem Reino de Deus, tampouco existirá sem ação no mundo. A teologia pastoral, que é eminentemente uma teologia bíblica e da tradição do movimento de Jesus, provoca a Igreja a perceber que suas práticas de conservação ritualística e sua tentativa de fuga ao passado pré-conciliar podem lhe conferir a alcunha de instituição tradicional, mas jamais poderão lhe garantir a dignidade de Igreja – Povo de Deus.

Sobre a razão de ser da Igreja latino Americana, nos diz o teólogo Agenor Brighenti:

Na Igreja da América Latina, dado o contexto marcado pela “injustiça institucionalizada” e pela excussão, a relação Igreja-Reino é entendida em torno à opção pelos pobres e uma evangelização libertadora, que tem nas CEBs um ‘novo modo de ser Igreja’. Por sua vez, a relação Igreja-Mundo precisa dar-se a partir do ‘reverso da história’, desde a periferia e os

excluídos, a partir de onde, profeticamente, se buscar promover uma sociedade onde caibam todos, expressão do Reino da justiça e da paz (BRIGHENTI, 2021, p. 63).

A pastoral, em razão de ser Igreja, precisa superar os amadorismos que muitas vezes a transformam num assistencialismo ou peça publicitária da comunidade. Mas o clericalismo e o autoritarismo engessam e infantilizam as ações dos leigos e leigas, perpetuando esse circuito em que as pessoas gastam suas energias ao perceber que a ação não consegue efeitos na sua vida e na vida da comunidade.

O Vaticano II com largueza contribuiu na reflexão sobre corresponsabilidade do corpo de batizados. Por isso, a comunidade eclesial é o sujeito do planejamento pastoral (BRIGHENTI, 2021, p. 223). A sinodalidade, que significa “caminhar juntos”, não é um lema eventual, é uma condição da vida da Igreja pós-conciliar. É a sinodalidade ponto de partida para superação dos desafios pastorais que elencamos, entre eles: o clericalismo, patriarcalismo e marginalização dos agentes de pastoral.

Na sinodalidade é possível que cada Igreja local construa alternativas pastorais aos desafios reais. Nos lembra Brighenti (2021) que a Igreja é “Igreja de Igrejas” locais, portanto, o teólogo usa o termo “diocesaneidade da pastoral”. Essa dimensão da diocesaneidade da pastoral questiona diretamente o desmonte pastoral da Igreja que minou as pastorais de conjunto nas dioceses e tenta se adequar a um substituto, qual seja, setor de pastorais sociais, que neutraliza a ação dos agentes de pastorais diante das decisões da hierarquia.

A pastoral de conjunto é um forte incentivo à superação do binômio *clero-leigos* pelo binômio *comunidade-ministérios*. (BRIGHENTI, 2019).

Retomar essa dinâmica nas dioceses e prelazias trará maiores condições de ver pastorais estratégicas, como as pastorais do mundo do trabalho, ressurgirem.

3.3 “Terra, teto e trabalho” – As contribuições pastorais do Papa Francisco.

Iniciamos este trabalho nos debruçando sobre o que a Igreja tem a dizer a cerca da categoria trabalho. Concluiremos esta pesquisa precedendo nossas conclusões com outro olhar sobre o discurso da Igreja. Desta vez, sob a condução do Papa Francisco.

Eleito Papa em 13 de março de 2013, o Cardeal Jorge Mario Bergoglio, jesuíta, inicia um novo tempo no discurso social da Igreja. Sua aproximação aos movimentos populares, preocupação com a Igreja na Amazônia, atenção especial a temas como economia e globalização colocaram a Igreja, na última década, em visibilidade nas discussões políticas

mais centrais. Algumas de suas intervenções nos ajudarão a apresentar sugestões para uma pastoral no mundo do trabalho em diálogo com a Doutrina Social mais recente.

3.3.1 Francisco e os Movimentos Populares.

O itinerário pastoral do Papa Francisco, certamente uma continuação de sua vida apostólica nas ruas de Buenos Aires, assume um posicionamento que não se concentra na pregação *intramuros*. Torna-se perceptível que seu mandato petrino não é uma escola doutrinal, mas uma abertura ao diálogo da Igreja com o mundo. O sinal mais visível dessa abertura se dá no esforço contínuo que o pontífice faz em estar próximo dos Movimentos Populares. Algumas foram as experiências de contato. Seja por carta dirigida aos Movimentos, o convite para um encontro em Roma ou na América Latina.

O gesto de encontro aponta um caminho que deve inspirar a Igreja do Brasil. Nas últimas décadas esta Igreja tem colecionado mais tensionamentos do que aproximações. É claro que as pastorais sociais não se afastaram dos movimentos populares, ao contrário, intensificaram parcerias - entre elas já citamos o Grito dos Excluídos - mas as Igrejas locais perderam muitas oportunidades de construir ações conjuntas de defesa de vida digna para as comunidades circunvizinhas.

A sinodalidade é característica do pastoreio de Francisco e é sob este princípio que o bispo de Roma provoca os demais bispos e suas Igrejas Locais a abrir as portas da cúria e sentar com os vários atores envolvidos em diversas frentes de militância social. Com efeito, se o gesto fala tenazmente, as palavras proferidas aos Movimentos Populares do mundo inteiro, orientam corajosamente uma agenda pastoral.

No primeiro encontro com os Movimentos, em outubro de 2014, o Papa diz aos militantes populares que a solidariedade é um jeito de fazer história, e esse é o jeito de fazer história dos movimentos populares. Em seguida confirma a luta dos movimentos por terra, trabalho e teto. Em seu discurso, o Papa deixa claro que estas três urgências sociais são dons sagrados. Estão na prioridade do evangelho, porque o amor aos pobres é o centro do evangelho (FRANCISCO, 2014).

Com estas três palavras o Papa Francisco interpela a Igreja a repensar suas prioridades pastorais. No Brasil, a SSB e a CNBB aceitaram a provocação e o ciclo de debates e mobilização da SSB neste triênio tem por eixo esses três direitos.

Em seu discurso o Papa faz uma denúncia sobre o trabalho em sintonia com agenda dos movimentos e pastorais do mundo do trabalho. Assim diz o Papa Francisco:

Não existe pior pobreza material — faço questão de o frisar — da que não permite que se ganhe o pão e priva da dignidade do trabalho. O desemprego juvenil, a informalidade e a falta de direitos laborais não são inevitáveis, são o resultado de uma prévia opção social, de um sistema económico que põe os benefícios acima do homem, se o benefício é económico, acima da humanidade ou do homem, são efeitos de uma cultura do descarte que considera o ser humano como um bem de consumo, que se pode usar e depois deitar fora. (Discurso do Papa Francisco aos participantes no encontro mundial dos movimentos populares. Ex-sala do sínodo, terça-feira, 28 de outubro de 2014).

Dito isso, o pontífice conclui seu discurso evocando a importância e responsabilidade dos Movimentos Populares:

Os movimentos populares expressam a necessidade urgente de revitalizar as nossas democracias, tantas vezes desviadas por inúmeros factores. É impossível imaginar um futuro para a sociedade sem a participação como protagonistas das grandes maiorias e este protagonismo transcende os procedimentos lógicos da democracia formal. A perspectiva de um mundo de paz e de justiça duradouras pede que superemos o assistencialismo paternalista, exige que criemos novas formas de participação que incluam os movimentos populares e animem as estruturas de governo locais, nacionais e internacionais com aquela torrente de energia moral que nasce da integração dos excluídos na construção do destino comum. E assim com ânimo construtivo, sem ressentimento, com amor. (FRANCISCO, 2014).

O segundo encontro, na Bolívia, reforçou a máxima Terra, teto e trabalho. Na dimensão eclesial convocou a Igreja a se comprometer com a tarefa de animar as lutas e as ações na busca por justiça. Palavras do Papa, em seu discurso na Bolívia:

A Igreja não pode nem deve ficar alheia a este processo no anúncio do Evangelho. Muitos sacerdotes e agentes pastorais realizam uma tarefa imensa acompanhando e promovendo os excluídos de todo o mundo, ao lado de cooperativas, dando impulso a empreendimentos, construindo casas, trabalhando abnegadamente nas áreas da saúde, desporto e educação. Estou convencido de que a cooperação amistosa com os movimentos populares pode robustecer estes esforços e fortalecer os processos de mudança. (FRANCISCO, 2015).

O gesto de um Papa que substituiu uma exortação sobre a pastoral pelo exemplo de sair em pastoral - Francisco não falou aos católicos sobre conjuntura mundial, antes disso, propôs um encontro com os movimentos populares - ainda sofre resistências, mas abala, por

menor que seja a fissura, os planos de enquadrar cada vez mais a Igreja e seus agentes na sacristia.

3.3.2– Francisco de Assis e Francisco de Roma – A economia na agenda pastoral.

Em março de 2019, o Papa dá outro passo na sua agenda pastoral: propõe um encontro com jovens economistas para tratar de, usando suas palavras, “realmar a economia”. O evento é intitulado “Economia de Francisco”.

Na carta convocatória o Papa coloca sua intenção:

Na carta encíclica *Laudato si'* enfatizei como hoje, mais do que nunca, tudo está intimamente conectado e a salvaguarda do ambiente não pode ser separada da justiça para com os pobres e da solução dos problemas estruturais da economia mundial. é necessário, portanto, corrigir os modelos de crescimento incapazes de garantir o respeito ao meio ambiente, o acolhimento da vida, o cuidado da família, a equidade social, a dignidade dos trabalhadores e os direitos das futuras gerações. (Carta convocatória - Do Vaticano, 1 de maio de 2019).

Este encontro sofreu mudanças de data e formato diante do cenário pandêmico que ainda nos assola. Por conta disto ainda sofrerá repercussões e continuidade. Nossa intenção não é o relato do evento, mas a análise da intencionalidade pastoral do articulador. Não é difícil saber que o impasse para que a máxima *terra, teto e trabalho* torne-se direito na vida do povo empobrecido reside na agenda neoliberal mundial. Qualquer liderança política que se disponha a tratar da questão terá de tratar de um novo modelo de economia. Tratar dessa questão mantém o bispo de Roma em sua pauta política à mesma medida que, mais uma vez, provoca uma aproximação da Igreja aos militantes e agentes de pastoral que, anos a fio, debatem este tema. Lembremos que “uma outra economia possível” é uma sentença defendida por Movimentos Sociais, coletivos, ONG’s e Pastorais que nas últimas duas décadas constroem fóruns temáticos para tratar do tema no mundo inteiro.

A escolha pelo frade de Assis é mística, mas também é estratégica por dois motivos: A figura do santo medicante não é patrimônio católico. Francisco de Assis é uma das personalidades mais queridas e veneradas por pessoas de várias confissões e classes sociais. Homem que aponta para a pobreza, para o diálogo inter-religioso e a redescoberta de um ser em relação com a criação. Não há outra figura católica mais incontestada que o fundador dos irmãos menores.

Outro motivo é de conjuntura eclesial. Os herdeiros do pobre de Assis têm se colocado como parte dos mais entusiastas do apostolado do Papa Francisco. A “Economia de Francisco”, junto às encíclicas *Laudato sí* e *Fratelli Tutti* não foram apenas acolhidas como objeto de estudo comunitário franciscano. A Ordem dos Frades Menores reorganizou muitos setores estratégicos da instituição para que a formação e as ações pastorais incorporassem a pauta pontifícia.

O Líder da Igreja Romana mais uma vez não se contentou em escrever uma catequese social, convocou grupos de interesse para o debate e provocou setores da Igreja a fazer o mesmo. Se as dioceses no Brasil ainda são reticentes em vivenciar a agenda proposta, as pastorais sociais, a Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) e as Universidades e faculdades católicas iniciaram uma aproximação com a linha pastoral de Francisco.

3.3.3– Fratelli Tutti – uma carta para uma pastoral de conjunto.

Na véspera solene da festa litúrgica do santo de Assis, junto ao túmulo de seu onomástico, o Papa Francisco assina a carta encíclica *Fratelli Tutti*.

Este recente documento da DSI é uma volta à primeira dimensão anunciada no mandato do Papa, ainda na bancada da Praça de São Pedro, no dia de sua eleição: a fraternidade.

Também aqui não nos cabe uma síntese da carta, mas apontar as contribuições importantes para pensar a pastoral no mundo do trabalho.

A encíclica trata da fraternidade para apresentar um caminho de mudança e solidariedade entre os irmãos na ‘casa comum’. Para tratar da política como ambiente de garantia da democracia, busca da justiça e liberdade o autor apresenta o conceito de “amizade social” (FRANCISCO, 2020).

No documento, o Papa Francisco traça um panorama dos impeditivos à fraternidade e trata de questões pertinentes à amizade social. Globalização e progresso, pandemia, migração, sistemas políticos, religião e violência, cultura e comunicação são parte dos temas enfrentados na encíclica.

A amizade social como solidariedade entre diferentes para superação das estruturas injustas é uma contribuição ao entendimento de uma pastoral de conjunto. Se encarada como uma plataforma pastoral apenas por setores isolados na eclesiologia diocesana, pouco ou nada

se avançará. O conteúdo deste documento é um legado para uma rede comunidades e organismos. Não haverá chance de êxito para quem o trancafiar em guetos.

O itinerário pastoral de Francisco ainda pode ser analisado de várias formas enquanto instrumento impulsionador de novos espaços de pastoral operária ou pastoral do mundo do trabalho. A exemplo do roteiro sociológico que seus posicionamentos carregam, os núcleos de pastoral operária deverão entender que os problemas da classe trabalhadora passam por questões que ultrapassam os postos de trabalho.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo pesquisamos a trajetória da Igreja Católica junto à classe trabalhadora procurando analisar os conflitos, aproximações, impasses e possibilidades na reconstrução da pastoral operária no Brasil.

A Igreja, portadora de uma significativa coleção de documentos que compõem seu ensino social, em vários momentos não conseguiu transformar em pastoral a letra da catequese, de sorte que vive uma história com a classe trabalhadora de encontros e desencontros.

Do outro lado, a classe trabalhadora sofre mudanças constantes nos postos de trabalho, amarga um logo período de precarização mediante a terceirização e retirada de direitos. Quanto a este cenário, não obstante a ala conservadora que apoiou o golpe, a Igreja que esteve junto dos trabalhadores na luta por redemocratização, nas últimas décadas, sente dificuldade de retomar o diálogo e se fazer próxima dos movimentos trabalhistas – sociais e sindicais.

A romanização que fez sucumbir a Igreja Popular e abrigou o conservadorismo católico e o clericalismo ganha mais força nas dioceses e inviabiliza o renascimento de pastorais sociais, entre elas a pastoral do mundo do trabalho. No entanto, algumas estratégias de sobrevivência e de resistência foram adotadas pela ACO/MTC, pela JOC e por outros coletivos como as pastorais sociais e as CEBs. A articulação dessas e demais entidades encoraja a luta por renovação de quadros e expansão dos movimentos, mas não consegue ainda furar a bolha que coloca seus agentes e militantes à margem das ações eclesiais.

A clericalização, que envolve a formação dos candidatos ao presbitério, a separação do setor das pastorais sociais e a falta de investimento na formação laical são impasses ao ressurgimento de uma pastoral que tenha a classe trabalhadora como agente e destinatária.

Tal

situação acirra os ânimos entre quem defende o processo de volta ao passado e os pastoralistas e agentes de pastoral que estão inseridos nos embates reais da classe trabalhadora.

Trouxemos para nossa pesquisa vozes da CNBB e da pastoral, que em momentos distintos deram conta da tarefa de apoio às ações dos trabalhadores e trabalhadoras, ou da missão militante junto à classe trabalhadora, para nos ajudar a responder a pergunta: É possível uma nova pastoral operária? O que se seguiu, longe de ser desanimador para os agentes de pastoral, militantes e para a Igreja comprometida com a opção pelos pobres, foram possibilidades que carecem de aprofundamento. A multiplicidade de realidades eclesiais distintas pode apresentar cenários bem diferentes quanto à aceitação e comprometimento da Igreja local na implantação de alguma ação pastoral ligada à classe trabalhadora.

O bombardeio virtual, com ofensas, *fake news* (veiculação de notícias falsas) e o boicote a ações já consagradas como a CF e as campanhas de evangelização, tem sido a estratégia de ataque à CNBB por parte dos conservadores por vezes logrando sucesso midiático, mas não se tornando um impeditivo aos posicionamentos da conferência brasileira diante dos grandes problemas nacionais de ataque à democracia, retirada de direitos, negacionismo e negligência no combate à pandemia, suspeita de crimes de peculato que envolvem o governo federal, e o discurso de ódio propagado pela base de apoio ao gestor federal.

Os desafios e entraves devem ser considerados pela Igreja com a consciência de que sem assumir uma postura de *sinodalidade* e *diocesaneidade* o caminho será muito mais longo a percorrer e extremamente íngreme. Outrossim, cumpre salientar que a permanência de um isolamento às pastorais sociais e o descaso da Igreja local diante de uma articulação rumo à pastoral de conjunto acarretará outros entraves significativos ao restabelecimento de diálogo com a classe trabalhadora.

Que este trabalho possibilite acenar para os conflitos e potencialidades que MTC, JOC, Pastoral Operária, Pastoral do Mundo Trabalho, CEBs, movimentos sociais e Igreja Católica tem como cenário e contribua para alargar o debate e os canais de articulação.

As constatações apontam para a pertinência da pesquisa, na certeza de que é uma contribuição modesta para os estudos que relacionam Igreja e mundo do trabalho e uma pequena contribuição aos grupos de trabalho sobre pastoral no Brasil. A reanimação e implantação de frentes de pastoral entre trabalhadores e trabalhadoras sofrem impasses e acumulam desafios, nenhum deles é intransponível. As contribuições em termos de conteúdo teológico, sociológico e de estratégia pastoral, apresentadas pelo itinerário apostólico do Papa

Francisco são animadores aos que enveredam pela missão herdada da Ação Católica Operária e da Igreja Popular.

Esperamos que as reflexões possam chegar aos agentes da Igreja e do mundo do trabalho e a quem tem por ofício ou missão analisar a trajetória da pastoral da Igreja do Brasil. Que este encontro com a pesquisa apresentada contribua no debate e sofra alterações, recortes, acréscimos e adaptações no percurso histórico. Que a Igreja Católica no Brasil nunca se furte de combater a injustiça e a opressão que sempre atingem frontalmente a classe trabalhadora. Em momentos de grande investida contra os trabalhadores e trabalhadoras, a Igreja só poderá se perceber profética se mirar sua ação no exemplo de pessoas como Santo Dias e Paulo Arns, Angélico Sândalo e Xavier Uytendenbroek, Helder Câmara e Luiz Tenderine, Maria Lorena e Rosângela Soares e tantos religiosos e religiosas, leigos e leigas, militantes, trabalhadores e trabalhadoras que não saciaram sua fome de justiça.

Lembrando o centenário do educador popular Paulo Freire, que sonhava com o Brasil tomado por uma série de marchas populares, que a marcha dos que tem fome de justiça não tarde e que a Igreja do Brasil engrosse essas fileiras.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ACO. **História da Classe Operária no Brasil**. 4º Caderno. Rio de Janeiro, 1985.

_____. **História da ACO, fidelidade e compromisso na classe operária**. 1ª ed. Rio de Janeiro- RJ, 1987.

_____. **Assumir - Movimento de trabalhadores Cristãos** - “A JOC diante dos acontecimentos de Primeiro de Abril”, 1964. Ano XXX – Setembro/ Dezembro. Rio de Janeiro, 2008.

_____. **Assumir - Movimento de trabalhadores Cristãos**. Ano XXXIII – Janeiro/Abril. N.88. p.27. Rio de Janeiro, 2011.

ALVES, Antônio A. **Doutrina Social da Igreja** – Um Guia Prático para Estudo. Petrópolis: Vozes, 2014.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo, Cortez/Ed. Unicamp, 1995.

_____. **A desertificação neoliberal: Collor, FHC e Lula**. Campinas, Autores Associados, 2004.

_____. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo, Boitempo, 2005.

_____. **O Continente do Labor**. São Paulo, Editora Boitempo, 2011.

_____. **O Privilégio da Servidão** – o novo proletariado na era digital; 1ª ed, São Paulo, Boitempo, 2018.

ANDRADE, Flávio Lyra. **Construção de identidades coletivas na assembléia popular: trânsitos em processos sociais entre o campo político e religioso**. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Recife, UFPE, 2012.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som – Um manual prático**. 7ª ed. Petrópolis – RJ, Editora Vozes, 2008.

BERGER, P. L. **O Dossel Sagrado: Elementos para uma teoria sociológica da religião**. São Paulo: Editora Paulus, 1985.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 5ª ed. São Paulo – SP, Editora Perspectiva, 2004.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo, Boitempo/USP, 2012.

BRIGHENTI, Agenor. **O laicato na Igreja e no mundo: Um gigante adormecido e**

domesticado. São Paulo: Paulinas, 2019.

_____**Ciência da Religião aplicada à ação pastoral.** In.: PASSOS, João Décio; USARSKI, Frank (Org.). **Compêndio de ciência da religião.** São Paulo: Paulus, 2013.

_____**Teologia Pastoral – a inteligência reflexa da ação evangelizadora.** Petrópolis, RJ. Vozes, 2021.

CARRANZA, Brenda; MARIZ, Cecília; CAMURÇA, Marcelo (org). **Novas Comunidades Católicas: Em busca do espaço pós-moderno.** Aparecida, SP – Ideias e Letras, 2009.

CHAPARRO, M. C. **Padre Romano, profeta da libertação operária: a saudade que impulsiona.** São Paulo – SP, Editora Hucitec, 2006.

COMBLIN, José. **A Profecia na Igreja.** São Paulo: Paulus Editoras 2008.

CNBB. **Documento: Situação da juventude trabalhadora - Biblioteca da CNBB 1950.** São Paulo, SP: Paulinas, 1991.

_____**Documento 100: Comunidade de Comunidades – uma nova paróquia.** São Paulo, SP: Paulinas, 2014.

_____**Documento 105: Cristãos leigos e leigas na Igreja e na sociedade.** São Paulo, SP: Paulinas, 2016.

_____**Documento 109: Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil, 2019-2023.** São Paulo, SP: Paulinas, 2019.

DE SOUZA, Ney; SBARDELOTTI, Emerson (org). **Medellín: Memória e esperança na América Latina.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

_____**Puebla: Igreja na América Latina e no Caribe – Opção pelos pobres, libertação e resistência.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

_____**História da Igreja: Notas Introdutórias.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2020. FARIA, Roberto de e MARQUES, Luiz C. L.; **Dom Helder Câmara – Circulares Conciliares.** Volume I - Tomo I. Recife: CEPE, 2009.

FRANCISCO, Papa. **Fratelli Tutti – Sobre a Fraternidade e a amizade social.** São Paulo, Paulinas: 2020.

GASDA, Élio E. **Trabalho e Capitalismo Global: Atualidade da Doutrina Social da Igreja.** São Paulo: Paulinas, 2011.

HAGUETTE. T. M. F. **Metodologias Qualitativas na Sociologia.** 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

HERVIEU-LÉGER, D. **O peregrino e o convertido, a religião em movimento.** Petrópolis – RJ, Editora Vozes, 2008.

LIBANIO, João Batista. **A volta a grande disciplina**, São Paulo, Loyola, 1984.

MACBRIEN, Richard. **Os Papas - Os Pontífices: De São Pedro a João Paulo II**. São Paulo: Loyola, 2000.

MAINWARING, S. **Igreja Católica e Política no Brasil – 1916 – 1985**. 1ª reimpr. da 1ª ed. de 1989. São Paulo – SP, Editora Brasiliense, 2004.

MONTEIRO, M. A. S. **Ação Católica Operária, fé e luta em tempos difíceis no Nordeste do Brasil**. Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas. 321f. 1992.

PRIGOL, Mário. **Trabalhadores comprometidos por Solidariedade e Paz?**, Rio de Janeiro, MTC, 2009.

RICHARD, P. **Força ética e espiritual da teologia da libertação – no contexto atual da globalização**. São Paulo – SP, 2006.

ANEXOS

ENTREVISTAS :

ANEXO I – Entrevista Dom Antonio Fernando Saburido, Arcebispo Metropolitano de Olinda e Recife

O que de mais significativo na Doutrina social da Igreja, foi importante para o despertar da Igreja no Brasil a um período forte de Pastoral Operária?

R. A Igreja, seguindo os passos de Jesus, deve acompanhar as dores e esperanças de seu povo. Desde a *Rerum Novarum* de Leão XIII (15.05.1889) até os dias atuais com Papa Francisco, ela tem acompanhado a vida dos trabalhadores seja na reflexão, seja no compromisso concreto, enfatizando a primazia do trabalho sobre o capital. Sinal disso é justamente a experiência da Pastoral Operária, fruto da Ação Católica. O objetivo era refletir a realidade dos trabalhadores na ótica das exigências evangélicas da justiça, da solidariedade e da paz.

Concretamente, no Brasil, essa prática se deu de forma contundente no pós golpe militar de 1964, mas já no período anterior se configurava numa realidade devido a preocupação em organizar os trabalhadores no local de trabalho e seu engajamento no movimento sindical. Poderíamos apontar como base da Doutrina Social da Igreja sua preocupação com a defesa da dignidade da pessoa humana que sempre é atacada, negada, de modo particular na cultura neoliberal, consumista, em que nos encontramos. Foi esse contexto que levou vários membros da Igreja no Brasil, leigos, bispos, sacerdotes, consagrados a se colocarem no lugar dos empobrecidos, excluídos numa atitude de solidariedade, atuando com o método Ver-Julgar e Agir.

A realização do Concílio Vaticano II aproximou a Igreja do mundo assumindo uma atitude de diálogo com o mundo, não mais o condenando, mas vendo nele o espaço onde Deus fala e age, inclusive com a colaboração de homens e mulheres na certeza de que: “o mistério do homem só no mistério do Verbo encarnado se esclarece verdadeiramente (GS 22). João XXIII que o convocou e inaugurou, na emissão radiofônica, no dia 11/09/1962, chamou atenção no sentido de que: “a igreja é de todos, mas é antes de tudo uma igreja de pobres”. Essa afirmação, feita sem alarde e como de passagem, constitui a primeira tomada de posição oficial da Igreja hierárquica diante da pobreza em longos séculos.

A partir dos novos tempos abertos pelo Concílio, foi de fundamental importância a realização de Medellín (1968) e Puebla (1979). De Medellín, considerado “a tradução do Concílio para a América Latina” (Cardeal Evaristo Arns), vimos um desafio ser colocado em pauta assumindo: “Um surdo clamor brota de milhões de homens, pedindo a seus pastores uma libertação que não lhes advém de parte nenhuma” (DocMed 16,2). Em Puebla: “os pobres merecem uma atenção preferencial seja qual for a situação moral ou pessoal em que se encontrem” (DocPub 1442). Não podemos esquecer são João Paulo II que defendeu que “O trabalho é a chave da questão social” (Laborem exercens 3), focando, do ponto de vista ético, o presente e o futuro do homem mediante a consideração direta do trabalho humano. O Papa Francisco nos faz refletir sobre a inclusão dos pobres, afirmando que ela: “deriva da nossa fé em Cristo, que se fez pobre e sempre se aproximou dos pobres e marginalizados, a preocupação pelo desenvolvimento integral dos mais abandonados da sociedade” (EG 186).

No tocante aos trabalhadores e trabalhadoras, qual foi a contribuição da Igreja na luta pela redemocratização? (aqui me valho de sua trajetória, mesmo no mosteiro, de presbítero na Arquidiocese comandada por Dom Helder)

R. Era jovem seminarista, na Várzea, quando o país foi surpreendido pelo golpe militar de 1964 que iniciou um longo período de ditadura no Brasil. Exatamente no ano em que a Arquidiocese de Olinda e Recife acolhia seu novo pastor Dom Hélder Câmara. Entre meus anos no seminário e o ingresso no Mosteiro de São Bento de Olinda, na condição de estudante, tive oportunidade de participar de movimentos estudantis que muito me amadureceram e ajudaram a entender o que estava acontecendo no Brasil, inclusive, participando de iniciativas de contestação do sistema. Lembro, por exemplo, de ter participado no Seminário de Olinda (na época Centro de Pastoral), de um encontro para estudantes, com o Pe. Antônio Henrique Pereira, que muito me impressionou. Fiquei muito chocado ao tomar conhecimento do seu assassinato anos depois.

Nessa época, as classes trabalhadoras, da cidade e do campo, demonstravam força e organização. Apesar de toda a repressão, continuavam vivas e ativas, cumprindo o seu papel social na luta pelos seus direitos e cidadania, sem levar em conta os riscos.

No Mosteiro de São Bento de Olinda, onde ingressei em 1975, marcou muito a minha vida a pessoa do então abade Dom Basílio Penido, grande amigo de Dom Hélder desde o Rio de Janeiro e que muito fez na defesa dos perseguidos políticos, inclusive, escondendo-os na

clausura do Mosteiro. Foi Dom Basílio quem muito fez para que a justiça acontecesse no caso do assassinato do Procurador da República Dr Pedro Jorge que denunciou o chamado “Escândalo da Mandioca” e por isso perdeu a vida. Junto com Dom Basílio, fui ao local em onde se encontrava o corpo de Pedro Jorge que na época advogava para o Mosteiro.

Recordando seu pastoreio em Olinda e Recife, uma das primeiras (acredito que de fato foi a primeira) manifestação política que o senhor fez, em uma semana apenas, como Arcebispo, foi de apoio à greve dos Professores do Estado de Pernambuco, atendendo ao apelo do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Pernambuco - SINTEPE. alguns meses atrás (cerca de um ano) a Arquidiocese esteve em Palmares para dialogar e mediar um conflito com trabalhadores rurais. Que tipo de apoio, diálogo e adesão o Arcebispo de Olinda e Recife compreende que seja necessário oferecer aos trabalhadores e trabalhadoras? *

R. Não entendo a missão do pastor sem a real sensibilidade para as questões que envolvem o rebanho. O modelo é Jesus Cristo, o Bom Pastor. Isso não pode ser teoria, mas realidade na vida pastoral e comunitária. Desde o primeiro momento em que assumi um ministério ordenado busquei viver essa experiência, contando unicamente com a graça de Deus. Não apenas nos casos citados acima, mas em tantos outros as portas da minha casa e do meu coração, sempre estiveram e estarão abertas para acolher e me solidarizar com os que mais precisam. A Igreja, em várias assembleias, conforme citamos acima, sempre fez e confirmou sua “opção preferencial pelos pobres”. Isso é evangelho e deve ser praticado. Claro que isso acarreta, muitas vezes incompreensões e sofrimentos. Nada justifica, porém, o desânimo diante das dificuldades, quando agimos em conformidade com a nossa consciência, buscando ser fiel à Igreja a quem juramos fidelidade.

Como a Igreja de Olinda e Recife acompanhou o desenvolvimento do complexo de Suape? Qual foi o papel da Igreja local na série de situações, conflitos e violação de direitos humanos no complexo? Quais os limites e dificuldades da ação pastoral da Igreja naquela região? O senhor identifica algum entrave ou desafio diante daquela conjuntura? *

R. Quando procurado por representantes da comunidade, e tendo entrado em contato com nossa Comissão de Justiça e Paz que, com a graça de Deus, tivemos a alegria de recriar,

fomos a Suape para escutar o clamor do povo de Deus e juntos tomamos algumas iniciativas junto aos governantes, pessoalmente e por cartas. Foi de cortar o coração escutar relatos de moradores nativos sendo forçados a deixar suas terras por conta da especulação imobiliária. O diálogo continuou através da Comissão de Justiça e Paz. Mais adiante, voltamos a visitar comunidades circunvizinhas por ocasião do caso de derramamento de óleo na orla nordestina e, mais uma vez, constatamos o sofrimento, sobretudo, dos pescadores/as, marisqueiros/as.

Em sua vivência pastoral e episcopal (aqui me refiro ao seu olhar sobre o episcopado brasileiro), em algum momento, houve entraves ou tensionamentos entre Igreja e movimento sindical?

R. É possível que tenha havido discordâncias de pontos de vista, dependendo do tema em pauta. Não exatamente dos movimentos sindicais, mas de movimentos em geral. Vejo isso, porém, como algo natural e até salutar. Nós nos enriquecemos quando pensamos diferente. O diálogo fraterno é sempre oportuno. Entre pessoas maduras deve haver sempre respeito ao pensamento do outro. Aliás, era exatamente isso que nosso muito amado arcebispo emérito Dom Helder Camara defendia e vivia. Na última Missa de aniversário do seu falecimento, em agosto de 2020, por exemplo, quando estávamos convivendo com a polêmica provocada pelo aborto na criança de 10 anos de São Mateus, no Espírito Santo, tive oportunidade de lembrar: “O ‘Servo de Deus’, dom Helder, tinha grande amor à Igreja e total fidelidade ao papa que costumava chamá-lo, independentemente de quem fosse, de ‘Pedro de hoje’. É conhecida a história de que certa vez, presente em um encontro de bispos, entrou no debate a possibilidade da dispensa do celibato para padres diocesanos, e outros temas polêmicos. Dom Hélder se encontrava na primeira fila, de olhos fechados, aparentemente adormecido, uma vez questionado sobre o assunto, logo levantou os braços e disse: “Com Pedro tudo, sem Pedro nada!”.

Ele conhecia perfeitamente o ensinamento da Igreja sobre temas dessa natureza, os respeitava, reverentemente, e, com obediência filial, os assumia na sua prática ministerial.

A Igreja na sua região e/ou no Brasil tem se manifestado ou se mobilizado em dialogar com os trabalhadores e trabalhadoras, seja no diálogo com a JOC, MTC, ACO, sindicatos, pastoral operária ou nas comunidades?

R. Todos esses movimentos representam grande força para a Igreja e a sociedade. O papa Francisco tem se encontrado com frequência com os movimentos sociais e proporcionado grandes reflexões e encaminhamentos. Isso tem ajudado muito às Igrejas buscarem, em todo o mundo, essa reaproximação que, infelizmente, perdeu muito nos últimos tempos.

Particularmente, em nossa arquidiocese, temos nos esforçado para acompanhar as demandas nesse campo, acolhendo sempre os que nos procuram e procurando dar nossa parcela de contribuição. Nesse sentido, tem nos ajudado muito nossa Comissão de Justiça e Paz e as Comissões das Pastorais Sociais, nos âmbitos: arquidiocesano, vicariais e paroquiais. Claro que poderemos e deveremos nos esforçar por crescer ainda mais.

O senhor identifica tensionamentos ou esfriamento da ação pastoral da Igreja diante do mundo do trabalho?

R. É inegável que tenha acontecido recuos, porém, graças a Deus também constatamos avanços. Existem várias belas experiências nesse campo, no Brasil e no mundo. Para isso muito tem contribuído o incentivo e testemunho do papa Francisco.

Para provocar uma reflexão: É possível uma pastoral operária hoje? Que desafios e estratégias podem ser apresentados?

R. Não diria que a Pastoral Operária está extinta. Está sim adormecida e precisa adquirir ânimo novo, alimentada pelas belas experiências dos velhos tempos da Ação Católica e adaptada aos novos desafios dos tempos atuais. Afinal, somos homens e mulheres anunciadores da esperança e nada pode tirar o nosso ânimo porque a nossa força vem de Deus.

ANEXO II: Entrevista Dom José Reginaldo Andrietta, Bispo da Diocese de Jales, SP; Assistente Nacional da JOC, membro da Comissão Episcopal Pastoral para a Ação Sociotransformadora, Bispo Referencial para a Pastoral Operária Nacional, Bispo Referencial do Regional Sul 1 para a Pastoral do Mundo do Trabalho e para a 6ª Semana Social Brasileira.

*Uma pequena apresentação: Onde e como desenvolve sua missão episcopal, e qual a sua trajetória junto às várias expressões do Mundo do Trabalho.**

Sou Bispo Diocesano de Jales – SP. Desenvolvo minha missão episcopal nessa Diocese e estou a serviço da CNBB como membro da Comissão Episcopal Pastoral para a Ação Sociotransformadora, Bispo Referencial para a Pastoral Operária Nacional, Bispo Referencial do Regional Sul 1 para a Pastoral do Mundo do Trabalho e para a 6ª Semana Social Brasileira. Minha missão episcopal corresponde ao que é próprio dos bispos, com a particularidade de dedicar-me prioritariamente ao mundo do trabalho, sobretudo juvenil.

Minha trajetória junto às várias expressões do mundo do trabalho tem sua origem na infância, quando, com sete anos, comecei a trabalhar com meu pai em marcenaria, tornando-me progressivamente, profissional nessa área. Conciliei tempo de trabalho com os estudos, até os 18 anos, quando ingressei no Seminário Arquidiocesano de Campinas. Durante o tempo de Seminário, trabalhando pastoralmente em favelas, conheci a Juventude Operária Católica (JOC) e a Pastoral Operária de Campinas. Pelo relacionamento próximo com militantes da JOC, passei a colaborar com o processo de ação desse movimento, atuando, inicialmente, como militante e, posteriormente, como assessor. Ao ser criada a Diocese de Limeira – SP, como desmembramento da Arquidiocese, optei por essa nova Diocese, por ser natural de Pirassununga, município dessa Diocese, passando a residir em Americana, essa Diocese. Enquanto seminarista, ajudei a organizar a Pastoral Operária e a JOC nessa Diocese, tornando-me no final de meu processo de formação presbiteral, Assessor Estadual da JOC. Em 1982, fui escolhido pela JOC Brasileira, Assessor Nacional, sendo nomeado pela CNBB para essa função, logo após minha ordenação presbiteral, em 1983. Exerci a função de Assessor Nacional da JOC, dedicado integralmente a essa função, até 1987. Ao finalizar essa função, durante o tempo que assumi responsabilidades paroquiais em bairros periféricos de Limeira, de 1987 a 1990, onde expandi o trabalho da JOC e da Pastoral Operária, colaborei, a convite da Coordenação Continental da JOC, com a reorganização da JOC na Argentina. De 1991 a 1990, fui Assessor Continental da JOC para as Américas do Sul, Central e do Norte, e para o Caribe, trabalhando inicialmente, desde Bogotá – Colômbia, onde estava o Secretariado Continental, posteriormente, desde Quito – Equador, para onde esse Secretariado foi transferido. Coube-me, na partilha de responsabilidades com os membros da Coordenação Continental da JOC, acompanhar especialmente os movimentos nacionais da JOC, já organizados ou em extensão, no Haiti, na República Dominicana, na América Central, nos Estados Unidos e no Canadá, especificamente na Província de Québec. Ao finalizar essa responsabilidade, em 2004, regressando à Diocese de Limeira, continuei entre muitas responsabilidades pastorais, minha dedicação à JOC local e meu apoio à JOC estadual e nacional, avançando, também em meus estudos de filosofia e teologia, concentrando-me em uma dissertação teológica relacionada à missão da JOC. Em 1997, convidado pela Coordenação Internacional da JOC, integrei-me à Equipe de Extensionistas da JOC nos Estados Unidos, que eu havia ajudado a criar, residindo e trabalhando nesse país em função

da reorganização da JOC até o ano 2000, quando, então, fui eleito Assessor Mundial da Juventude Operária Cristã Internacional (JOCI). Exerci essa função até 2006, residindo em Bruxelas, Bélgica, onde situa-se o Secretariado Internacional. Assessoriei a Coordenação Internacional, especialmente os membros desse Secretariado, apoiando, particularmente o trabalho da Coordenação Continental da JOC na África, fazendo regularmente presente em vários países, sobretudo na África do Sul, onde essa Coordenação, tem sua sede. Durante minha função de assessoria internacional cursei Mestrado em Teologia Pastoral, pela Universidade de Louvain-la-Neuve, e após finalizar a assessoria mundial, cursei Mestrado Avançado, também em Teologia Pastoral pela Universidade de Leuven, ambos com dissertações sobre a formação de militantes jovens trabalhadores e trabalhadoras, segundo os princípios da JOC. Retornado à Diocese de Limeira, em 2009, assumi responsabilidades pastorais em uma paróquia de Americana, onde fui diretor de uma Diaconia, mantenedora de um Centro de Capacitação Profissional de Adolescentes, até 2015, quando fui nomeado e ordenado Bispo para a Diocese de Jales. Durante toda essa trajetória, estando dedicado prioritariamente à JOC, relacionei-me e continuo relacionado intensamente com muitíssimas organizações do mundo do trabalho no contexto eclesial e não eclesial, continuando esse relacionamento, como Bispo.

O que de mais significativo na Doutrina social da Igreja foi importante para o despertar da Igreja no Brasil a viver um período forte de Pastoral Operária?

O mais significativo na Doutrina Social da Igreja para esse despertar, foi a compreensão de dois princípios fundamentais dessa Doutrina: a dignidade humana e a prioridade do trabalho sobre o capital. Pelo fato do conceito sobre dignidade humana acarretar o conceito de direitos, este passou a ser de tal modo fluente na Igreja, que potencializou iniciativas muito diversificadas e amplas de ações sociopastorais, entre as quais a Pastoral Operária. O conceito de prioridade do trabalho sobre o capital favoreceu sobremaneira a compreensão da Igreja de que os trabalhadores e trabalhadoras, além de serem sujeitos de direitos, devem ser estimulados a se organizarem e a agirem coletivamente, e suas organizações e lutas devem ser apoiadas. Onde e quando a Igreja tem essa compreensão, a Pastoral Operária e organismos afins ganharam e ainda ganham corpo.

No tocante aos trabalhadores e trabalhadoras, qual foi a contribuição da Igreja na luta pela redemocratização?

Durante a longa ditadura militar instaurada em 1964, a Igreja contribui para a redemocratização, no tocante aos trabalhadores e trabalhadoras, primeiramente por meio de suas ações militantes desde ambientes de trabalho, que potencializaram oposições sindicais, favoreceram a reconquista de direções sindicais, contribuíram com greves reivindicatórias, manifestações maciças em favor de eleições diretas, mobilizações em prol da Constituinte e, durante a mesma, pela conquista de direitos econômicos e sociais. Após a chamada normalização democrática, a classe trabalhadora, com a contribuição e o apoio de um setor da Igreja, continuou avançando em sua luta por espaços importantes na gestão pública, conquistou posições importantes de poder no Estado, terminando por perdê-las pela fragilização de suas organizações de base e de sua militância.

Em sua vivência pastoral e episcopal (aqui me refiro ao seu olhar sobre o episcopado brasileiro), em algum momento, houve entraves ou tensionamentos entre Igreja e movimento sindical?

A Igreja oficial no Brasil, representada pela CNBB, desde a criação desta entidade, além de não ter criado entraves e tensões com o movimento sindical, sempre se manifestou em apoio à luta sindical e estabeleceu canais de diálogo, frequentemente solicitado por distintas instâncias do movimento sindical, o que demonstra que este também sempre valorizou a contribuição da Igreja.

A Igreja na sua região e/ou no Brasil tem se manifestado ou se mobilizado em dialogar com os trabalhadores e trabalhadoras, seja no diálogo com a JOC, MTC, ACO, sindicatos, pastoral operária ou nas comunidades?

Sim. Inclusive existe, atualmente, um grupo de diálogo formal entre a CNBB e grande parte de Centrais Sindicais no Brasil, no qual sou um dos facilitadores. A CNBB - Regional Sul 1, tendo um Bispo Referencial para o Mundo do Trabalho, com a responsabilidade de acompanhar as distintas organizações eclesiais que atuam na realidade do mundo do trabalho tem demonstrado a importância dessas organizações, entre as quais a Pastoral Operária (PO), a Juventude Operária Católica (JOC) e o Movimento de Trabalhadores Cristãos (MTC). Pelo fato dos militantes e grupos dessas organizações estarem inseridos em comunidades e em distintas instâncias sindicais, esse relacionamento tem sido natural e frutuoso.

O senhor identifica tensionamentos ou esfriamento da ação pastoral da Igreja diante do mundo do trabalho?

A ação pastoral da Igreja diante do mundo do trabalho está, por um lado, confrontada à incompreensão, ao preconceito e à marginalização de muitos ministros ordenados e de grupos eclesiais conservadores, causando tensões. Por outro lado, essa ação é estimulada por ministros e grupos eclesiais engajados socialmente, o que lhe garante, em lugar de esfriamento, um entusiasmo.

Sobre a Igreja no Brasil: *

- É possível uma pastoral operária hoje?

A Pastoral Operária no Brasil existe, o que prova sua possibilidade, necessitando, evidentemente, ser fortalecida e ampliada.

- Que desafios e estratégias podem ser apresentados?

(Limites e desafios da Igreja no Brasil - do episcopado ao laicato brasileiro. Sobre as estratégias, alguns caminhos estão sendo pensados como Igreja no Brasil?)

Identifico como desafio fundamental, a necessidade da Pastoral Operária desenvolver uma visão mais estratégica que tome em conta: 1) Princípios sociopastorais que a orientam; 2) Ações articuladas com os demais organismos de Igreja no mundo do trabalho; 3) Expansão colaborativa desses organismos nos níveis diocesano, regional e nacional; 4) Formação de novas gerações de militantes, especialmente jovens, e assessores e assessoras; 5) Criatividade pedagógica; 6) Organização e coordenação na forma de subsidiariedade; e 7) Comunicação qualificada.

- O Apostolado do Papa Francisco tem exercido motivação ou pressão sobre a missão da Igreja junto à Classe Trabalhadora?

O Papa Francisco tem, veementemente, motivado a missão da Igreja junto à classe trabalhadora. Seus escritos, seus pronunciamentos e suas atitudes abundantes a esse respeito, o comprovam. A declaração que ele fez em um encontro com trabalhadores de Gênova, Itália, no dia 27 de junho de 2017, de que “o mundo do trabalho é uma prioridade humana, portanto, é uma prioridade cristã, uma prioridade nossa, e também uma prioridade do Papa”, é emblemática nesse sentido. Emblemáticos se tornaram, também, os encontros mundiais que ele realizou com movimentos populares. No encontro realizado no Vaticano, em 2014, ele, inclusive instou os participantes a proclamarem com ele: “nenhuma família sem casa, nenhum camponês sem-terra, nenhum trabalhador sem direitos, nenhuma pessoa sem a dignidade que o trabalho dá”; consigna esta que é emblemática na 6ª Semana Social Brasileira, promovida, atualmente, pela Igreja no Brasil.

Jales, 20 de junho de 2021.

ANEXO III: Rosângela Diogo Soares; militante da JOC.

Uma pequena apresentação: Nome, cidade, profissão, estado civil, filhos, atua em que pastorais, quanto tempo na JOC...

Meu nome é Rosângela Diogo Soares. Nasci em Sobral-CE, mas atualmente moro em Recife. Sou enfermeira, solteira, tenho um filho. Não atuo em nenhuma pastoral. Iniciei minha militância na JOC em 1991 em Fortaleza quando participei da organização do 5º Congresso Nacional de Jovens Trabalhadores promovido pela JOC.

Qual função você ocupa na JOC e qual a relação institucional da JOC com a Igreja? (aqui trato por institucional aquilo que formalmente está definido. A Igreja reconhece oficialmente a JOC? A JOC participa de alguma instância da CNBB e/ou CNLB? ...)

A função que ocupo hoje na JOC é de extensionista*, além de participar da Coordenação Nacional Ampliada. Atualmente não temos uma relação institucional com a Igreja, embora a mesma reconheça a JOC oficialmente como um movimento católico. Atualmente a JOC não participa institucionalmente de nenhuma instância da CNBB nem do CNLB. Porém estamos refletindo a retomada da relação com a Igreja.

Em algumas cidades, onde a JOC está presente, e em algumas paróquias onde há padres que na juventude envolveram-se na JOC ou conhecem o movimento, a JOC tem o seu apoio na organização e formação dos grupos de base, como Pe Leonardo Foschiera em Passo Fundo-RS e Pe Luis, em Contagem-MG. Além disso, a JOC participa de atividades como a Semana Social Brasileira, o Grito dos Excluídos e Excluídas e outras atividades locais que tem relação com a Igreja Católica.

* O extensionista é um jovem ou adulto que assume o desafio de apresentar e organizar a JOC em um bairro, numa cidade, numa região ou num país.

Caso tenha estas informações, aonde a JOC atua no Brasil? Na tua área pastoral, aonde e em que serviços a JOC atua?

A JOC atua no Brasil nas cidades de São Vicente-SP, Volta Redonda-RJ, Caxias do Sul-RS e Passo Fundo-RS. Em Recife-PE a JOC está iniciando um processo de extensão. Atualmente também a coordenação nacional ampliada está discutindo a extensão em outras cidades da Baixada Santista (Praia Grande-SP), da Baixada Fluminense (Pinheiral, Resende, Barra Mansa e Barra do Piraí), na Região Metropolitana de Belo Horizonte-MG, incluindo Betim e Contagem. Nas cidades, a JOC desenvolve suas atividades em parceria com outras pastorais sociais, organizações de juventude, de mulheres e de trabalhadores, além de movimentos sociais como o de Economia Popular e Solidária. Em São Vicente, por exemplo, a JOC tem proximidade com a Pastoral da Juventude, a Pastoral Operária, a Educafro, a ONG Irmã Dolores e o Coletivo Chegados. E atua na área de serviços e ações relacionadas ao desemprego e a formação profissional.

Em Volta Redonda-RJ, a JOC tem parceria com a Incubadora de Empreendimentos Tecnológicos em Economia Solidária do Médio Paraíba, da Universidade Federal Fluminense; da Escola Municipal Valmir de Freitas; e da Associação de Promotores Públicos. A JOC junto com outras organizações criaram a rede Ação Entre Nós para impulsionar e fortalecer o trabalho que desenvolvem. Durante a pandemia, organizaram e distribuíram cestas básicas, incluindo produtos da agricultura orgânica familiar para famílias mapeadas pelos grupos nos bairros onde atuam. A JOC atua em ações e serviços relacionados

a Educação Ambiental e Economia Solidária. Em Caxias do Sul-RS atua na área da Educação, organizando grupos a partir da escola e do bairro.

E em Passo Fundo-RS atua na área de Esportes e Lazer, organizando jovens de diversos bairros.

Os jovens se encontram semanalmente no ginásio de esportes de uma das comunidades para a

prática esportiva e as rodas de conversa sobre diversos assuntos relacionados a vida da juventude, como estudo, trabalho, relações familiares, entre outros. Desde o início da pandemia, as atividades esportivas estão suspensas.

Do tempo que você iniciou a militância na JOC até hoje, qual a avaliação que você faz da atuação, participação ou apoio da Igreja diretamente à JOC? Aqui pode identificar se houve um avanço ou um esfriamento da Igreja.

Avaliamos que a Igreja apoia a JOC, principalmente nas cidades onde existe JOC. Ao buscar apoio, os/as jovens tem encontrado padres e bispos receptivos.

No entanto, percebemos que a Igreja é diversa e que foi mudando no decorrer do tempo. Em relação a juventude, já houveram várias políticas. Por exemplo, houve um tempo que as pastorais contavam com o apoio de assessores liberados pela Igreja para o trabalho pastoral. Hoje já não existe mais o apoio dessa forma. Essas mudanças impactam no trabalho, se por um lado se tem mais autonomia, por outro lado, houve um afastamento da realidade concreta da juventude.

Entendemos também que o espaço da Igreja continua sendo um espaço importante de atuação hoje, porque a juventude vive a espiritualidade e a religiosidade. Contudo, esse espaço não é único, é diverso e tem diversas orientações. Há espaços que seguem uma linha mais carismática, outros mais assistencialista, outros se propõem mais progressistas. A JOC se identifica mais com essa última.

A Igreja na sua região e/ou no Brasil tem se manifestado tem se mobilizado em dialogar com os trabalhadores e trabalhadoras, seja no diálogo com a JOC, sindicatos, pastoral operária ou comunidades?

Sim. Percebemos isso nas cidades e regiões que tem padres e bispos com atuação mais progressistas. Os padres e bispos que conheceram e estão próximos da JOC costumam posicionar se, tem a visão de classe e costumam acompanhar e chamar os trabalhadores para conversar e promover ações em conjunto, como o Bispo da Diocese de Jales, localizada no oeste paulista, Dom Reginaldo Andrietta.

Você identifica tensionamentos ou esfriamento da ação pastoral da Igreja diante do mundo do trabalho?

Há uma parte da Igreja que se percebe ter mudado o discurso e a ação, distanciando-se do mundo do trabalho e do olhar de classe para a sociedade. Por outro lado, também se percebe uma parcela que reflete a vida e as condições de trabalho à luz do evangelho, da proposta de Cristo e, portanto, expõe as contradições e promove iniciativas coletivas de mudança e resolução dos problemas comuns. Essa perspectiva se percebe na postura de padres e bispos da ala progressista/libertadora.

Que tipo de pastoral operária é possível fazer hoje? O que vem sendo feito e quais os desafios para a JOC e para a Igreja.

É possível fazer uma pastoral operária ou movimento de igreja voltada a refletir a situação atual do mundo do trabalho: da precarização das condições de trabalho, sem direitos trabalhistas, aumento da informalidade e do desemprego. Mas também do trabalho que queremos, digno, solidário, cooperativo, associativo. Além disso, é possível também refletir essa realidade levando em conta as distintas realidades, da juventude, das mulheres, dos/as moradores das periferias, dos/as imigrantes; além do olhar racial e de identidade de gênero. Tudo isso é desafio também das organizações de trabalhadores.

A JOC vem promovendo uma reflexão e uma construção um novo formato de economia e de relações de trabalho, tendo como princípio a solidariedade. Pensamos que os desafios devem ser refletidos com os/as trabalhadores/as, sua situação enquanto classe, no sentido de se reconhecerem enquanto classe trabalhadora, no mundo tecnológico avançado e que retirou milhões de postos devido o avanço tecnológico. E a Igreja tem um papel junto a classe trabalhadora. Se ela não assumir esse papel, estará se distanciando do compromisso com os mais empobrecidos e com a construção do reino de Deus, sua razão de existir.